

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Juliana Cézar Nunes

**COMUNICAÇÃO QUILOMBOLA:
cenários de mobilização, visibilidade e empoderamento**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestra em Comunicação, Área de Concentração Jornalismo e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Dione Oliveira Moura – Universidade de Brasília.

Brasília, julho de 2013.

Dissertação defendida em 27 de julho de 2013 e aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:

Presidenta: Professora Doutora Dione Oliveira Moura

Membro efetivo externo: Prof. Dr. Rafael Sanzio (IH/UnB) - titular

Membro efetivo interno: Profa Dra Elen Cristina Geraldês (FAC/UnB) - titular

Suplente: Prof. Dr. Luiz Martins da Silva (FAC/UnB) - suplente

Brasília, julho de 2013

Para meus pais, Elizabeth e Aداوري, e em nome deles a todos e todas que com amor e resistêncيا lutaram para garantir nossa caminhada rumo à liberdade

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um pensar e sonhar coletivo, construído em família e nos espaços de coletividade negra do qual faço parte. Agradeço, portanto, aos meus familiares e amigas/os que tornaram possível esta pesquisa e reflexão que não se esgota aqui. Ao meu filho, Bento, gestado juntamente com essa dissertação e já habituado com os ares de luta quilombola. Obrigada por sua existência, luz da manhã! Ao meu companheiro, Daniel, pelo diálogo, amor e motivação. Aos mestres Edson Cardoso, Jacira da Silva, Jurema Werneck, Nilza Iraci e Abdias Nascimento (em memória), que semearam no meu coração e mente a consciência negra. À mãe Railda de Oxum e à amiga Malu Ribeiro, meu agradecimento por fortalecerem cotidianamente a minha espiritualidade. Às amigas da irmandade Pretas Candangas (Paula Balduino, Daniela Luciana, Jaqueline Fernandes, Uila Gabriela, Sabrina Farias, Cecília Bizerra, Ana Flávia Magalhães e Raíssa Gomes), que são fonte de inspiração e força constante. Aos/às integrantes da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira) do Distrito Federal e dos demais estados, por motivarem a busca por outro pensar e agir em comunicação. Aos/às colegas do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), pelo apoio e compreensão. Aos amigos e amigas de vida, militância e trabalho Ismália Afonso, Ilka Danusa, Isabela Vieira, Dalmo Oliveira, Pedro Caribé, Iris Cary, Fausto José Barbosa, Sionei Ricardo Leão, Aida Feitosa, Kelly Quirino, André Ricardo Nunes, Lecino Filho, João Negrão, Mayrá Lima, Mônica Nunes, Lilian Beraldo, Vitor Hugo, Mariana Marques, Carolina Pires, Gicelda Fernandes Merli, Cláudia Fioretti Bongianino, Denise Costa, Rafael “Banto” Gomes, Spensy Pimentel, Chalini Barros, Livia Sobota, Ana Paula Ribeiro, Taís Ladeira, Luciana Couto, Shirleide Barbosa, Bráulio Ribeiro, Mariângela Biachi, Kátia Belisário, Andressa Marques e Cleisson Ferreira. E, por fim, três agradecimentos especiais: à minha orientadora, professora Dione Oliveira Moura, aos/às quilombolas e aos/às ativistas negras/os que tornaram possível essa pesquisa. A vocês, meu mais profundo respeito e admiração.

RESUMO

O objetivo desta dissertação de mestrado foi o de investigar se e de que forma as comunidades quilombolas utilizam processos comunicacionais articulados com ações de mobilização, visibilidade e empoderamento. A pesquisa procurou verificar se as mídias digitais podem ser consideradas um espaço de articulação destas comunidades no Brasil e um ambiente de diálogo com organizações negras, campesinas e profissionais do campo jornalístico. Como procedimento metodológico, adotamos a revisão bibliográfica, o estudo exploratório, a pesquisa de campo e a análise de conteúdo. As ações desenvolvidas pela comunidade quilombola de Rio dos Macacos e seus parceiros foram o principal foco da pesquisa de campo. A partir da análise desta experiência, em especial, e de outras iniciativas identificamos novos processos comunicacionais em curso, com linguagens, plataformas e percursos diferenciados de articulação. Os resultados desta investigação mostram que as comunidades quilombolas e seus parceiros constituíram redes (SCHERER-WARREN, 2006) para a mobilização e sensibilização da sociedade, desenvolvendo ações e processos comunicacionais inovadores no “bios midiático” (CABRAL, 2010), que ao mesmo tempo remetem a uma trajetória diaspórica de luta e resistência (MOURA, C., 1987; HALL, 2003; PINTO, 2010; ANJOS, 2011). Essas ações e processos têm se revertido em visibilidade e empoderamento das comunidades, mas ainda demandam novas pesquisas e políticas públicas para que as experiências de comunicação afrocentradas sejam compreendidas e replicadas, contribuindo para o efetivo reconhecimento dos direitos quilombolas e para o enfrentamento do racismo até mesmo no âmbito dos meios de comunicação hegemônicos.

Palavras-chave: Comunicação, Mobilização, Comunidades quilombolas, Racismo, Visibilidade e Empoderamento.

ABSTRACT

The purpose of this Master's dissertation was to investigate if and how *quilombola* communities use communication processes in articulation with actions of mobilization, visibility and empowerment. The research sought to verify if digital media can be considered a space of articulation for these communities in Brazil and an environment of dialogue with African-Brazilian rights organizations, organizations of people living in rural areas, and professionals of the journalistic field. We adopted the following methodological procedures: bibliographic review, exploratory study, field research, and content analysis. Actions developed by the *quilombola* community of Rio dos Macacos and their partners were the main focus of the field research. From the analysis of this experience in special and other initiatives, we identified new communicational processes on course, with distinct languages, platforms and trajectories of articulation. The results of this investigation showed that quilombola communities and their partners constituted networks (SCHERER-WARREN, 2006) for mobilizing and sensitizing society, developing innovating actions and processes of communication in the 'media bios' (CABRAL, 2010), which take to a diasporic trajectory of fight and resistance (MOURA, C., 1987; HALL, 2003; PINTO, 2010; ANJOS, 2011). These actions and processes have reverted into visibility and empowerment of communities, but they still require further research and public policies so that the experiences of afro-centered communication are understood and replicated, contributing to the effective recognition of *quilombola* rights and the fight against racism even in the context of hegemonic means of communication.

Keywords: Communication, Mobilization, Quilombola Communities, Racism, Visibility and Empowerment.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO

1	CONTEXTUALIZAÇÃO - COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL	p.14
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	p.21
3	REFERENCIAL TEÓRICO	p.23
3.1	Memória e identidade	
3.2	Sistemas simbólicos	
3.3	Estudos Culturais e diáspora negra	
3.4	Imprensa negra	
3.5	Bios midiático	
3.6	Paradigmas jornalísticos e debates	
3.7	Novas mídias e participação política	
4	PESQUISA DE CAMPO – COMUNIDADE RIO DOS MACACOS (BA)	p.47
4.1	Notas de campo	
4.2	Contexto histórico	
4.3	Mobilização e comunicação	
	4.3.1 <i>Articulação com outros movimentos</i>	
	4.3.2 <i>Mobilização em rede e (inter)nacionalização da pauta</i>	
4.4	Categorização e análise das entrevistas	
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.97
	REFERÊNCIAS	p.100
	ANEXOS	p.104

Quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o seu território.

É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível duma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é isso que Palmares vem revelando nesse momento.

Eu tenho a direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico. A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou.

Quando eu estou, eu sou.

Beatriz Nascimento (1989).
Textos e narração do filme Ôri.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação entre fontes e jornalistas	p.37
Figura 2 – Rede de movimento social	p.45
Figura 3 – Localização da comunidade quilombola Rio dos Macacos	p.55
Figura 4 – Mapa das fazendas originais de Rio dos Macacos	p.56
Figura 5 – Comunidade quilombola Rio dos Macacos antes da Vila Naval	p.61
Figura 6 – Comunidade quilombola Rio dos Macacos depois da Vila Naval	p.62
Figura 7 – Mosaico de fotos da Família de Maria de Souza Oliveira	p.63
Figura 8 – Sítios arqueológicos	p.64
Figura 9 – Imagens gerais da comunidade	p.64
Figura 10 - Imagens do cotidiano da comunidade	p.65
Figura 11 – Logotipo “Somos Quilombo Rio dos Macacos”	p.72
Figura 12 – Camisetas com o logotipo usadas por parlamentares	p.73
Figura 13 – Imagem ícone da mobilização	p.74
Figura 14 – Foto do ato em frente à base naval no dia 2 de janeiro	p.76
Figura 15 – Arte utilizada para a divulgação do ato no Teatro Vila Velha	p.78
Figura 16 – Visita do rapper Emicida à comunidade Rio dos Macacos	p.79
Figura 17 – Cartaz do espetáculo Candaces	p.80
Figura 18 – Liderança quilombola durante seminário da OIT	p.82



INTRODUÇÃO

“Há de fato um singular agir político na transmissão patrimonial da liturgia negra. Nenhum patrimônio cultural socialmente operativo se transmite como um pacote inerte, um estoque de ativos dados para sempre, e sim como algo que é preciso reinserir na História presente, atribuindo-lhes novos contornos, revivificando-o.”

*(Muniz Sodré de Araújo Cabral,
O negro na TV Pública, 2010)*

A presença da população africana no Brasil é marcada por uma trajetória de luta e resistência. Dados oficiais indicam que cerca de 40% dos africanos forçosamente retirados de seu continente para as Américas tiveram como destino o território brasileiro (MOURA, C., 1987, p. 7). A historiografia não consegue precisar, mas estima-se em quatro milhões o número de traficados para o Brasil, entre 1520 e 1850, de acordo com o geógrafo Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (ANJOS, 2010, p.13). Alguns estudos chegam a mencionar 15 milhões de africanos escravizados no país, uma vez que muitos deles eram contrabandeados, até mesmo após a abolição, em 1888 (MOURA, C., 1987, p.7).

Um dos maiores crimes contra a humanidade arrastou homens, mulheres e até mesmo crianças para fazendas, minas e áreas de extrativismo, onde eles vivenciaram condições sub-humanas de trabalho e eram frequentemente violentados. O sociólogo Clóvis Moura destaca que os “senhores” estabeleceram uma estratégia de dominação ideológica ao afirmar que os escravos, por serem negros, eram inferiores, e por serem inferiores, eram

passíveis de serem escravizados (MOURA, C., 1987, p.10). Estava lançado o pilar do racismo que até hoje persiste na sociedade brasileira.

Mesmo separados de suas famílias e grupos étnicos, africanas e africanos criaram novos laços e recorreram a diversas formas de resistência, como guerrilhas, insurreições urbanas e quilombos. Esta última forma de resistência social possui referência em uma expressão africana (banto) que remete a habitação. Na região central da Bacia do Congo, quilombo também significa lugar para estar com Deus. Para o reino de Portugal, no final do século XVI, quilombo era toda e qualquer “habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões neles” (MOURA, C., 1987, p.11).

Esses territórios reuniram milhares de africanos e seus descendentes, permanecendo habitados após a abolição da escravatura. Os quilombos se tornaram “uma referência no campesinato negro, de povos de matriz africana que conseguiram ocupar uma terra e manter uma autonomia política e econômica” e em uma visão mais contemporânea são considerados como um “território étnico capaz de se organizar e se reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo e com resistência para a manutenção da sua forma particular de viver” (ANJOS, 2011, p.18).

No final do século XIX, as comunidades quilombolas se transformaram em sinônimo de luta contra a opressão e adquiriram uma mística que alimentou o sonho de liberdade dos afrodescendentes¹ em processo de autoafirmação étnica, conforme reflexões da historiadora Beatriz Nascimento (NASCIMENTO, B., apud RATTZ, 2007, p.125). Na atualidade, os quilombolas – aqueles que habitam territórios quilombolas – seguem em luta pela titulação de suas terras, contra o racismo, pela autoafirmação cultural e pelo acesso a políticas públicas de saúde, educação e desenvolvimento agrário.

Um dos instrumentos de enfrentamento aos senhores do poder na modernidade tem sido a comunicação, em que pese ser também esta uma esfera de reprodução de perversidades, porém com potencial para ser apropriada a “serviço de uma comunicação imaginosa e emocionada, atribuindo-se, assim, um papel diametralmente oposto ao que lhe

¹ Para o presente estudo, são considerados grupos sociais afrodescendentes aqueles constituídos por pessoas e/ou famílias descendentes de africanos e que se autodeclaram/organizam como tais, em busca do resgate de suas origens e da garantia de direitos sociais. Também nessa perspectiva, entendemos que as comunidades quilombolas são afrodescendentes e se caracterizam por ocuparem terras de usufruto coletivo a partir da resistência à escravatura ou mesmo logo após a abolição (MOURA, G., 2012).

é hoje conferido" (SANTOS, 2001, p.167). Em *Por uma outra Globalização*, o geógrafo Milton Santos classifica os sistemas de informação como fundamento de um mundo globalizado que prima pela produção de um discurso único, mas que ao mesmo tempo possui tecnologias, técnicas, linguagens, fluidez e velocidade disponíveis para a produção de um “novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato”, que possibilitam escrever uma nova história (SANTOS, 2011, p.21).

A pesquisa que resulta nesta dissertação de mestrado pretende refletir sobre como os quilombolas e sua rede de parceiros desenvolvem processos comunicacionais articulados com atividades de mobilização, visibilidade e empoderamento, visando justamente à escrita de uma nova história. Ao definir este objetivo geral levamos em conta os processos comunicacionais como um conjunto de ações destinadas a produzir, difundir e intercambiar informações, sentidos e reivindicações. São processos “vinculados às inovações tecnológicas”, “mediados pelos meios de comunicação e atrelados à evolução das sociedades contemporâneas” (GERALDES; SOUSA, 2009, p.20).

Partimos do pressuposto que formas emergentes de comunicação podem fortalecer práticas políticas contra-hegemônicas e consideramos esse um importante desafio a ser enfrentado pelos pesquisadores e pesquisadoras das áreas de Comunicação Social e domínios afins. Neste complexo cenário, uma das referências acadêmicas a qual recorreremos é o sociólogo francês Pierre Bourdieu. Em diversos textos e conferências, Bourdieu propõe a reorientação do olhar dos pesquisadores da área de Ciências Sociais para novos fenômenos de produção simbólica.

A obra de Bourdieu afirma-se como um instrumento de revitalização do pensamento ao sugerir, por exemplo, o estudo de como a produção e o consumo de “fotografia, livro ou pintura contribui para valorizar as práticas de grupos sociais constituídos nos atos de apropriação de tais objetos culturais” (BOURDIEU, 1998, p.2). Outra referência importante para esta investigação é o pensamento do jornalista e sociólogo Muniz Sodré de Araújo Cabral, para quem a *internet* se configura como integrante do “bios midiático”, uma espécie de quarto âmbito existencial (CABRAL, 2010) no qual novos atores sociais podem atuar com efetividade, desde que mantenham elos com a ação coletiva em outros espaços presenciais.

A partir destas e de outras referências que explicitaremos mais adiante, a investigação proposta na presente dissertação de mestrado pretende lançar um olhar sobre a

produção e partilha de textos, imagens e materiais audiovisuais por comunidades quilombolas e sua rede de parceiros, além de investigar se nestes processos comunicacionais estes grupos fortalecem suas práticas políticas. Enquanto minorias políticas, historicamente marginalizadas, esses grupos tentam reestruturar uma memória construída a partir de não-ditos (MOURA D, 1990), esquecimentos e silenciamentos (ORLANDI, 1997). Atuar no processo de construção da notícia, seja em veículos próprios de comunicação comunitária seja no diálogo com as empresas privadas e públicas de comunicação, tem se constituído como estratégia para recuperação de uma memória coletiva, representando um elo de ligação entre o passado e o presente, projetando o futuro.

A lembrança de fatos passados sobrevive de forma frágil na memória de uma comunidade que corre o risco de desaparecer. A afirmação da história de um grupo social, no entanto, permite que a identidade e os objetivos comuns sejam reafirmados na atualidade. Esse processo pode ocorrer, inclusive, por meio de produções cinematográficas que retratam biografias individuais. Moura D. (1990) descreve e contextualiza filmes de cineastas negros como Zózimo Bulbul e Joaquim Teodoro como “espaços de construção de identidade” por inserirem “as memórias individuais no contexto da memória coletiva da raça negra no Brasil”.

A partir da década de 1990, a afirmação negra passou a ocupar outros espaços de construção da identidade. A *internet* permitiu que produções escritas e audiovisuais da comunidade negra brasileira se tornassem visíveis, uma vez que a maior parte dos jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão historicamente não garantiam essa representação (MOURA D., 1990; PINTO A., 2010; CLAVELIN, 2011). Atualmente, grupos negros urbanos, rurais e comunidades quilombolas atuam cada vez mais de forma conjunta nos novos e tradicionais espaços midiáticos (CALHEIROS, 2009; GUTIERREZ, 2009; OLIVEIRA, 2009; TESSAROTTO, 2009).

Nessa perspectiva, a reivindicação da propriedade coletiva de uma terra, historicamente ocupada por descendentes de africanos em luta contra a escravidão, deixa de ser uma batalha restrita a tribunais e parlamentos para mobilizar outros grupos sociais negros habituados a atuar em blogs, redes sociais e sites. Assim, delineamos a questão que inicialmente orientou nossa investigação: seria a *internet* e o mundo virtual convergente, portanto, um ambiente propício para a intensificação da luta simbólica da população afrodescendente na América Latina e no Caribe?

Para o desenvolvimento da pesquisa que constitui esta dissertação de mestrado, optamos por apresentar quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No capítulo 1, apresentamos a contextualização e tratamos do histórico das comunidades quilombolas no Brasil. No capítulo seguinte (capítulo 2) apresentamos os procedimentos metodológicos adotados na perspectiva de sistematizar os caminhos trilhados. No capítulo 3, expomos o referencial teórico da nossa investigação. No capítulo 4, descrevemos e analisamos os resultados de nossa pesquisa de campo na comunidade quilombola Rio dos Macacos, na Bahia. As conclusões do nosso estudo compõem as considerações finais, que não pretendem



Capítulo 1

Contextualização

"O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. [...] Quando se fala em território deve-se pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill; primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem."

(Milton Santos, Por uma outra globalização, 2001)

Esta pesquisa tem como contexto geral as comunidades quilombolas brasileiras e seu histórico de resistência, à escravatura, à dominação cultural com negação de origens e à restrição no acesso à terra. Atualmente, o Brasil possui 193 comunidades quilombolas tituladas pelo Incra e 2,1 mil reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. Compreender o contexto de resistência que permeia o cotidiano destes quilombos permite perceber melhor os processos de comunicação desenvolvidos em busca da afirmação da memória, identidade e reivindicações políticas.

Partimos do entendimento histórico de quilombos como núcleos organizados de resistência ao sistema escravista, baseados na “vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo”, dispostos em formas associativas criadas em florestas de difícil acesso, com defesa e organização socioeconômica e política próprias, que garantiam a sustentação da

continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural (NASCIMENTO, A., 1980, p.32).

Consideramos também as comunidades quilombolas como aquelas formadas a partir destes movimentos de resistência à escravatura ou como terras de afrodescendentes ocupadas por meio de doação de ex-senhores ou igreja, mas cuja origem e centralidade de luta residem na questão do acesso e apropriação da terra. Chamadas “terras de preto”, as comunidades quilombolas compreendem diversas situações decorrentes da reorganização da economia brasileira no período pós-escravista, onde, inclusive, não apenas os afrodescendentes estão envolvidos. Incluem fugas com ocupações de terras livres, mas também heranças, doações, pagamento por serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras em grandes propriedades, bem como a compra durante ou depois da vigência do sistema escravocrata no país (ANJOS, 2009, p.105).

A historiografia recente tem revelado, no entanto, que emergem ao lado desse modelo típico de quilombo, composto de pessoas organizadas em aldeias, fazendo oposição à ordem vigente, referências a situações distintas. Ainda no Brasil colônia foram identificados grupos nômades, que assaltavam senzalas, grupos extrativistas, pequenos produtores de alimentos que moravam nas periferias das cidades ou Casas de Angu (onde se reuniam para comer, descansar, praticar religiões, entre outras atividades).

Instaurada a Ordem Republicana, o historiador José Maurício Arruti (2008) conta que o termo quilombo deixa de ser usado pela ordem repressiva e passa a ser metáfora “de resistência” nos discursos políticos. É então que quilombo começa a ser utilizado como símbolo de “resistência cultural”, tendo como base a persistência ou a produção de uma cultura negra no Brasil - embora nesse contexto, “resistência” não significasse uma volta ou uma reconstituição, mas uma continuidade com a África, pois, caracterizava-se por populações constituídas prioritariamente por escravos recém-chegados.

Outra ressemantização no período republicano passa pela vinculação do termo à resistência política na qual o quilombo seria uma forma de resistência popular revolucionária em contraposição à ordem dominante, ao Estado. Essas teorias tinham como motor a crítica à ideologia da democracia racial. Segundo Arruti (2008), ao mesmo tempo em que consolidavam um tipo de interpretação sociológica da história do negro no Brasil, enfatizavam a perspectiva pela qual os quilombos seriam a expressão histórica da resistência política.

Ainda no século XX, as definições de quilombo também levaram em conta um critério aritmético. Schwarcz (apud Leite, p. 340) estabeleceu que um quilombo com até cem membros deveria ser considerado pequeno. Finalmente, o quilombo é classificado com base na localização geográfica, nas atividades econômicas e no cruzamento das duas variáveis, concluindo pela existência de três formas básicas, diferenciadas em razão de sua independência econômica em relação aos núcleos de povoamento rural ou urbano: os pequenos quilombos (próximos das fazendas), os quilombos de economia de subsistência relativamente desenvolvida (com eventual comercialização de excedentes) afastados dos núcleos de povoamento rural ou urbano, e o grande quilombo de base agrícola e minerador, também afastado dos núcleos de povoamento rural ou urbano.

As definições acima pouco conceituam o quilombo como unidade viva e, de certa forma, se aproximam das definições arqueológicas, descritivas de quilombo. Ela têm como elementos principais a fuga, uma quantidade e o isolamento geográfico. Entendimentos como o de Anjos (2009) ampliam essa compreensão:

O território é uma condição essencial porque define o grupo humano que ocupa, onde estão localizados e por que estão naquele espaço (historicidade). A terra – o terreiro – não significa apenas uma dimensão física, mas antes de tudo é um espaço comum, ancestral, de todos que tem os registros da história, da experiência pessoal e coletivo do seu povo, enfim, uma instância do trabalho concreto e das vivências do passado e do presente. Num quilombo a terra não é pensada nem praticada como uma propriedade individual, mas como uma instância do uso comum-coletivo, que é elemento principal da consolidação de território étnico, da manutenção da identidade cultural e da coesão social. (ANJOS, 2009, p.108)

Um dos pioneiros no estudo das comunidades quilombolas no Brasil foi o jornalista e sociólogo Clóvis Moura. Em sua obra, ele destaca, que, ao contrário de outras regiões da América do Sul, como Peru e Colômbia, onde os africanos ficaram em áreas determinadas e regionalizados, em território brasileiro a escravidão ocorreu em toda a extensão do que hoje constitui a nação brasileira, “marcando a existência de um modo de produção específico, no caso particular o escravismo moderno” (MOURA, 1987, p.6). De acordo com o autor, para organizar sistema de defesa permanente, tiveram de entrar em contato com outras camadas, grupo e segmentos oprimidos nas regiões.

Quilombos com do Ambrósio, em Minas Gerais, e Palmares, em Alagoas, conseguiam armas, pólvoras, facas e outros objetos com grupos parceiros. Eram

comunidades organizadas com estrutura de poder altamente centralizado em uma monarquia eletiva. As lideranças priorizavam o binômio economia e defesa.

Durante todo o transcurso de sua existência eles foram não apenas uma força de desgaste, atuando nos flancos do sistema, mas pelo contrário, agiam em seu centro, isto é, atingindo em diversos níveis as forças produtivas do escravismo e, ao seu exemplo, mostrava a possibilidade de uma organização formada de homens livres. Essa perspectiva que os quilombolas apresentavam ao conjunto da sociedade da época era um perigo e criava as premissas para a reflexão das grandes camadas da população oprimida. Por isso mesmo o quilombo era o refúgio de muitos elementos marginalizados pela sociedade escravista, independentemente de sua cor. Era o exemplo da democracia racial de que tanto se fala, mas nunca existiu no Brasil, fora das unidades quilombolas. (MOURA, C., 1987, p.35)

Clóvis Moura iniciou seus trabalhos com uma visão mais restrita do conceito de quilombo, “como um ajuntamento de negros em região não-habitada, sinônimo de mocambo” (MOURA, C., 1987, p.91). No entanto, ao longo de sua trajetória acadêmica, esse conceito foi ampliado e hoje sustenta entendimentos mais contemporâneos sobre esses territórios. A conceituação foi intensamente repensada por autores como o geógrafo Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Além do aspecto de formação e territorial, ele considera “a forma de viver, de estar, de se integrar, de construir, de elaborar, de se manter e de improvisar” como elementos fundamentais do saber quilombola e do conhecimento africano no Brasil. Para os quilombolas, “a terra é sagrada” (ANJOS, 2009, p.110).

Anjos destaca a centralidade da água na vida dos quilombos, bem como a casa como espaço de sabedoria, projetada com tijolo de barro (adobe), estrutura de madeira, cobertura de palha de buriti e fogão de lenha para agregar as famílias nas refeições produzidas coletivamente. Saberes ancestrais eram e até hoje são aplicados na agricultura por meio de variadas formas de cultivo coletivo.

As tecnologias africanas foram também utilizadas para projetar a distribuição espacial das comunidades (ANJOS, 2009, p.116-116), que se distribuíam de forma retangular, esparsa com distribuição aleatória, linear orientada para o mar, linear orientada para o sistema viário, estrutura conduzida pelo curso d'água, estrutura de localidade e estrutura de um bairro urbano. Mapeamento feito por Anjos mostra que as comunidades quilombolas estão distribuídas por todo o país e podem chegar a mais de cinco mil. O histórico de ocupação está muito relacionado com as atividades desenvolvidas durante o período da escravidão.

No Norte, prática do extrativismo e agricultura, com concentração de comunidades no Pará. No Nordeste, do Maranhão ao norte do Espírito Santo, atividades básicas de

agricultura, mineração e extrativismo. No Centro-Oeste, ocupação baseada no ciclo da mineração e agricultura. No Sudeste, com muitas comunidades em Minas Gerais e em São Paula, atividades relacionadas a agricultura, mineração e serviços. No Sul, agricultura de subsistência e pastagens, com maior concentração no Rio Grande do Sul.

Praticamente invisibilizados politicamente até a década de 80, as comunidades enfrentaram vários processos de despejo e, em muitos casos, resistiram, até pelo fato de a maior parte delas se encontrar afastada dos centros urbanos. A expansão das cidades e dos cinturões agrícolas fez com que as comunidades quilombolas se tornassem um impedimento para o dito progresso nacional. Um novo ciclo de lutas se iniciou. De acordo com Anjos, é possível identificar quatro momentos históricos da luta quilombolas nos últimos 30 anos (ANJOS, 2009, p.116-116). O primeiro deles compreendido entre 1988 e 1994, se destaca pela aprovação da Constituição (com artigo que recomenda ao Estado titulação de terras quilombolas²) e o crescimento do movimento quilombola, com a primeira área reconhecida: a comunidade de Frechal, no Maranhão. Trata-se de um período de crescente organização política dos quilombolas, com um seminário nacional em Brasília, no ano de 1994, considerado marco no processo organizacional.

O período seguinte, entre 1995 e 2000, caracteriza-se pelo crescimento das exposições temáticas, documentários governamentais, filmes, livros, regulamentação do processo de reconhecimento com participação da Fundação Cultural Palmares, envolvimento dos meios acadêmicos e intensificação das parcerias com o movimento negro. Esta época também é marcada pela criação de boa parte das organizações quilombolas regionais e nacionais: Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), em 1996, Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), em 1997, e Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu), em 1998.

Ainda na linha do tempo estabelecida por Anjos, observamos entre 2001 e 2004 o que ele chama de período da moda e dos conflitos institucionais e legais. Quilombolas buscam melhor definição institucional para os processos legais, enfrentam restrições institucionais, passam a contar com o apoio da recém-criada Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), recebem financiamento internacional, conquistam

² Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

políticas públicas (programa Brasil Quilombola, Fome Zero, Bolsa Família) e tem a visibilidade nos meios de comunicação ampliada.

Várias normas e leis foram criadas para garantir a posse da terra a essas comunidades. Em 2003, o Decreto n° 4.887 do governo federal assegurou o autorreconhecimento como principal critério para identificação das comunidades³, institucionalizando o processo, além de ter acertado a possibilidade de desapropriação de terras particulares em benefício dos quilombolas, acirrando conflitos⁴. Diante de críticas do setor agrícola e de setores de governo (militares e ambientais) ao autorreconhecimento como principal critério, o Incra editou normas estabelecendo etapas para o processo de titulação, buscando cada vez mais envolver profissionais como antropólogos e cartógrafos para que os laudos tenham peso técnico⁵.

Ainda assim, de 2005 pra cá, Anjos observa uma crescente desarticulação política quilombola, perdas institucionais e legais. Incra e Fundação Palmares passam a trabalhar em descompasso entre os números de territórios titulados e reconhecidos, sendo esses últimos bem mais significativos. Setores do movimento negro e quilombola se dividem politicamente. Setores políticos conservadores e até mesmo instituições estatais, especialmente das Forças Armadas, aprofundam o embate com as comunidades. Já “os principais meios de comunicação conservadores e comprometidos com o setor dominante do país se rebelam com uma série de reportagens para inibir e proibir o movimento quilombola” (ANJOS, 2009, p.140).

³ O amparo legal é dado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, também aplicada aos povos tradicionais quilombolas, traz o princípio da autorreconhecimento como critério de determinação. No Brasil, a referida convenção foi ratificada em 25 de julho de 2002, após aprovação do Decreto Legislativo n° 143, em 20 de junho de 2002, pelo Congresso Nacional. A Convenção 169 foi adotada pela OIT em 7 de junho de 1989.

⁴ O decreto é questionado pela Ação Direta de Inconstitucionalidade 4362, protocolada pelo Partido Democratas, que considera o texto uma regulamentação indevida do Artigo 68 da Constituição e defende que a regulamentação passe pelo Congresso Nacional. Também no Congresso tramita a Proposta de Emenda Constitucional 215 que repassa para deputados e senadores a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas e quilombolas. A proposta foi apresentada pelo deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP).

⁵ O processo de regularização segue as orientações da Instrução Normativa 49, de 2008, editada pelo Incra. A partir de certificado de reconhecimento emitido pela Fundação Cultural Palmares, ocorre a elaboração de um estudo da área, destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Aprovado em definitivo esse relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. Em muitos casos, no entanto, a publicação da portaria depende de uma autorização da Presidência da República. A fase seguinte do processo administrativo deve corresponder à regularização fundiária, com desintração de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação do território. O processo culmina com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área.

Entre os desafios principais⁶ a serem enfrentados pelos quilombos contemporâneos, na visão de Anjos, dois deles se relacionam com a comunicação. Na opinião do geógrafo, urge uma alteração da imagem da África no Brasil, que deve passar por uma política de desconstrução dos estereótipos veiculados pela televisão brasileira.

Viramos o milênio com esta pendência básica de desinformação, que gera um preconceito fundamental para o atraso do país, no que se refere à forma como reconhece e trata a população afro-brasileira e as suas matrizes. O brasileiro não pode mais acreditar que a África é um país, nem tão pouco pensar que nesse continente somente existem doenças, seres humanos e culturas primitivas, espaços para safári e animais exóticos. Outro dano estrutural dessa informação errônea é o contexto de hostilidade e de indiferença com as temáticas dos quilombos, das resistências com os territórios dos quilombos contemporâneos e sobretudo aos seres humanos dessas comunidades. (ANJOS, 2009, p.148)

O segundo desafio relacionado à comunicação, na visão do autor, seria a produção e recepção de informações advindas dos meios de comunicação, especialmente televisão e internet. Anjos chama a atenção para o fato de um volume muito grande de informações, imagens e programas estarem chegando às comunidades tradicionais com o aumento no acesso à energia elétrica, antena parabólica e, em menor escala, a internet. A comunidade, portanto, necessitaria de dialogar com esse fluxo informativo mantendo tempo e espaço para as conversas e transmissão de saber oral, até para que as famílias possam interagir criticamente com as informações recebidas e, a partir delas, construir seus próprios processos comunicacionais.

⁶ Outros desafios para as comunidades quilombolas seriam: visibilidade no sistema, reconhecimento dos territórios étnicos, demarcação dos territórios, censo nacional, êxodo da juventude, desfiguração da paisagem quilombola, planejamento e sustentabilidade ambiental, autonomia econômica, turismo étnico, saúde do jovem quilombola, miscigenação no quilombo, educação quilombola, conflitos institucionais no setor decisório, organização política dos quilombos, pressão, invasão e expulsão nos territórios tradicionais quilombolas, discriminação e racismo, resgate da capoeira, quilombos contemporâneos nos planos diretores municipais e inclusão afro-brasileira (ANJOS, 2009, p.147.157).



Capítulo 2

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia que adotamos para a confecção da presente pesquisa consistiu em uma primeira etapa de revisão bibliográfica. Com base no projeto original de pesquisa (apresentado na seleção do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação), foram investigadas referências nas áreas de memória e identidade, cultura, comunicação, jornalismo, novas mídias, movimentos sociais e participação política. Em seguida, a partir dessa revisão bibliográfica, definiu-se como grupo afrodescendente a ser investigado as comunidades quilombolas rurais, tendo em vista a pouca visibilidade dos processos comunicacionais empreendidos por elas dentro dos estudos acadêmicos e da sociedade em geral.

A partir dos objetivos gerais e específicos desta pesquisa, decidimos fazer um estudo exploratório e aplicar um pré-teste em lideranças quilombolas, contactadas por pertencerem a comunidades que estão a frente da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq) e/ou possuem protagonismo em atividades de comunicação. Elas foram entrevistadas por meio de um questionário semiestruturado. Tendo em vista a análise das respostas dos entrevistados e as contribuições da banca de qualificação, o referencial teórico foi ampliado e as questões de pesquisa sintetizadas.

Decidimos realizar uma pesquisa de campo de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, fins exploratórios e utilização de entrevista semiestruturada, além de conversas e observação empírica, visando o entendimento das articulações e processos comunicacionais empreendidos por uma comunidade quilombola rural, sem acesso à energia elétrica ou internet, mas com visibilidade nacional e internacional por meio de meios alternativos e tradicionais, a saber a comunidade de Rio dos Macacos, na Bahia.

Para as entrevistas de campo, foram escolhidos moradores mais velhos e lideranças da comunidade, além de pessoas apontadas pelos próprios quilombolas como representantes de organizações fundamentais para as ações de mobilização e comunicação. As entrevistas ocorreram a partir de perguntas gerais orientadoras, reformuladas e alterada no decorrer dos encontros.

A partir das informações e documentos obtidos em campo, buscamos fazer um histórico da comunidade – tanto do ponto de vista de luta e resistência territorial, como do ponto de vista de ações recentes de enfrentamento político. As entrevistas foram destrinchadas a partir dos referenciais da análise de conteúdo por categorias temáticas, visando o desmembramento do texto para uma compreensão mais aprofundada dos depoimentos, bem como a realização de inferências sobre os processos descritos. Por fim, finalizamos este estudo com as considerações finais, que traz uma articulação entre os referenciais teóricos, informações e vivências da pesquisa de campo.



Capítulo 3

REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa que empreendemos foi balizada por referenciais teóricos híbridos, constituídos a partir de variados campos das ciências sociais e humanas. No campo sociológico, trilhamos os caminhos propostos por Bourdieu (1998) na investigação dos sistemas simbólicos e suas ligações com as estruturas de poder. No que tange ao diálogo entre Comunicação e Antropologia, buscamos, em Moura D. (1990) e Moura G. (2012), subsídios para repensar as relações entre memória, identidade e processos comunicativos nas comunidades quilombolas.

Também delineamos uma reflexão sobre essas comunidades dentro do contexto da diáspora africana e a partir dos Estudos Culturais. Para contextualizar a comunicação quilombola na perspectiva histórica da imprensa negra no Brasil, recorremos a autores como Cabral (1999), Gomes (2005) e Pinto A. (2010). Tendo em vista as novas tecnologias, nos baseamos no conceito proposto por Cabral (2010) de “*bios* midiático” enquanto ambiente de convergência no qual pode se dar a ação afetiva, cultural, comunicacional e política das comunidades quilombolas.

Essa potencial ação nos levou a buscar, em referenciais teóricos ligados aos paradigmas jornalísticos, novas configurações da relação entre sociedade e jornalismo, a partir de mudanças estruturais nas práticas de comunicação, com base em autores como Pinto M. (2000), Adghirni (2002), Motta (2005), Pereira (2010) e Medina (2011). Entendemos que essas novas práticas permitem a diversidade de vozes no debate público, a partir de um processo de visibilidade mediada, para o qual nossa referência teórica está nos estudos de Traquina (1999), Ferreira (2004) e Thompson (2008).

Por fim, inspiramo-nos nas investigações sobre novos modelos de mídia, propostos por Hallin e Mancini (2004), para propor uma reflexão sobre novas mídias e possibilidades de participação de política, em consonância com o que apontam Maia e Gomes (2011) e também SCHERER-WARREN (2008).

Cada um desses marcos epistemológicos é detalhado no presente capítulo, sendo que, para fins de organização, propusemos a estruturação de sete eixos temáticos relacionados a cada subseção que segue. Desse modo: em 5.1, apresentamos uma reflexão teórico-metodológica sobre o eixo da “Memória e identidade”; em 5.2, retomamos o paradigma bourdieuano dos “Sistemas simbólicos”; em 5.3, lançamos um olhar sobre “Estudos culturais e diáspora negra”; em 5.4, abordamos os estudos já realizados sobre a “Imprensa negra”, procurando contextualizar as práticas comunicacionais realizadas no âmbito das comunidades quilombolas; em 5.5, nos detemos mais especificamente ao ambiente de convergência por meio do conceito de “*Bios* midiático”; em 5.6, observamos “Paradigmas jornalísticos e debates”; e, em 5.7, nos dedicamos às “Novas mídias e participação política”.

3.1 Memória e identidade

Para realizar a presente pesquisa, partimos do conceito de memória e identidade apontado por Moura D. (1990), segundo o qual a memória contribui para a reconstrução e a reelaboração do passado, sendo base fundamental para o processo de afirmação da identidade. A autora destaca que “lembrar a própria história é lembrar-se negro, descendente de africanos e escravos, com uma experiência histórica particular” (MOURA D., 1990; 112). No caso das comunidades quilombolas, essa experiência histórica inclui um passado e um presente marcados por atividades coletivas que envolvem desde mobilizações de resistência e atos políticos, a festas de família, cultos religiosos, práticas agrícolas ou artesanais coletivas e jogos infantis, entre outros.

Nesse sentido, fez parte dos objetivos específicos deste estudo investigar como as comunidades quilombolas registram e divulgam suas memórias coletivas por meio de textos, imagens, áudios e vídeos. Consideramos que esse processo, longe de ser apenas uma espécie de colonismo social ou mero entretenimento, pode retratar uma forma de expressão e linguagem mais acessível e mobilizadora para as comunidades e, ao mesmo tempo, ser

considerado um caminho de afirmação política. A esse respeito, Moura D. (1990, p. 6) relaciona diretamente a memória com a construção da identidade, observando que:

Conhecer-se, conhecer o outro e fazer reconhecer-se são momentos do processo de identificação. Conhecer-se é nomear-se e nomear o mundo. A conquista do direito de nomear-se implica no direito de dizer a própria identidade. A ocasião de nomear-se é a ocasião de definição da identidade. As minorias étnicas estão em constante luta pelo direito de se autoneomarem, de se tornarem reconhecidas, de construir sua identidade.

À luz dessa compreensão, nosso estudo focalizou a memória por meio de testemunhos de lideranças de quilombos que generosamente colaboraram para a feitura desta investigação. Assim, para que pudéssemos acessar esses aspectos ontológicos, ao longo desta pesquisa, elaboramos um questionário, destinado a essas lideranças (ver ANEXO A), composto por perguntas relativas à produção de vídeos, fotos ou áudios pelas comunidades, além do uso desse material ou dos processos de comunicação relacionados aos aspectos de memória e identidade do grupo. Com isso, buscamos identificar como, na luta política em defesa da propriedade coletiva de suas terras, os quilombolas têm ocupado novos territórios midiáticos.

Em seus estudos, Moura G. (2012) observa a importância da terra para as comunidades quilombolas, uma vez que, nela, reproduzem o modo africano de viver, por meio do cultivo, criação de animais, artesanato e demais práticas culturais. No entanto, ainda na década de 1990, a pesquisadora constatou a importância cada vez maior, dos meios de comunicação na vida comunitária. Em visita à comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos, no Maranhão, a autora observou, em 1991, o escasso abastecimento de energia elétrica. No entanto, na casa de uma das lideranças, instalara-se um aparelho de televisão que se tornou referência para a comunidade. Com base na observação dessa prática, a pesquisadora aponta o contínuo diálogo entre o ancestral e o contemporâneo no mesmo contexto de resistência. Ela afirma que é na “valorização da cultura ancestral africana que os negros guardam, sem isolar-se da sociedade inclusiva, nem da vida moderna, cujos instrumentos são capazes de manipular na defesa de seus interesses” (MOURA, G.).

Nessa perspectiva, os tambores seriam os elementos básicos do que primeiro se entende por comunicação nas comunidades quilombolas. Por meio deles, as famílias sabem as horas de reunião e culto, recebem avisos de luto ou festa. Nos contextos dos cultos, “os toques dos tambores sagrados aumentam a dimensão da vida, a possibilidade de festejar”

(MOURA G., 2012, p. 69). As celebrações são parte fundante da cultura quilombola, conteúdo essencial de sua comunicação com os grupos externos:

Festas ratificam o modo de expressão da identidade do grupo e da luta desde os antepassados. Vivenciar tradições, celebrar os santos de devoção, conhecer histórias dos mais adultos, dançar e cantar músicas tradicionais (ou novas) lhes conferem traços comuns, sintetiza os elementos todos, depreende-se como se constrói e se define a identidade étnica em comunidades negras rurais. (MOURA G., 2012, p. 111)

Consoante com isso, Moura D. (1990) destaca que “reconstruir o passado é uma forma de explicar-se, de afirmar a identidade”. Ao fazerem reconhecer a identidade individual e coletiva dos personagens, os filmes funcionariam como uma “manifestação que quer torna visível um grupo racial não reconhecido”.

A situação de invisibilidade sociocultural do negro brasileiro direciona a produção desse filme e sua inclusão no processo de identificação da raça negra. Os filmes analisados participam de uma luta simbólica do negro por se fazer ver, por se fazer crer, por se fazer reconhecer. No contexto do material aqui analisado, fazer cinema é uma prática cultural. Prática que, através da memória, insere-se no processo de afirmação da identidade no negro brasileiro. (MOURA, 1990, p. 114)

As relações entre memória e identidade constituíram, portanto, parte fundamental de nossa investigação. Não se pretendeu, no entanto, realizar um estudo antropológico ou histórico, mas observou-se como fundamental valorizar os aspectos culturais e históricos na construção dos processos comunicacionais por parte de comunidades quilombolas. A forma como se fortalecem as relações comunitárias tende a permear os conteúdos midiáticos produzidos para criar uma unidade interna e, ao mesmo tempo, estabelecer parcerias externas na luta por reconhecimento e direitos.

3.2 Sistemas simbólicos

No campo sociológico, seguiremos o eixo de investigação proposto por Bourdieu (1998), que se debruça sobre o conceito de sistemas simbólicos enquanto “instrumentos de conhecimento e de comunicação que só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados”. Fazem parte dessas estruturas-estruturantes elementos como a arte, a religião

e a língua. Esses elementos geram produções simbólicas, historicamente desenvolvidas e visibilizadas como instrumento de dominação. Ainda nas palavras do autor:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 1998, p. 10)

Bourdieu evidencia, portanto, o desafio vivenciado pelas classes dominadas no sentido de empreender uma luta simbólica para redefinir hierarquias políticas a partir de novas práticas sociais – *habitus* – que se desenvolvem no espaço social e no campo político. No contexto brasileiro, a provocação do sociólogo nos leva a refletir, por exemplo, sobre como as comunidades negras – pertencentes às classes dominadas desde a chegada de seus antepassados ao país – utilizaram a religiosidade, a arte e a linguagem da diáspora africana para a disputa simbólica e política da sociedade.

A busca pela apropriação/construção do poder simbólico, enquanto poder de transformar a visão do mundo – nas palavras de Bourdieu (1998) – recai, no caso das comunidades quilombolas, em um contexto muito peculiar, marcado por um passado histórico de resistência que levava muitas famílias a se distanciar do contexto social e das instituições do Estado. Nesse sentido, essas comunidades se estruturaram, em um primeiro momento, de modo a invisibilizar-se para poder sobreviver, e, posteriormente, foram sistematicamente invisibilizadas pela falta ou por meio de políticas públicas. Assim, as comunidades se constituíram com uma forte cumplicidade interna, mas com dificuldade de comunicar e repassar para a sociedade como um todo suas perspectivas políticas.

Nessa perspectiva, um dos desafios da presente pesquisa foi verificar como, na atualidade, em um novo contexto que permite reconhecimento e apropriação quilombola do espaço político, as lideranças dessas comunidades conferem legitimidade às suas palavras, enunciações e reivindicações políticas, por meio de construções simbólicas.

3.3 Estudos culturais e diáspora negra

Um dos referenciais teóricos mais relevantes para nossa investigação foram os Estudos Culturais britânicos, que, nascidos na metade dos anos 50, agregaram pesquisadores interessados em repensar a educação, a cultura, a comunicação e a política,

entre outros temas. Um dos seus fundadores, Raymond Williams (1980) revisitou a teoria cultural marxista a partir de uma série de conceitos clássicos, à qual submeteu uma permanente visão crítica sobre as limitações e equívocos do marxismo enquanto marco teórico, que se constrói a partir do pressuposto de uma “base determinante e de uma superestrutura determinada”.

A fonte dessa proposição consta no Prefácio de 1859 da obra *Uma contribuição à crítica da economia política*, de Karl Marx, segundo a qual “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, político e intelectual em geral”. Não seria a consciência dos homens que determinaria sua existência, pelo contrário, trata-se da existência social que determinaria sua consciência. Williams (1980) considera essa perspectiva importante para a análise da sociedade, mas classifica como “limitado” afirmar que essas “formas específicas” surgidas a partir da tomada de consciência dos conflitos sociais sejam consideradas a totalidade da atividade cultural.

O autor faz uma crítica ao “determinismo” da base sobre a superestrutura, destacando que a sociedade, os acontecimentos históricos e a *psique* do homem social não podem ser abstraídos jamais dos indivíduos e das vontades individuais, sob o risco de se limitar a sociedade a um formato alienado e retratar os indivíduos como seres pré-sociais ou mesmo antissociais, incapazes de lançar um olhar próprio sobre sua existência na base econômica.

Outra crítica de Williams à teoria cultural marxista reside na localização da atividade cultural humana no passado, analisado a partir de marcos formais e de unidades fixas. Ele aponta as tensões existentes na experiência cultural do presente, que geram mudanças até mesmo em expressões dominantes como o idioma. Essas mudanças ocorreriam nas “estruturas do sentir”, representados pelos significados e valores tais quais são vividos e sentidos ativamente.

Com isso, esse expoente dos Estudos Culturais britânicos oferece uma valiosa lente para os estudos da cultura e dos meios de comunicação, entendidos como um sistema de signos que, já, pode ser compreendido, em si mesmo, como uma estrutura específica de relações sociais, em que valores e necessidades são expressos, mas, também, em que novos valores e novas sociedades estão sendo forjados cotidianamente.

Esta visão se fortalece a partir da leitura de Prysthon (2003), que considera os Estudos Culturais como fundamentais para a compreensão do fenômeno comunicacional na

sua interface com a cultura contemporânea. A autora destaca um viés importante de reflexão teórica sobre a questão das minorias e da micropolítica:

As diferenças culturais precipitam um imperativo para o teórico da cultura, que é preparar uma moldura conceitual que redefina o papel das minorias, dos subalternos, dos "deserdados da terra" (lembrando Frantz Fanon) do que era chamado de Terceiro Mundo na reordenação "global" da cultura. Precisamente no corpus dos Estudos Culturais contemporâneos e das teorias pós-colonialistas é que veremos as análises mais agudas do processo dessa reordenação (PRYSTHON, 2003, p. 138).

Trata-se aqui de buscar o "papel do periférico na História e da própria História periférica" a partir de estudos pós-coloniais que reinserem o debate da "identidade nacional, da representação, da etnicidade, da diferença e da subalternidade no centro da história da cultura mundial contemporânea" (PRYSTHON, 2003, p. 138). Ainda conforme a autora, "a moldura teórica dos Estudos Culturais envolveria, principalmente, as estratégias de comunicação das minorias e dos grupos de subcultura", levando em conta a expansão do universo midiático (PRYSTHON, 2003, p. 141).

A análise dessas estratégias culturais e de comunicação encontra, em outro teórico dos Estudos Culturais, o intelectual e ativista jamaicano Stuart Hall (2003, 2004), um foco preferencial nas comunidades negras da América Latina e do Caribe a partir de uma reflexão sobre a diáspora africana. Segundo o autor, a trajetória histórica comum de deslocamento forçado e de persistente subjugação fez com que as comunidades negras destas regiões estabelecessem estratégias de resgate cultural em um ambiente marcado pela imposição de modelos culturais europeus (HALL, 2003). A esse respeito, é possível compreender como:

A diáspora torna-se um conceito crítico no contexto político da globalização. Dá conta de como é possível que uma cultura sobreviva, estabeleça relações, não se volte para defesas fundamentalistas, e tampouco se perca, tornando-se apenas simulacro e cúmplice do Ocidente. Neste sentido, as diásporas são, sobretudo, um extraordinário laboratório cultural onde as tentativas de sobrevivência e as contra-negociações são trabalhadas e experimentadas (HALL apud SOVIK; HOLLANDA, 2004).

Para Hall (2003, p.41), a África é a metáfora por meio da qual é possível entender como as comunidades da diáspora são vistas e tratadas pelo mundo Ocidental e detentores do poder. Ou seja, muito aquém de seu potencial criativo e de mobilização, presa a paradigmas do passado e ao discurso do berço atrasado da humanidade. As experiências

culturais diaspóricas, no entanto, revelam a capacidade de transgressão e transformação de comunidades formadas no reencontro de diferentes tradições afro. Na visão do intelectual jamaicano (1996, p.69), as trocas entre grupos afrodescendentes têm impulsionado muitas produções no campo da representação visual, em um importante movimento de busca e ressignificação de identidades com vistas à afirmação cultural e política.

Portanto, a escravidão, uma das experiências mais traumáticas de separação forçada da história da humanidade, foi capaz de expropriar violentamente identidades culturais, mas na modernidade se configura como motivação para que diferentes grupos de afrodescendentes estabeleçam cada vez mais contatos, parcerias táticas e intercâmbios para a criação de novas identidades.

3.4 Imprensa negra

A investigação ora levada a cabo, procurou situar os processos de comunicação de protagonismo quilombola dentro do contexto de produção midiática de comunidades negras no Brasil. Neste sentido, recorreremos a pesquisas que se dedicaram a mapear a atuação de grupos afrodescendentes neste campo. Muniz Sodré de Araújo Cabral (1999), por exemplo, destaca a articulação de grupos sociais negros, como irmandades e associações, para a produção de discurso jornalístico próprio, ainda no século XIX, antes mesmo da abolição da escravidão. A imprensa negra deste período caracteriza-se pela tentativa de “negrointegrar-se na sociedade local” (CABRAL, 1999), revelando feitos dos homens ditos de cor, mas também veiculando protestos relativos ao não cumprimento das leis que antecederam a Lei Áurea (proibição de tráfico de escravos e liberdade para idosos). As publicações pioneiras eram mantidas a partir de redes de solidariedade entre intelectuais de cor, no entanto, não tratavam da situação dos quilombos. Havia um silêncio sobre a escravidão, conforme destaca a jornalista e historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto:

Naquele tempo em que se falava numa remota e gradual abolição do escravismo, e a preservação das liberdades conquistadas era tão frágil, pensar e agir em outros termos poderia ser mais difícil do que se pensa. [...] Mesmo assim esses jornais conseguiram demarcar e registrar um avanço de parte da população negra em seu próprio benefício. Existiam não no subterrâneo da história, mas nas ruas, casas, tipografias, em lugares públicos e privados da cidade do Rio de Janeiro, a cidade negra. Essa característica lhes confere grandeza. Suas possíveis limitações lhe afiançaram humanidade. (PINTO, A., 2010, p.52)

As manifestações de homens de cor livres não encontravam eco na imprensa comercial recém-nascida, como demonstra texto publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1929, no qual o proprietário da publicação, Júlio de Mesquita Filho, previa a exclusão da universidade do que chamava de “toxina social”, isto é, “a massa impura e formidável de dois milhões de negros subitamente investidos das prerrogativas constitucionais” (CABRAL, 1999).

Nesse panorama, a partir do século XX, o movimento conhecido como Frente Negra Brasileira dá novo fôlego à produção jornalística própria, com publicações voltadas para a defesa dos direitos sociais, entre eles o direito ao voto (GOMES, 2005). A imprensa negra volta a se retrair a partir do regime militar, na década de 1960. Nessa época, profissionais negros buscavam vagas nas emissoras de rádio e televisão, mas acabavam sendo preteridos das funções jornalísticas, conseguindo mais espaço como atores e músicos em programas de calouros, sendo marcados pela estratégia de violência e poder simbólicos de ridicularização dos participantes.

De acordo com Motta (2005), a partir do final do século XX, a “sociedade civil se reorganizou, passou a exercer maior vigilância sobre as instituições públicas, criou novos canais de manifestação e o debate democrático se ampliou”. Dessa forma, o autor observa que, apesar de continuar fazendo parte de uma “sociedade organizada para o mercado, politicamente conservadora e socialmente excludente”, a atividade jornalística tem sido permeável às pressões e demandas sociais.

Os periódicos negros ressurgem no processo de redemocratização com publicações como a revista *Tiçãõ*, editada no Rio Grande do Sul, e diversos jornais do Movimento Negro Unificado (MNU). A linha editorial segue marcada por denúncias de preconceito de cor, com mais informações históricas sobre colonialismo e escravatura, além de críticas ao mito da democracia racial brasileira. Na década de 1990, o aumento no padrão de consumo da comunidade negra permite o surgimento de revistas como a *Raça*, que busca a valorização da identidade fenotípica negra, a exemplo de publicações norte-americanas voltadas para a área cultural e de beleza/estética (CABRAL, 1999; PINTO, 2010).

Por outro lado, publicações organizadas por intelectuais e coletivos negros, como o jornal *Ìrohìn*, ampliaram de maneira mais efetiva o espaço para as reivindicações políticas de comunidades negras rurais e urbanas, inclusive quilombolas. Dessa forma, nos anos 2000, fizeram um contraponto à mídia corporativa, que, em sua maioria, ainda trata da

temática étnico-racial a partir do olhar de representantes do Estado e de especialistas universitários (CLAVELIN, 2011). A presente pesquisa visou também verificar a existência de mídias quilombolas, dentro do contexto de produção da imprensa negra, bem como a presença dos atores sociais quilombolas nos veículos de comunicação protagonizados por afrodescendentes ou que se dizem a serviço desta população.

3.5 *Bios midiático*

Para fins deste estudo, é importante ressaltar que a partir dos anos 2000 as publicações impressas de comunidades e grupos negros – organizações políticas ou culturais – vão perdendo a sustentação econômica e passam a migrar para a *internet*, ambiente denominado por Cabral (2010) como integrante do “*bios* midiático”. Ou seja, “uma espécie de quarto âmbito existencial” no qual se dá a existência humana (CABRAL, 2010, p. 25), sendo “resultado de intersecções estabelecidas entre as diversas inovações tecnológicas, especialmente no ramo das chamadas telecomunicações, e as mudanças por elas operadas junto à sociabilidade contemporânea” (QUIROGA, 2011, p. 26).

O desafio, nesse particular, foi entender como as mídias baseadas na “interação em tempo real e na possibilidade de criação de espaços artificiais ou virtuais”, influenciam a construção da realidade social enquanto “moldagem de percepções, afetos, significações, costumes e produção de efeitos políticos” (CABRAL, 2010, p. 26). Nas palavras do autor:

O *bios* midiático implica de fato uma refiguração imaginosa da vida tradicional pela narrativa do mercado capitalista. Frente a ele, é possível pensar no saber comunicacional como uma redescrição da realidade tradicional pelo pensamento que incorpore a nova ordem tecnológica, mas refigurando a experiência do indivíduo em seu relacionamento com o mundo virtual, experimentando, por sua vez, uma crítica da existência e buscando um sentido ético-político para o empenho ativo de reorganização do nosso estar no mundo. (CABRAL, 2010, p. 255)

Percebe-se nesta reflexão a possibilidade da ação social participativa na *internet* a partir da incorporação das neotecnologias enquanto mídias estruturadas em códigos próprios, mas pertencentes aos modelos prévios de comunicação (CABRAL, 2010). Na avaliação do autor, no entanto, não basta o discurso, é necessária a ação coletiva. Cabral (2010) é cético em relação às possibilidades de intervenção política a partir da *internet*, mas classifica o momento histórico como de perda da vitalidade da representação parlamentar e da classe média (BOLGUE, 2011).

Essa nova configuração daria espaço para que atores sociais coletivos, especialmente minorias políticas como a população negra, buscassem o impulso de transformação política via *internet* e fora dela.⁷ Neste sentido, surgiria uma outra lógica pertinente à fala e ao discurso jornalístico. E, desta forma, novas questões para a pesquisa em comunicação (informação verbal) podem ser formuladas como parte do escopo da investigação, apesar do reconhecimento das limitações inerentes às interações tecnológicas, tais como:⁸ Estaria em curso hoje uma nova lógica pertinente ao discurso jornalístico? Estaria essa lógica em vigor no jornalismo da *internet* e redes sociais? Esse novo jornalismo mantém uma dimensão histórica com a cidadania?

Em consonância com isso, Quiroga (2011), por exemplo, aponta para a centralidade do fenômeno da comunicação como elemento decisivo dos processos e passagens históricas, especialmente as atuais. O pesquisador ressalta, no entanto, que hoje a validade das manifestações coletivas parece depender de um “crivo midiático” (QUIROGA, 2011) dos atos de expressão e participação coletivas estarem presentes nos meios de comunicação.

A cultura de luta, portanto efetiva-se agora em boa parte por intermédio dos meios de comunicação. As diferentes práticas coletivas, antes fundadas no ato de criar associações, sindicatos ou partidos políticos, agora parecem concentrar esforços em grande parte na tentativa de entrar nos circuitos e redes de comunicação. Trata-se da consolidação de uma característica efetivamente contemporânea: a informação assume valor social inimaginável. (QUIROGA, 2011, p. 25)

Ao propor essa reflexão, o autor problematiza os desdobramentos produzidos pela incidência do fenômeno tecnológico sob a experiência da chamada cidadania moderna. Entendendo cidadania como “atividade que consiste na autoconstrução do sujeito social enquanto partícipe e copartícipe da vida pública” (SILVA, 2011, p. 99), deve-se pesquisar se a inserção das comunidades quilombolas no *bios* midiático tem contribuído para torná-las, de forma coletiva, protagonistas no diálogo com a sociedade, na construção de políticas públicas e no fortalecimento de suas identidades.

⁷ CABRAL, M.S.A. Discursos da Mídia. Brasília-DF. Entrevistado por Juliana César Nunes. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=jByXHTpwDXM>>. Acesso em: 20 jul 2013.

⁸ Questões levantadas durante palestra proferida por Muniz Sodré na aula inaugural da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, no dia 23 de agosto de 2011.

3.6 Paradigmas jornalísticos e debates

Essencial para entender os processos comunicacionais propostos por esta pesquisa, a análise sobre interações entre atores sociais e meios de comunicação fundamenta-se no paradigma sociocêntrico, que “leva em conta a potência do jornalismo e o seu lugar como espaço privilegiado da sociabilidade contemporânea”. Pesquisas baseadas nesse paradigma consideram o “jornalismo permeável às contradições sociais e às pressões da sociedade civil, ator às inúmeras negociações”. Para Motta (2005), grupos sociais organizados são capazes de contrapor suas visões de mundo e de reverter as posições autoritárias da mídia, amplificando os dizeres.

O autor parte de Goffman (1974) para afirmar que os “enquadramentos não são produzidos pelos jornalistas, mas recolhidos por eles da experiência e cultura humanas. Compartidos pelo narrador e leitores, servem para organizar a complexa realidade e estabilizar a situação de comunicação”. Goffman (1974) define enquadramento com um conjunto de premissas organizativas das atividades dos atores sociais, modos através dos quais se cataloga e se vive a experiência da realidade. Para Motta (2007), esse conceito demonstra que a comunicação é possível por causa dos *frames* de interação que constituem reciprocamente os atores sociais em pessoas acessíveis – microrealidades sociais construídas pela interação tornando possível comunicar-se. Essas interações ajudam a consolidar um novo paradigma sobre o jornalismo enquanto espaço para debates sociais nos quais diferentes atores podem se fazer presentes, ainda que os interesses dominantes estejam favorecidos:

O conteúdo do jornalismo brasileiro está repleto de tensões, reverbera as lutas e contradições sociais, abre e fecha espaços de acordo com a conjuntura. Como ator social, faz alianças, negocia poder, permite concessões aos movimentos sociais, avança e recua politicamente a todo o momento. A meu ver, a pesquisa não tem o direito de ignorar isto (MOTTA, 2005, p. 9).

3.6.1 Mundo Social

Pereira (2010) situa o contexto de produção jornalística além das fronteiras da redação, a partir de um “mundo social” estruturado por uma rede de cooperação que inclui colaboradores internos e externos. São atores sociais que potencializam sua interação com os jornalistas a partir da *internet*. As pautas jornalísticas surgem, cada vez menos, apenas da inspiração, experiências e formação dos profissionais de comunicação. Muitas vezes, elas chegam diretamente à redação em forma de *release* de organizações e comunidades interessadas ou se colocam na agenda de cobertura a partir da repercussão e relevância que certos temas alcançam na *internet*.

A plataforma tecnológica impulsiona novas formas de colaboração e intensifica o aproveitamento de informações que circulam pela rede mundial de computadores (ADGHIRNI, 2002). O conceito de mundo social, por sua vez, se fortalece como modelo analítico, abrindo “grandes possibilidades em termos de alcance e aplicação nas pesquisas sobre jornalismo” (PEREIRA, 2010). Moura e Ramalho (2012) destacam que “sempre houve o espaço da educação popular, da mídia comunitária, dos projetos de mobilização social”. Estudos críticos latino-americanos contribuíram para o diálogo entre mídia e educação, que segue inspirando projetos de apropriação das técnicas e tecnologias por movimentos civis.

3.6.2 Mudanças estruturais

Ao refletir sobre as mudanças estruturais no jornalismo, Brin, Charron e Bonville (2004) afirmam que o jornalismo contemporâneo é influenciado pelo aumento exponencial da oferta de informação. As práticas jornalísticas experimentam uma transformação, por meio da qual os jornalistas se veem obrigados a “estreitar o contato com o público, de forma a aumentar a pertinência e a atração do discurso jornalístico”. Os autores afirmam que “não se trata mais de apenas mostrar o mundo, mas de projetar um certo olhar sobre o mundo”. Nesse sentido, a valorização da subjetividade do olhar jornalístico converge para uma intersubjetividade na comunicação, que depende do reconhecimento mútuo com o público.

Ruellan (2011) destaca que a *internet* costuma ser retratada como uma plataforma capaz de revolucionar o jornalismo justamente por permitir relações mais amplas entre

jornalistas e outros atores sociais, a ponto do papel e pertinência da profissão ser colocado em debate. As mídias tradicionais passaram a incorporar a lógica colaborativa de produção e difusão das notícias para “reforçar sentimentos de pertencimento e identidade”. No entanto, essa relação não se dá de forma unilateral. Os “colaboradores” atuam de forma intencional e esperam dar continuidade às mudanças nas estruturas do jornalismo garantindo que suas falas e demandas políticas reverberem. Os atores sociais externos às redações desejam que os meios de comunicação sejam um “espaço de mediação” no qual torne-se possível criar e construir “relações sociais, econômicas e políticas”.

Os diversos tipos de textos (escritos ou audiovisuais), produzidos a partir desta relação, geram uma nova forma de construção da notícia, potencialmente, cada vez mais, polifônica e polissêmica. Medina (2011) sugere que o papel e a autoria do jornalismo mantêm-se em posição de destaque, enquanto articulador de uma assinatura coletiva, mas a construção do acontecimento do presente se altera de forma significativa. Para que essa alteração se dê de forma construtiva para sociedade, seria fundamental a radicalização da experiência da reportagem enquanto técnica de apuração jornalística capaz de desvendar novas realidades, visibilizar diversos atores sociais como autores e retratar experiências vividas. Neste sentido, a autora provoca e, ao mesmo tempo, questiona: “se o jornalista é de fato um leitor cultural da contemporaneidade, como pode prescindir da vivacidade da oratória para se fechar em códigos assépticos e estandarizados?” (MEDINA, 2011)

3.6.3 Fontes

No que concerne às fontes de informação é possível observar como, em alguns casos, o público se transforma em fonte, o que ocorre a partir de processos organizativos da sociedade, por meio dos quais segmentos da população desejam expressar suas demandas e preocupações. Pinto, M. (2000) diferencia os tipos de fontes segundo a natureza – pessoais ou documentais –, origem – públicas ou privadas –, duração – episódicas ou permanentes –, âmbito geográfico – fontes locais, nacionais ou internacionais –, grau de envolvimento nos fatos, atitude face ao jornalista – ativas ou passivas –, identificação – assumidas ou confidenciais – e estratégia de atuação – preventivas ou defensivas.

O autor ressalta que, em diferentes graus, as fontes procuram: (i) a visibilidade e atenção da mídia; (ii) a marcação da agenda pública e a imposição de certos temas como foco da atenção coletiva; (iii) a angariação de apoio ou adesão a ideias ou a produtos e

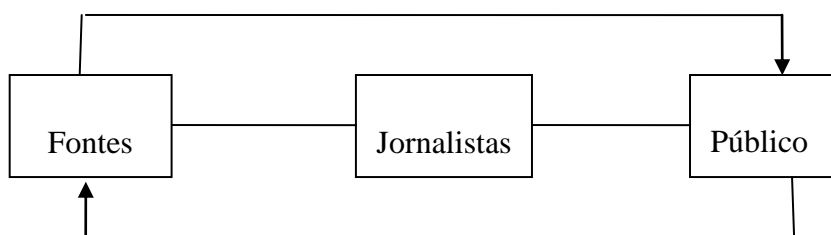
serviços; (iv) a prevenção ou reparação de prejuízos e malefícios; (v) a neutralização de interesses de concorrentes ou adversários; e (vi) a criação de uma imagem pública positiva.

Os jornalistas, por sua vez, buscam: (i) a obtenção de informação inédita; (ii) a confirmação ou desmentido para informações obtidas noutras fontes; (iii) a dissipação de dúvidas e desenvolvimento de matérias; (iv) o lançamento de ideias e debates; (v) o fornecimento de avaliações e recomendações de peritos; e (vi) a atribuição de credibilidade e de legitimidade a informações diretamente, recolhidas pelo repórter. Dessa forma, a interação entre fontes e jornalistas permite afirmar que:

A instância privilegiada de mediação social que o jornalismo constituía (e em boa medida ainda constitui) passou a ser disputada, a montante, por fontes organizadas e profissionalizadas que vieram complexificar os processos sociais de recolha e selecção (*newsgathering* e *gatekeeping*) das notícias e, por conseguinte, os processos de construção da própria realidade social (PINTO, M., 2000, p. 282).

O autor faz um exercício gráfico de representação das relações entre fontes e jornalistas, por meio da qual as fontes, vez por outra, estabelecem contato direto com o público e vice-versa.

Figura 1 – Relação entre fontes e jornalistas



Fonte: Pinto, M. 2000, p. 282.

A pesquisa, ora apresentada, buscou identificar como as comunidades quilombolas estão se envolvendo nestes fluxos de comunicação e como estão se construindo enquanto fontes ou produtoras de informação. Interessa-nos averiguar se e de que forma as lideranças dessas comunidades estabelecem contatos com os jornalistas ou, mesmo, diretamente com o público externo às comunidades. Nesse âmbito, coube questionar se o jornalismo continua sendo considerado pelas comunidades como uma importante instância de mediação social;

e quais as formas de diálogo com os jornalistas, que também atingem a sociedade, passaram a ser adotadas pelas lideranças diante do ambiente de convergência digital. A partir dessas questões procuramos trilhar caminhos investigativos, analisando os dados gerados em campo e coletados no ambiente virtual com base nas categorias descritas acima, visando estabelecer padrões comparativos com os processos de comunicação desenvolvidos por outros atores sociais.

3.6.4 Visibilidade Mediada

Em um esforço de mostrar o caráter positivo e construtivo das interações entre fontes, jornalistas e público, McNair (1998) ressalta que os meios de comunicação se abrem a vozes contestatárias que são imprevisíveis e opostas nas suas escolhas e nas suas necessidades de fontes. Com isso, tornaram-se uma “arena essencial para a luta ideológica”, na qual profissionais atuam para proporcionar apoio técnico aos que nela tomam parte.

O sociólogo e professor da Universidade de Cambridge John B. Thompson trabalha com o conceito de “visibilidade mediada” para classificar este momento social em que, a partir dos meios de comunicação, tem-se “uma arma possível no enfrentamento das lutas diárias”. De acordo com ele, o tema da visibilidade está situado no contexto de uma teoria social dos meios de comunicação relacionada com as “novas maneiras de agir e interagir trazidas com a mídia”, que já não dependem de propriedades espaciais e temporais presenciais (THOMPSON, 2008, p. 15).

Do impresso à *internet*, passando pela rádio e a televisão, a mídia eletrônica ampliou o fluxo de conteúdos, em diferentes formatos e conceitos, produzidos e apresentados para um número, cada vez maior, de indivíduos e grupos. Para o autor, se por um lado a “visibilidade mediada” favoreceu os detentores do poder político, por outro, “ela se tornou o fundamento pelo qual as lutas sociais e políticas são articuladas e se desenrolam”.

A batalha brutal de palavras e imagens emergindo com a guerra do Iraque ilustra muito bem que, na era moderna de uma visibilidade mediada, a luta para ser visto e ouvido, e a luta para fazer com que os outros vejam e ouçam, tornou-se uma parte inseparável dos conflitos sociais e políticos de nosso tempo. (...) A visibilidade das ações e eventos, o impacto dessas palavras e imagens na forma como os indivíduos comuns entendem o que está acontecendo em regiões distantes e na forma como moldam suas opiniões e julgamentos morais sobre tais situações têm se tornado, no

tempo presente, uma parte inseparável do decurso dos eventos em si (THOMPSON, 2008, p. 37).

Pinto, M. (2000) parte desse ponto de vista para sugerir a necessidade de estudos sobre a capacidade de organizações e movimentos sociais conseguirem a atenção dos jornalistas. De acordo com ele, diversos segmentos da sociedade já se apropriam da lógica de construção dos valores-notícia para interagir com a sociedade. As ações sociais passam a ser pensadas de acordo com a visibilidade que podem alcançar nos meios de comunicação, uma vez que esta é a principal esfera de diálogo com a sociedade.

Em conclusão, diríamos que a multiplicação e diversificação das fontes (com analogia com o que o sociólogo Madureira Pinto designou por “multiplicação dos polos de enunciação” 16) representam, certamente, um sinal da complexificação da vida social: desdobram e alargam as instâncias que produzem discursos e iniciativas, acrescentam e diferenciam canais e modalidades de comunicação, fazem crescer o volume de dados e informações, expressam, finalmente, a intervenção de novos actores na cena social. Neste processo, as fontes organizadas e, frequentemente, profissionalizadas adquirem um estatuto e um poder significativos, quer face aos media e aos jornalistas quer face ao público em geral, do qual emergem, de resto. (PINTO, M., 2000, p. 292)

Pesquisas sobre rotinas produtivas do jornalismo (*newsmaking*), baseadas na teoria organizacional e construcionista, revelam que a notícia é produzida a partir de um processo negociado, na qual os jornalistas não são atores sociais passivos. Ou seja, participam da construção da realidade e interagem com atores sociais que desejam transformar a realidade (TRAQUINA, 1999). A trajetória histórica dessas interações tem como marco o *civic journalism*, iniciativa da imprensa e de setores da sociedade civil norte-americana, empenhados em incentivar a população a exercer o direito ao voto. A mobilização iniciada na década de 1990 inspirou Silva (2004) a conceituar o jornalismo público como uma “atuação cooperativa e consorciada entre as organizações sociais e os veículos de comunicação, respeitada a autonomia de cada um com relação aos seus critérios próprios de noticiabilidade”.

O autor recontextualiza os critérios de agendamento tradicional, ampliando as interações entre fontes e jornalistas para o âmbito do agendamento social ou do co-agendamento. A partir desse diálogo, a notícia passa a ter um potencial de transformação da realidade, especialmente quando fontes institucionalizadas conseguem inserir na pauta jornalística temas que exigem a mobilização da sociedade. Entre eles, a educação no

trânsito, o combate à violência sexual contra as crianças e os adolescentes, ou, até mesmo, a preservação do meio ambiente.

Ferreira (2004) considera o ano de 1988 como um marco na forma de tratamento que a imprensa dá ao segmento afrodescendente. De acordo com ele, esta mudança foi impulsionada pelo centenário da abolição da escravatura, a organização mundial contra o apartheid e a elaboração da nova Constituição brasileira. Ainda assim, o autor acredita que a produção jornalística não tem dado conta das realidades sociais e faz um alerta: “os profissionais de imprensa que não estiverem preparados para coberturas jornalísticas sobre o segmento negro podem reforçar atos de racismo, discriminação e estereótipos, mesmo quando a linha do jornal não for esta”.

Em seu estudo de doutorado, Ferreira constatou que até mesmo os profissionais negros, sub-representados nos meios de comunicação, reprovam a maneira como os veículos retratam os afrodescendentes e outros segmentos, mas não sabem qual seria o melhor modelo de abordagem dessa temática pela imprensa. O autor ressalta que para as próximas décadas a imprensa passa a ter o desafio de realizar uma cobertura jornalística de segmentos sociais com pouca representação social e política. A pergunta é como resgatar a cidadania desses grupos e denunciar os crimes de discriminação sem cair no estereótipo e ter como meta promover a justiça social? No estudo aqui proposto, a análise de processos comunicacionais desenvolvidos por comunidades quilombolas buscará algumas respostas para esta questão.

3.7 Novas mídias e participação política

A pesquisa que desenvolvemos levou em conta a busca de estudos em comunicação por aprofundar a descrição dos modelos de mídia em vigor no mundo e estabelecer reflexões sobre como a participação política se efetiva por meio deles, até mesmo com incentivo e modelagem do Estado. No livro *Comparing Medias Systems*, Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004) afirmam não ser possível compreender “uma nova mídia sem entender a natureza do Estado, o sistema político partidário, a relação entre os interesses políticos e econômicos, e o desenvolvimento da sociedade civil, além de outros elementos da estrutura social” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 8).

No estudo, os autores descrevem o que consideram ser os modelos predominantes nos sistemas de mídia, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, quais sejam: liberal

(predominância da mídia comercial), democrático corporativo (coexistência entre mídia comercial e mídias de organizações sociais e partidos políticos) e pluralista polarizado (vários sistemas, mas com dominação do Estado, e mídia comercial pouco desenvolvida). Em todos os sistemas, as questões ideológicas estariam presentes nas rotinas profissionais, independente de se o modelo de mídia configura-se como governamental, parlamentar, profissional-público ou cívico – o último deles com controle dividido entre vários grupos sociais e políticos, religiosos, étnicos, ligados ou não a organizações não-governamentais.

Estas mídias teriam graus variados de autonomia, normas profissionais distintas e orientação para o bem público (altruísmo ideológico) em diferentes níveis. O controle da mídia por grupos como partidos políticos, movimentos sociais e atores econômicos se daria no sentido de influenciar políticas públicas. E, uma vez o modelo liberal de mídia tendo triunfado nos anos 2000, a tendência seria a de jornais partidários e ligados a grupos sociais sucumbirem.

No livro *Internet e participação política no Brasil*, o atual coordenador do grupo de pesquisa em Comunicação, *Internet e Democracia* da Universidade Federal da Bahia, Wilson Gomes, destaca a necessidade de se verificar em que medida a *internet*, as ferramentas e iniciativas apoiadas em tecnologias digitais contribuem para “resolver o tão documentado déficit de participação política que afeta, em toda parte, as democracias liberais contemporâneas” (MAIA; GOMES, 2011, p. 19).

Uma das questões centrais levantadas pelo autor diz respeito à possibilidade do “emprego da comunicação via computadores” resultar na inserção de novos agentes sociais, com novas formas de engajamento, promovendo a chamada democracia digital. A esse respeito, o autor defende:

Entendo por democracia digital qualquer forma de emprego de dispositivos (computadores, celulares, *smart phones*, *palmtops*, *iPads*), aplicativos (programas) e ferramentas (fóruns, *sites*, redes sociais, mídias sociais) de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos em benefício do teor democrático da comunidade política (MAIA; GOMES, 2011, p. 28).

Gomes considera que dentre os pré-requisitos desta democracia digital estaria a representação das minorias e a consolidação dos direitos de indivíduos e dos grupos socialmente vulneráveis. O autor traça, no entanto, parâmetros para se definir um projeto adequado de democracia digital. Entre eles, “promover o aumento da diversidade de

agentes, de agências e de agenda da esfera pública e nas instâncias de decisão política”, bem como “aumentar instrumentos, meios e oportunidades para que minorias políticas se representem e sejam representadas na esfera pública e nas instâncias de produção da decisão política” (MAIA; GOMES, 2011, p. 30).

Para a pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenadora do grupo de pesquisa em Mídia e Esfera Pública, Rousiley Celi Moreira Maia, a *internet* possui uma infraestrutura rápida e barata, capaz de produzir e difundir de forma autônoma informações e ações políticas locais, nacionais ou transnacionais (MAIA; GOMES, 2011, p. 47). Ela levanta, como questão de pesquisa em comunicação, a interferência da internet nas dinâmicas organizacionais das redes de ativismo.

A autora considera que a articulação de grupos sociais na *internet* expande a esfera pública, garante a multiplicidades de vozes e o empoderamento de cidadãos detentores do legítimo direito de “discutir e implementar emendas nas regras existentes de uma dada comunidade política e, conseqüentemente, alterar as relações de governança em vigor” (MAIA; GOMES, 2011, p. 65).

Maia e Gomes (2011) alertam para a necessidade de se entender que não basta reduzir as distâncias de espaço e de tempo. Em uma reflexão muito pertinente para se analisarem as comunidades quilombolas no Brasil, tendo em vista sua ampla diversidade regional e geracional, eles lembram que a efetividade das ações no universo virtual dependem do reconhecimento político e das afinidades entre os sujeitos.

A *internet* enquanto ambiente complementar às interações pessoais e ao uso de diversas tecnologias de comunicação. O ativismo *on line*, em geral, reflete (ou não) o vigor do ativismo *off line*.

Não há dúvidas de que associações voluntárias e os movimentos sociais têm se beneficiado da estrutura de comunicação digital para usos diversos. Contudo, não se pode esquecer de que as associações civis transnacionais são antigas. Movimentos internacionais contra a escravidão ou em prol dos direitos dos trabalhadores datam do século XIX; movimentos antinuclear, antiapartheid, em defesa dos direitos humanos e pela anistia, e ainda grupos de advocacia que se organizam em torno de interesses comuns (UNICEF, *Save the children*, *Greenpeace*) exemplificam importantes formas de ação política transnacional, consolidadas antes do advento da *internet* (MAIA; GOMES, 2011, p. 65).

Ainda sobre esse assunto, Maia considera que o uso da comunicação digital tem facilitado o surgimento e continuidade das chamadas “mídias alternativas ou mídias táticas

e blogs”, capazes de oferecer informações não disponibilizadas pelos “meios massivos tradicionais”. Na avaliação da autora, esse circuito alternativo pode representar “vozes de sujeitos marginalizados ou sustentar contradiscursos, produzir mensagens críticas e rotas de interpretação alternativas às aquelas convencionais, bem como servir como fonte para jornalistas e, ainda, agendar temas nas grandes organizações midiáticas”.

Esta reflexão se relaciona com nossa pesquisa por ser pertinente avaliar como as lideranças quilombolas levam para o ambiente virtual a memória, realidade e articulações políticas de suas comunidades. De que forma esse circuito alternativo possibilita a criação de redes entre as comunidades, canais de interlocução com a mídia comercial, com o Estado e com a sociedade como um todo. Em suma, averiguar se as novas mídias podem ser um caminho para efetivar a participação política de uma parcela da população que historicamente viveu silenciada e necessita de visibilidade para conquistar seus direitos.

No percurso dessa investigação, é fundamental levar em conta as contribuições da socióloga Ilse Scherrer-Warren, que tem se dedicado ao estudo de redes de movimentos sociais na América Latina enquanto agentes de políticas emancipatórias. Ela situa as raízes das lutas na região em mobilizações populares do período colonial, como os movimentos messiânicos, movimentos separatistas, formação de quilombos e resistência indígena (SCHERER-WARREN, 2008, p.505). Organizações que resistiram à invisibilidade da primeira metade do século XX e até mesmo às perseguições dos regimes militares na segunda metade. A partir dos diversos processos de redemocratização, esses movimentos e organizações passaram a operar cada vez mais no nível institucional, participante de audiências, assembleias, conferências e conselhos. No entanto, a autora observa que estratégias de “resistência política mais ativa” continuam sendo adotadas e reinventadas.

O que interessa aqui perceber é que, tanto nos espaços da participação institucional como nos espaços das “assembleias populares” e das redes autônomas dos movimentos sociais, as diferentes organizações e tendências dos movimentos sociais citadas acima se encontram e negociam ações políticas. Isso ocorre porque o movimento social atua cada vez mais sob a forma de rede, que ora se contrai em suas especificidades, ora se amplia na busca de empoderamento político. (SCHERER-WARREN, 2008, p.507)

A socióloga e professora da Universidade Federal de Santa Catarina cita os quilombolas como um dos movimentos sociais populares mais expressivos na América Latina atual, ao lado dos sem-terra ou camponeses, sem-teto, indígenas, negros, mulheres, piqueteiros, desempregados, dentre outros. De acordo com a autora, esses movimentos

estabelecem nexos em “formas expressivas, comunicativas e em pautas políticas comuns a várias organizações, criando identidades coletivas que possibilitam a articulação dos movimentos específicos numa rede de movimentos sociais” (SCHERER-WARREN, 2008, p.507). As pesquisas em desenvolvimento pela autora mostram que os fóruns da sociedade civil organizada, as redes interorganizacionais ou coletivos em rede tornaram-se importantes espaços para a construção dos chamados nexos políticos entre movimentos locais e transnacionais.

SCHERER-WARREN (2006, p. 110-112) defende a existência de três níveis da sociedade civil: 1 - local e/ou comunitário (núcleos dos movimentos de sem-terra, sem-teto, piqueteiros, empreendimentos solidários e associações de bairro); 2 - articulações interorganizacionais (fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes); 3 - mobilização na esfera pública (articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, que se articulam para produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes - no sentido político-pedagógico - e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo).

O exemplo usado pela autora para ilustrar uma rede de movimentos sociais interessa muito a esta pesquisa. SCHERER-WARREN (2006) toma como base o movimento nacional quilombola e o classifica como movimento emergente na medida em que esse vem se constituindo numa “expressão ativa do movimento negro brasileiro e pode ser considerado como uma rede, tendo em vista seus aspectos organizacionais e de ação”.

Figura 2 – Rede de movimento social

Fonte: SCHERER-WARREN, 2006, p.115

Para a socióloga, do ponto de vista organizacional, o movimento quilombola inclui várias redes de redes, desde a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), criada em 1996, até as organizações das comunidades locais de “mocambos”, “quilombos”, “comunidades negras rurais” e “terras de preto”.

Do ponto de vista da ação movimentalista, (a rede) apresenta as várias dimensões definidoras de um movimento social (identidade, adversário e projeto): unem-se pela força de uma identidade étnica (negra) e de classe (camponeses pobres) – a identidade; para combater o legado colonialista, o racismo e a expropriação – o adversário; na luta pela manutenção de um território que vive sob constante ameaça de invasão, ou seja, pelo direito à terra comunitária herdada – o projeto. Nesse momento, unem-se também ao Movimento Nacional pela Reforma Agrária na luta pela terra, mas mantendo sua especificidade, isto é, pela legalização da posse das terras coletivas. (SCHERER-WARREN, 2006, p.114-115)

A autora considera um dos principais elos entre os vários movimentos a Via Campesina, que tem mobilizado organizações do campo, mas também coletivos urbanos (especialmente mulheres e jovens) em torno da pauta do acesso à terra e a condições mais dignas de vida para a população brasileira como um todo. Esse elo ativo se legitima a partir de ações de solidariedade, como a participação em ocupações e resistências quilombolas e

indígenas no Espírito Santo, onde empresas do mercado de transgênicos disputam a ocupação de terras tradicionais.

SCHERER-WARREN (2008, p.509-511) pontua a existência de uma nova lógica associativa que, sem abrir mão de diversidades e diferenças, tem contribuído para a articulação de redes políticas entre os movimentos sociais latino-americanos. Uma das tensões destacadas pela autora diz respeito às políticas de cotas raciais nas universidades, que enfrentou resistência por parte de diversos movimentos sociais, sendo pauta prioritária do movimento social negro e quilombola. Princípios de acesso universal a direitos estariam entre as justificativas para setores dos movimentos sociais e de esquerda se colocarem a favor de cotas sociais, em vez de cotas raciais. Essas divergências exigem um esforço de negociação e reconhecimento de diferenças no interior das redes.

Para enfrentar essas tensões, os movimentos estabelecem pontos convergentes de luta e buscam identificar adversários em comum. A partir dessas alianças, que primeiro precisam se dar no mundo real para que tenha a profundidade necessária, os movimentos sociais partem para a utilização das tecnologias de comunicação e informação. Estabelecem mensagens de conexão, mobilização e empoderamento. Além de fortalecer a comunicação inter-rede (e-mails, fóruns, listas), as tecnologias (especialmente internet e rádios comunitárias) possibilitariam a formação de uma rede de simpatizantes e de uma “opinião pública mundial e (ou) latino-americana, a partir de uma sociedade civil crítica”⁹.

⁹ SCHERER-WARREN (2008, p.514) considera que o movimento neozapatista de Chiapas, no México, foi o primeiro a alcançar forte impacto da opinião pública a partir de uma mobilização virtual.



Capítulo 4

PESQUISA DE CAMPO

A investigação sobre os processos comunicacionais com protagonismo quilombola empreendida por esta dissertação teve como foco principal a experiência vivenciada pela comunidade Rio dos Macacos, na Bahia. Esta escolha foi motivada por um estudo exploratório anterior que buscou identificar outras experiências comunicacionais no universo de observação. Entre os dias 18 e 30 de junho de 2012, enviamos por meio eletrônico o questionário de pesquisa sobre processos de comunicação (ver ANEXO A) para 30 lideranças quilombolas. O questionário foi estruturado a partir de três eixos: a) geral – identificação individual e da comunidade; b) formação e acesso – dados sobre formação escolar e acesso a tecnologias digitais; c) específico – parte mais qualitativa sobre os processos comunicacionais nos quais as lideranças e comunidades atuam.

Tendo em vista a participação de boa parte das lideranças na *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*, a *Rio+20*, o retorno no primeiro momento foi baixo. Recebemos apenas dois questionários respondidos por meio eletrônico. Na semana seguinte, entramos em contato telefônico e observamos que, além da questão de envolvimento com a conferência, as lideranças quilombolas tiveram dificuldades para responder algumas perguntas por escrito, optando por fazê-lo oralmente. Entre as perguntas que causaram ruído destacamos duas:

- Estão satisfeitos com a forma como são representados na mídia?
- Utilizam vídeos, fotos ou áudios para trabalhar os aspectos de memória e identidade da comunidade?

Por conta do nível de formação formal das lideranças (em geral, nível médio), verifica-se pouca familiaridade com conceitos como representação política, memória e

identidade, mais presentes no vocabulário acadêmico. Tal ruído de comunicação nos levou a reformular as perguntas de acordo com o universo de significações presentes na cultura quilombola, com a utilização de termos tais e quais “como são vistos na mídia” ou como trabalhar “aspectos da cultura e ancestralidade africana”.

De forma geral, a partir das respostas de cinco lideranças quilombolas, foi possível observar que o acesso aos meios de comunicação ainda é precário nas comunidades, mas algumas lideranças já encontram meios de se manter conectadas a mídias como jornal, rádio, televisão e *internet*. Verificou-se a existência de iniciativas de comunicação comunitária, com oficinas de registro textual, fotográfico e audiovisual, mas com baixa continuidade nos projetos. As lideranças quilombolas seguem recorrendo a meios tradicionais de comunicação interna (reuniões presenciais, cartas e murais), mas já estabelecem parcerias para atuação em redes sociais virtuais.

As entrevistas permitiram identificar algumas experiências importantes de comunicação quilombola. Entre elas, a Rede Mocambos (<http://mocambos.net>), criada em 2001 a partir da articulação de comunidades quilombolas, pontos de cultura, ativistas negros e do software livre (GUTIERREZ, 2009, p.39). A rede tem como um dos principais objetivos as atividades de formação em comunicação, partindo da premissa de que é fundamental o domínio das técnicas, tecnologias e linguagens para a disputa de espaço no território virtual. Por e-groups, sites e blogs, a Rede Mocambos desempenha um importante papel no intercâmbio de informações entre comunidades quilombolas, bem como na difusão de informações sobre estas comunidades e outros grupos afrodescendentes.

Outra importante experiência que tomamos conhecimento a partir do estudo exploratório foi a do Quilombos do Ribeira (<http://www.quilombosdoribeira.org.br/>), iniciativa de comunicação que articula comunidades quilombolas do Vale do Ribeira em São Paulo. Por meio de uma parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), lideranças quilombolas tornaram-se correspondentes e produzem informações sobre as comunidades, além de monitorar as notícias de diversos veículos sobre a questão quilombola.

A busca por um discurso próprio sobre suas vivências e realidades também motiva o projeto Crioulas Vídeos, da Associação Quilombola Conceição das Crioulas, em Pernambuco. Desde 2005, a comunidade mantém uma produtora de audiovisual. Em parceria com a organização não-governamental portuguesa Identidades, um grupo de jovens (meninos e meninas) iniciou a produção de documentários e, atualmente, multiplica esse

conhecimento para outros adolescentes quilombolas por meio do projeto Tankalé, que em iourubá-nagô significa “contar para todo o mundo”¹⁰.

A iniciativa da comunidade quilombola de Conceição das Crioulas concretiza o que a pesquisadora feminista negra Sueli Carneiro destaca como ação de mulheres negras no sentido de “não apenas mudar a lógica de representação dos meios de comunicação de massa, como também da capacitar suas lideranças para o trato com as novas tecnologias de informação”. De acordo com a autora, essa é uma forma de se contrapor à “falta de poder dos grupos historicamente marginalizados para controlar e construir sua própria representação” (CARNEIRO, 2003, p. 126).

Percebemos, portanto, a existência de uma crescente mobilização quilombola em torno de iniciativas na área de comunicação, mas para fins desta pesquisa iremos nos ater a uma experiência específica. A partir dos primeiros resultados e das contribuições da banca de qualificação a esta pesquisa, definiu-se uma comunidade quilombola a ser analisada como estudo de caso. Entre os objetivos deste estudo, estava o aprofundamento da investigação sobre a forma como esses grupos sociais articulam e utilizam a comunicação como mecanismo de empoderamento. Sob esta perspectiva e por meio dos procedimentos já descritos no capítulo metodológico, o grupo escolhido para o estudo de caso foi o quilombo Rio dos Macacos, localizado no município de Simões Filho, na Bahia.

Desde 2012, a comunidade está em evidência em meios de comunicação regionais e nacionais por uma série de protestos e ações na internet. Os quilombolas de Rio dos Macacos ocupam um território reivindicado pela Marinha do Brasil e próximo à Base Naval de Aratu, que abriga a praia onde os presidentes da República costumam passar férias. A visibilidade da situação da comunidade na mídia e nas redes sociais foi decisiva para a escolha do local como referência para pesquisa de campo.

Também levamos em conta as condições precárias de infraestrutura do local, que não conta com energia elétrica ou acesso à *internet*, como a maior parte das comunidades quilombolas do Brasil. O desafio era entender como uma comunidade com essas características estruturais e com baixíssima escolaridade formal de seus integrantes vem conseguindo agendar sua pauta política de reivindicações. Nesse sentido, duas perguntas centrais nos mobilizaram: O que diferencia Rio dos Macacos nesse processo de

¹⁰ Em julho de 2012, a autora desta pesquisa apresentou texto sobre a experiência em comunicação da comunidade de Conceição das Crioulas no simpósio do VII Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as.

mobilização, visibilidade e empoderamento? O que dessa experiência pode ser replicado por outras comunidades e entendido como uma forma afrocentrada de articular mobilização e comunicação?

4.1 Notas de campo

O questionário utilizado na investigação preliminar tornou-se base para as perguntas feitas para as lideranças do quilombo focalizado, bem como para as lideranças de movimentos e organizações sociais parceiras da comunidade em ações de comunicação. A pesquisa de campo ocorreu entre os dias 14 e 21 de outubro de 2012. No período, foram realizadas cinco visitas à comunidade para entrevistas e compreensão da realidade vivenciada pelos quilombolas, sendo, outros três dias reservados para a realização de entrevistas com representantes de organizações sediadas em Salvador que, de alguma forma, atuaram ou apoiaram ações de comunicação e visibilidade de Rio dos Macacos.

Além das conversas informais e permanência na comunidade para o entendimento de sua realidade e história, ao todo, foram entrevistadas quatro lideranças quilombolas de Rio dos Macacos e cinco lideranças de movimentos sociais das redes de apoio, a saber: Movimento de Pescadores e Pescadoras de Ilha de Maré, organização Reaja ou será morto/Quilombo Xis, coletivo Comunicação, Militância e Atitude Hip Hop (CMA Hip Hop), Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia e Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR).

O contato com as lideranças da comunidade de Rio dos Macacos foi obtido por meio da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq), que indicou como principal interlocutora a quilombola Rose Meire dos Santos Silva, 34 anos. Por telefone, ela relatou a existência de duas formas de chegar à comunidade: uma delas pela Vila Naval, conjunto habitacional construído pela Marinha; a outra via seria pela mata, acesso usado pela comunidade e parceiros quando a entrada pela Vila Naval é impedida.

Os quilombolas acusam a Marinha de restringir o acesso à comunidade e, por isso, solicitam que no posto de identificação da vila não seja revelado o real motivo da visita, ou seja, a pesquisa acadêmica. Eles pedem que o motivo da entrada seja uma visita o senhor “Edgard, da roça”, que não faz parte da liderança da comunidade e tem autorização para cultivar e vender hortaliças. Isso revela um grande constrangimento às liberdades e à ação da comunidade, bem como à de parceiros, tais como membros da academia, que se alinham

às causas do quilombo.

No dia 14 de outubro, seguimos a recomendação da comunidade e, depois de alguns questionamentos sobre a finalidade da visita e o tempo de permanência, recebemos autorização para entrar na Vila Naval e acessar o quilombo. Passamos pelo posto de saúde e ginásio do conjunto habitacional, além de vários prédios e casas de moradia, até encontrarmos uma entrada na mata, que dá acesso à ponte sob o Rio dos Macacos, rio que dá nome à comunidade.

Fomos recebidos por Rose Meire dos Santos Silva, mãe de quatro filhas, que atribui a morte recente de duas irmãs à falta de assistência médica na área. De acordo com a liderança, o ambulatório naval não atende a comunidade. Os moradores não podem frequentar quadra de esportes e eventos, nem mesmo usar água do rio. Com um caroço na perna e inchaço no pé, Rose Meire caminhou conosco pela comunidade dando as informações e contando a história dos moradores. De acordo com ela, 67 famílias residem no local em cerca de vinte hectares de terras. As famílias estariam na região há dois séculos e seriam descendentes de africanos escravizados que trabalharam em fazendas de cana de açúcar da região. Permaneceram no local após a falência e abandono das terras.

Segundo a liderança, a Vila Naval começou a ser construída entre as décadas de 1950 e 1960 anos, e, desde então, a comunidade estaria perdendo terras e sendo ameaçada de forma permanente por militares. A plantação de mandioca teria sido proibida e a horta comunitária se restringido ao cultivo de alface e tomate, insuficiente para o consumo de toda a comunidade. Os quilombolas também acusam os militares de envenenar árvores e plantações.

Rose Meire afirma que os “naval” destruíram as casas de farinha, hortas, casas, terreiros de culto religioso de matriz africana e até mesmo a senzala. Na primeira caminhada pela comunidade, ela nos apresentou uma família que estava construindo uma casa de tijolo em mutirão para substituir a residência de adobe, onde vive um casal com dez filhos, dois netos e um genro. Eles teriam sido alertados pelos militares de que a casa seria derrubada. Pelo relato de uma das crianças da família, Luan, de cinco anos de idade, os “naval” já teriam feito um cerco ao local: “eles mostraram o fuzil e disseram que vão derrubar tudo”. De acordo com as lideranças, as ameaças de despejo são frequentes e já levaram à morte três idosos, vitimados por infarto e acidente vascular cerebral (AVC). O principal acusado de ameaçar os moradores se chama tenente Cortizo, mais conhecido entre os quilombolas como capitão do mato.

A situação das crianças na comunidade quilombola Rio dos Macacos também preocupa. Elas têm dificuldade de acesso à escola e unidades de saúde, inclusive para campanhas de vacinação. De acordo com as lideranças comunitárias, agentes de saúde são proibidos pela Marinha de entrar em Rio dos Macacos. Durante a pesquisa de campo, a comunidade enfrentava um surto de catapora e, para que pudéssemos andar pela área sem risco de contaminação, uma vez que a pesquisadora responsável pela investigação se encontrava gestante, as crianças chegaram a ser afastadas dos locais de entrevista.

No primeiro dia de visita à comunidade, conhecemos um estudante de artes plásticas que também estava visitando o quilombo. Ele tinha como objetivo fazer retratos em giz das crianças, pois, a maior parte delas havia perdido suas fotos durante as chuvas ou desocupação de casas construídas em locais proibidos pela Marinha. Na comunidade não há água, luz e saneamento básico. Algumas casas têm energia elétrica obtida a partir de “puxadinhos” irregulares da Vila Naval. Nestas casas, por insuficiência de energia, a TV permanece ligada de dia e a geladeira à noite. Isso indica um acesso constante, mesmo que precário, às mídias televisivas.

Acerca destas e da maneira como têm sido representadas as comunidades quilombolas, o pai de Rose Meire, Edgar Messias dos Santos, 70 anos, relatou-nos que assistiu um especial sobre quilombolas na TV Educativa da Bahia (TVE). Ele não lembrava quais comunidades estavam presentes no especial, mas afirma que se identificou e gostou da abordagem da matéria. O mesmo não aconteceu com as matérias que o agricultor afirma ter visto na TV Bahia. “Eles vieram aqui, ouviram a comunidade, mas terminaram a matéria dizendo que a retirada da comunidade do local é inevitável”, conta Edgar Santos em entrevista à autora desta dissertação.

A seguir, aprofundaremos o contexto histórico que envolve a comunidade quilombola Rio dos Macacos e descreveremos a trajetória de mobilizações e ações de comunicação entre 2011 e 2013. Ao final do capítulo, apresentamos a categorização dos dados gerados em campo e a análise das entrevistas.

4.2 Contexto histórico

A comunidade quilombola Rio dos Macacos, escolhida para a pesquisa de campo, possui uma trajetória histórica de cerca de 150 anos e cinco gerações. Suas origens e processo de formação ainda são pouco documentados. Em geral, a comunidade é

mencionada superficialmente em pesquisas sobre o Recôncavo Baiano. Tal especificidade fez com que as principais fontes documentais desta dissertação fossem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território, elaborado pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária da Bahia,¹¹ bem como o Relatório Antropológico Complementar. O levantamento complementar foi produzido pela empresa Zagatto Consultoria Ambiental e Social, encomendado pela Prefeitura de Simões Filho (BA), município onde está localizada a maior parte do terreno reivindicado pela comunidade, que também possui parte de suas terras no perímetro de Salvador.

Os dois relatórios antropológicos, associados ao relatório agrônomico, levantamento fundiário e cadastro das famílias, somam cerca de 500 páginas e embasaram parecer técnico da Superintendência do Incra na Bahia favorável à delimitação e reconhecimento de Rio dos Macacos como uma comunidade quilombola. Como pode ser lido no referido documento: “em função da sua trajetória histórica própria, da sua ancestralidade negra e escrava, da opressão histórica sofrida, da identidade quilombola e do histórico de ocupação do referido território”. Até julho de 2012, o parecer se encontrava sob a análise da Advocacia Geral da União, tendo em vista os interesses da Marinha do Brasil no caso, algo que raramente ocorre com outras comunidades quilombolas em processo de identificação.

Os relatórios técnico e complementar foram elaborados pelas antropólogas Maria Ester Pereira Fortes e Bruna Zagatto, respectivamente, entre dezembro de 2011 e junho de 2012. Em 2011, a comunidade de Rio dos Macacos fundou a Associação dos Remanescentes do Quilombo Rio dos Macacos e foi certificada pela Fundação Palmares. Por meio da associação, a comunidade procurou o Incra pedindo urgência no processo de delimitação do território, tendo em vista “situação de grave conflito” e ameaças recorrentes por parte de militares da Marinha.

Dois anos antes, um pedido de reintegração de posse das terras ocupadas pelos quilombolas – cerca de 20 hectares – havia sido impetrado pela Advocacia Geral da União a pedido do Comando da Base Naval da Marinha. A ação corre na Justiça desde 2009. Trinta e cinco moradores da comunidade são réus nesse processo. Em novembro de 2010, o juiz deferiu tutela antecipada dando prazo de 120 dias para a desocupação da área, sob pena de retirada compulsória. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia propôs a

¹¹ Em parecer técnico anexado ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), o coordenador do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, Flávio Luiz Assis dos Santos, relata que a equipe do Incra foi impedida pela Marinha de entrar na área a ser pesquisada para fins de identificação. O Incra teve que recorrer ao Ministério da Defesa para garantir a execução do trabalho.

realocação da comunidade em outro local. A proposta foi rejeitada pela comunidade, que expressou o firme desejo de permanecer na região onde viveram seus antepassados.

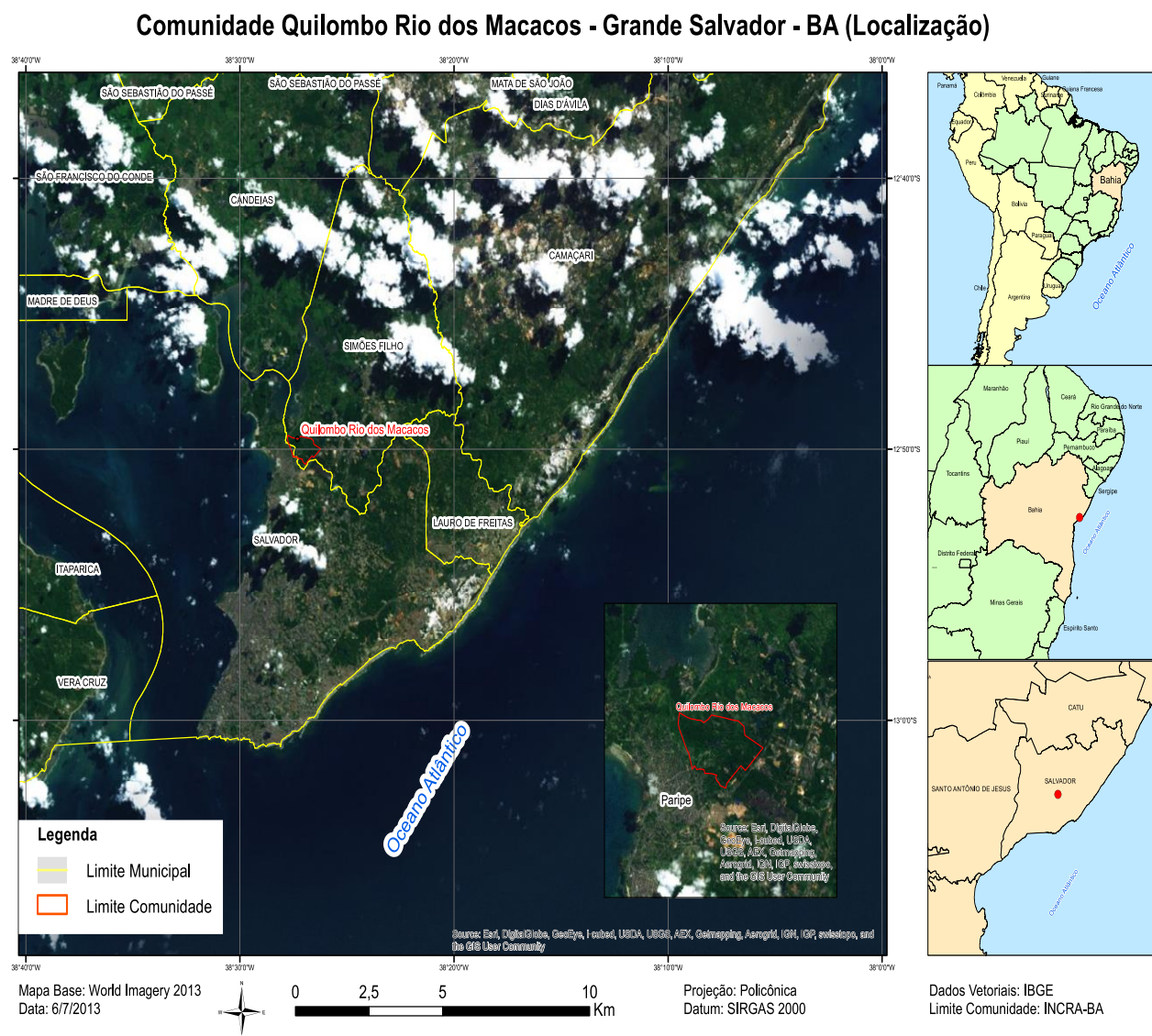
A condição de ameaça que se consolidava com a decisão judicial foi, deste modo, o gatilho que disparou a emergência da consciência identitária entre os moradores de Rio dos Macacos num processo muito semelhante a tantos outros processos de emergência étnica que caracterizam as comunidades tradicionais e quilombolas (FORTES, 2012, p. 4).

Tanto o relatório do Incra, quanto o complementar, foram elaborados com base de dados obtidos a partir de pesquisa em documentos cartoriais, em arquivos públicos e das igrejas de Periperi e de nossa Senhora dos Mares, situadas em Salvador, além de pesquisa bibliográfica com temática histórica em documentos sobre a região. As antropólogas tiveram acesso aos mapas da região produzidos pelo Comando da Base Naval de Aratu. Elas realizaram reuniões, oficinas e entrevistas com moradores da comunidade, que também colaboraram no mapeamento dos lugares e espaços importantes na vida passada e presente da comunidade.

As terras ocupadas pela comunidade de Rio dos Macacos estão situadas no município de Simões Filho. A fronteira é definida pelo rio que dá nome à comunidade. A região faz parte do Recôncavo Baiano, que engloba os municípios situados no entorno da Baía de Todos os Santos. Vale destacar que o Recôncavo desempenhou um papel importante na economia colonial, baseada na produção açucareira e criação de gado bovino. A atividade açucareira foi extremamente próspera até o início do século XIX, mas entrou em decadência na segunda metade deste mesmo período com a queda nas exportações. A abolição da escravatura agravou a crise nos engenhos, uma vez que as fazendas de cana de açúcar baianas eram totalmente dependentes da mão de obra escrava, em sua maioria absoluta composta por africanos e seus descendentes (BARICKMAN, 1998).

Vejamos a Figura 3 que ilustra a localização da comunidade quilombola Rio dos Macacos, conforme o Mapa do Brasil e o Mapa do Recôncavo Baiano, que seguem:

Figura 3 – Localização da comunidade quilombola Rio dos Macacos



Fonte: FORTES, 2012, p. 64.

De acordo com os relatórios antropológicos, os estudos de Barickman (2003) e Alves (2010), a comunidade quilombola de Rio dos Macacos descende de trabalhadores e trabalhadoras escravos/as, africanos libertos ou pequenos lavradores negros muito mal remunerados nas fazendas Meireles, Macacos e Aratu. A três fazendas estavam localizadas

nas freguesias de São Miguel de Cotegipe e de Nossa Senhora do Ó de Paripe, que no início do século XIX faziam parte do conjunto de 22 freguesias de Salvador.

Só na fazenda Aratu, em 1822, existiam 74 escravos. Os registros cartoriais apontam para o encerramento das atividades no engenho Aratu em 1930. As fazendas Meireles e Macacos ainda prosseguiram até 1950 e, diante da falência, os proprietários fizeram doações de pequenos lotes para quitar dívidas trabalhistas com os lavradores ou escravos, mas não repassaram documentos referentes às propriedades. Vejamos os mapas das fazendas que consta à Figura 3:

Figura 4 – Mapa das fazendas originais de Rio dos Macacos



Fonte: Incra

Como prova dos tempos da escravidão, os quilombolas mostraram à equipe técnica do Incra uma corrente de ferro presa no interior de uma árvore que servia para prender os escravos das antigas fazendas. Apesar de ser um registro histórico questionável, essa corrente “agrega em torno de si uma tradição oral sobre uma ancestralidade negra do grupo nas antigas fazendas e sobre um histórico de resistência frente à opressão” (ZAGATTO, 2012, p. 96).

Os quilombolas de Rio dos Macacos relatam as histórias contadas pelos pais e avós sobre o cotidiano nos canaviais e os casos sobrenaturais presenciados, típicos do universo cultural de matriz africana. Os casos refletem os conflitos culturais e socioambientais entre

a comunidade e os padrões naquela época, conforme entrevista do quilombola Osvaldo Araújo, 68 anos, à antropóloga Maria Ester Fortes. Segue um excerto dessa entrevista que põe em questão a relação mística com os espaços físicos:

É que ali teve umas negas da Costa – mas não era no meu tempo – papai sempre contava que tinha uma que se chamava Guilhermina. Quando alguém ia pescar, a pessoa passava por ela e dizia: eu vou pescar. E ela dizia: vai, vai, vai pegar os seus peixinhos. E se não falasse assim com ela, ela dizia: vai, mas hoje você só vai comer ralado de pimenta. (...) Papai nasceu em Aratu, né? Papai contava que ele ia passando e a velha dizia: Oh, meu filho, vem cá. Olhe não sente ali que ali é o banco de Exu. O menino que eu gosto eu não deixo sentar ali, não. Venha pra aqui, sente aqui no banquinho da avó. E o papai sentava e ficava conversando com ela. Dizia também que ela plantou um pé de coqueiro que homem nenhum subia. Se quiser comer um coco, comia no chão. Aí o pé de coco subiu, subiu, chegou em cima e fez uma volta assim... Um motorista do Dr. Raul ia casar e disse: Hoje eu vou beber uma água desse coco. O pessoal dizia: não suba rapaz, mas ele pá, pá, quando chegou na curva do coqueiro e foi levando a mão no coco, diz que ele caiu. Levaram ele num saco. Aí foi quando o Dr. Raul botou a velha pra fora, pediu pra ela sair dali. Então, ela disse: “olhe doutor, o senhor vai morrer com uma doença, coçando o nariz que não vai ter doutor que dê jeito”. Papai contava. E morreu assim. Diz que foi. E a Usina de Aratu vai cobrir de melão e ninguém vai construir. Tá lá o bueiro. E ninguém construiu mais nada ali de usina. (ZAGATTO, 2102, p. 42)

Os descendentes de africanos/as escravizados/as, no entanto, permaneceram na região após as terras serem abandonadas, vendidas ou desapropriadas pelo Estado em razão de dívidas e impostos pendentes dos antigos proprietários. A Marinha adquiriu as terras que ocupa na década de 50, após a desapropriação de lotes das fazendas Aratu e Meireles, além da doação de áreas da fazenda Macacos por parte da prefeitura de Salvador (FORTES, 2012, p. 26). A parcela desapropriada no entorno da barragem dos Macacos, que fazia parte da fazenda Aratu, é a faixa de terra onde reside a maioria das famílias quilombolas de Rio dos Macacos.

A última proprietária dessas terras, Empresa Carnes Verdes, doou a área para a Marinha nos fins da década de 1940, mas em seguida contestou a dimensão de terras consideradas doadas pelos militares. A disputa chegou ao fim em outubro de 1957, com o decreto de desapropriação assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek (decreto número

42-196)¹². O decreto declarou uma área de aproximadamente 173 hectares como de utilidade pública.

Outra área que hoje compõe o território reivindicado pelos quilombolas e sob posse da Marinha são 118 hectares da Fazenda Macacos. Esse terreno, doado pela prefeitura de Salvador durante o mandato do prefeito Heitor Dias, teve escritura publicada em 2 de maio de 1960 no Cartório do Segundo Ofício da Comarca da Capital do Estado da Bahia. De acordo com essa escritura, que consta no relatório antropológico do Incra, a Marinha deveria oferecer como contrapartida a indenização ou compra da posse de inúmeras famílias.

Os militares cadastraram as famílias que habitavam a fazenda, com o compromisso de indenização, porém isso nunca ocorreu (ZAGATTO, 2012, p. 58). A única contrapartida cumprida foi o abastecimento de água das populações da região, uma vez que a partir da construção da Barragem Rio dos Macacos a Marinha construiria uma adutora para levar recursos hídricos para a Base Naval de Aratu.

A base fica a nove quilômetros da comunidade quilombola Rio dos Macacos e foi inicialmente construída pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial para servir de plataforma aeronaval. Doada ao Brasil após a guerra, ela só entrou em funcionamento na década de 1970 (FORTES, 2012, p. 29). A base abriga parte da Praia de Inema destinada ao uso privativo da Marinha e utilizada desde o governo Fernando Henrique Cardoso como local de veraneio dos presidentes da República.

A Barragem Rio dos Macacos, que abastece a base naval e as instalações da Praia de Inema, foi construída na década de 1960 a partir do desvio de rios, até então, usados pelos quilombolas e trabalhadores rurais para agricultura, pesca, mariscagem e abastecimento doméstico. A maior parte das nascentes da região secou e os quilombolas foram proibidos de ter acesso à barragem para pesca, lazer ou consumo de água (ZAGATTO, 2012, p. 61).

Mesmo se tivessem autorização para acessar a barragem, os moradores teriam dificuldade de encontrar peixes próprios para a alimentação, uma vez que as águas estão poluídas. A represa também alterou a configuração espacial da comunidade, dividiu

¹² Após tomar posse, JK viveu diversas crises com as Forças Armadas, até que decidiu, no final de 1956, considerar ilegais diversos coletivos militares, pois suspeitava de conspiração. Em 57, como contrapartida à proibição de organizações militares, ele toma várias medidas para agradar as corporações, como a estabilidade funcional para militares de baixa patente e a compra do porta-aviões francês *Vengeance*, rebatizado pela Marinha de Minas Gerais. Acreditamos que doação das terras do Quilombo dos Macacos à Marinha enquadra-se nesse contexto histórico, descrito no livro João Goulart – uma biografia, de Jorge Ferreira (páginas 173 a 213).

famílias e atraiu trabalhadores de outros municípios, que acabaram permanecendo na área após o fim das obras e se integraram aos quilombolas por casamento ou vínculos afetivos diversos, tal como observa Fortes (2012, p. 101):

O poder representado pela Marinha determinou a distribuição espacial das famílias dentro do território, as atividades produtivas desenvolvidas por elas, o modo como edificam suas casas ou organizam os espaços ao seu redor. Os usos que fazem dos recursos naturais disponíveis e o acesso, ou a falta dele, aos serviços públicos de educação, saúde, energia elétrica, água, saneamento e transporte. Sob estas condições, as famílias de Rio dos Macacos teceram suas redes de solidariedade e parentesco. Conservaram alguns e desenvolveram outros conhecimentos e técnicas de interação com o ambiente natural. Partilharam saberes, valores e estratégias de sobrevivência.

Ainda na década de 1960, a Marinha resolveu construir a vila para cabos e sargentos nas terras desapropriadas na área da antiga fazenda Macacos. No entanto, os relatórios antropológicos do Incra e da Zagatto Consultoria atestam que a comunidade quilombola estava nessa área bem antes da construção da vila, sendo composta por descendentes de africanos escravizados nas antigas fazendas de cana de açúcar ou mesmo de trabalhadores rurais em condições precárias de remuneração. A retirada das famílias da fazenda Macacos começou em 1965. Hoje, apenas uma família permanece nessa área, vizinha mais próxima da Vila Naval.

Maria de Souza Oliveira, 86 anos, uma das quilombolas mais idosas de Rio dos Macacos, pertence a este núcleo familiar. Ela conta que seus pais eram escravos do coronel Coriolano Navarro Bahia, ex-proprietário de terras da Fazenda Macacos. Segundo ela, ele doou as posses para a prefeitura de Salvador com o objetivo de quitar dívidas com impostos, mas não avisou às famílias do ex-escravos que permaneceram no local. D. Maria lembra como era a vida da comunidade antes da chegada da Marinha, em entrevista à autora desta dissertação:

Naquele tempo era muito bom, dava terra pra plantar, plantava mandioca, fazia farinha. Meu pai tinha casa de farinha, mas depois que esses militares chegou, eles maltrata muito a gente por causa dessa terra, que não é deles. Estou com 86 anos e isso aqui nunca foi deles. Mas depois que eles chegaram, minha filha, eles escorraçam. Meu filho nascido e criado aqui eles pegaram pra matar. Quando vi veio o recado. Fiquei doida, doida. Quando chegou lá Deus ajudou e soltaram. Meus filhos moravam aqui e saiu todo mundo. Eles me abusaram, me perturbaram muito. Vinham aqui e perguntavam – e aí dona Maria, já arrumou um lugar pra ir? Minha casa é aqui. Eles não querem que a gente pegue lenha, água. Tem uns três meses vieram uns aqui e disseram que eu tava devendo

três mil de dinheiro de água. Eles maltrata muito a gente. Colocaram muita gente aqui fora de carreira. Eu não tinha pra onde ir. Ia pra debaixo da ponte? Criei muito neto aqui. Eles vinham aqui saber quantas pessoas tinham. Vinham cadastrar a gente. Quando começaram a cadastrar era 13 pessoas aqui. E hoje tá em nada. Tá todo mundo correndo. Eu não tenho pra onde ir. Tem posto médico aqui que não atende. Passam cerca de arame pra gente não passar pro lado deles. Eu sei que eles perturbam muito a gente. (OLIVEIRA, 2012)

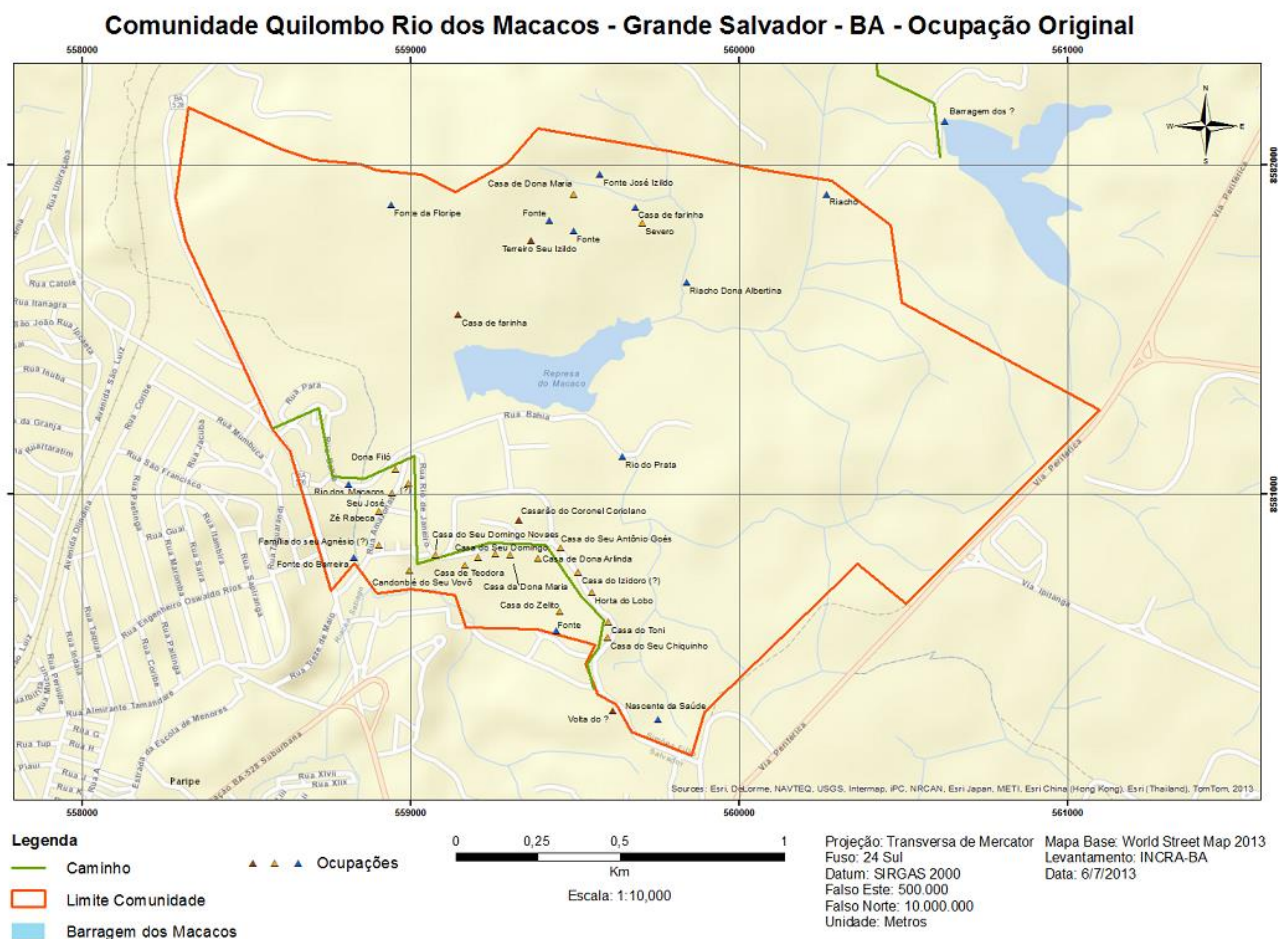
Nos primeiros anos da Vila Naval, D. Maria e outras quilombolas prestavam serviço para as famílias dos militares, inclusive como parteiras, lavadeiras, faxineiras, cozinheiras e benzedeadas (FORTES, 2012, p. 45). A comunidade também vendia para os militares os alimentos que cultivava. Alguns quilombolas chegaram a trabalhar na construção da Vila Naval. Entre eles, Edgar Messias dos Santos, 60 anos. Na época, ele atuava como boiadeiro e agricultor, casou-se com uma mulher quilombola de Rio dos Macacos e passou a integrar a comunidade. Segundo o que atesta em entrevista à autora desta dissertação:

A Marinha fez a vila na década de 1970. Eu trabalhei fazendo as casas. Não tinha ideia do que poderia acontecer. Esse pessoal que mora aqui no quilombo, os antepassados trabalharam na usina. Quando a usina fechou, entregaram glebas pros quilombolas que trabalhavam lá como indenização, mas cadê que não deram o documento? A usina foi fechada na década de 30. Em 70, com a chegada da Marinha, que fez essa vila, botou pra fora 70 famílias. Onde tinha muitos terreiros de candomblé, eles destruíram inclusive as imagens, quebraram tudo. Aí na vila, tinha muitos terreiros, eles derrubaram, não tinha conversa. Chegava e dizia que tinha 24 horas pra tirar o que tinha. Tratores derrubaram tudo. Tiraram fazendeiros também. Rodavam o trator em volta das casas e as pessoas iam embora. Naquele tempo, eu não entendia bem. Acontecia essa cena toda e ninguém tomava oportunidade. (SANTOS, 2012)

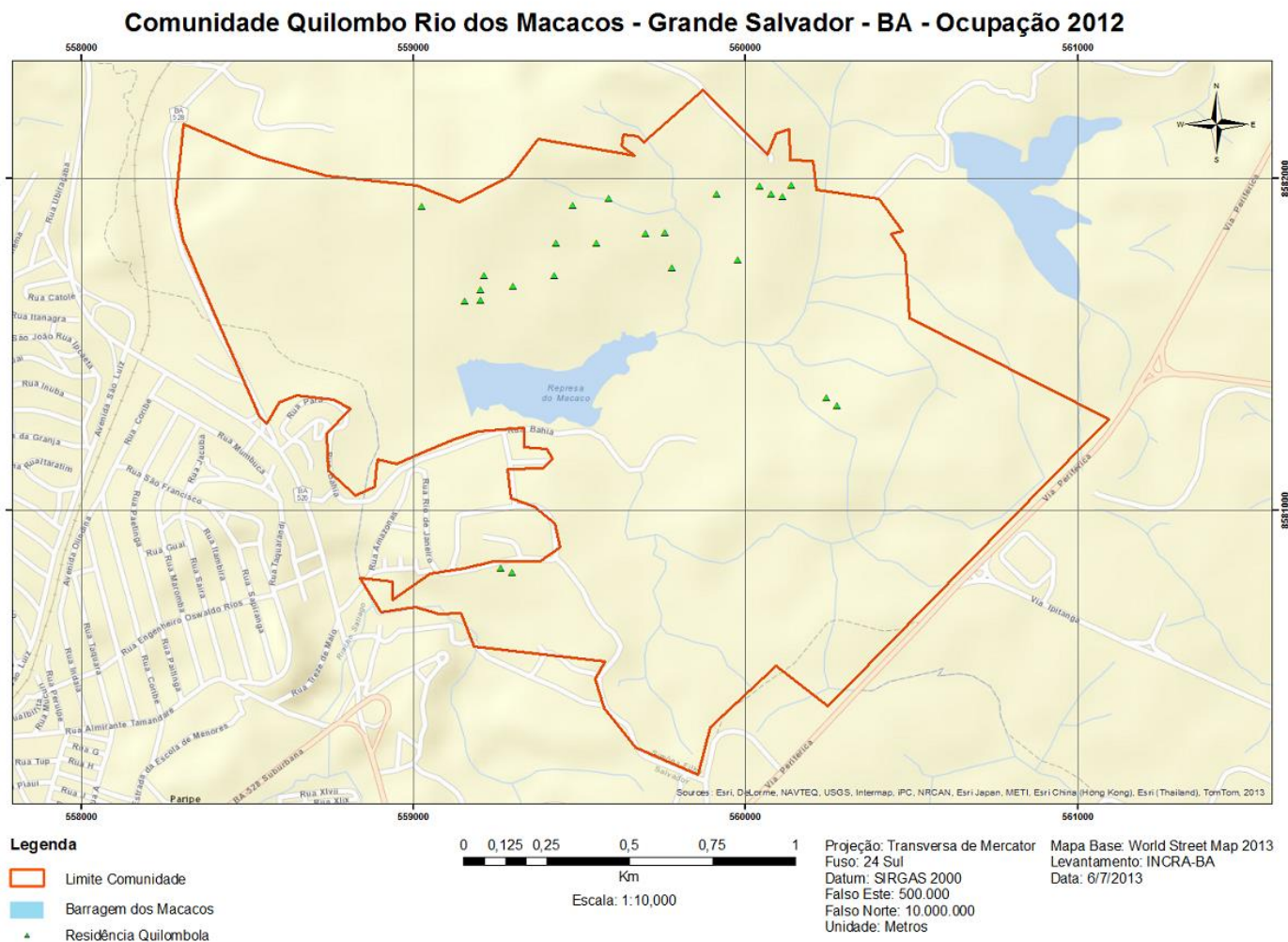
De acordo com o relatório do Incra, na área onde foi construída a Vila Naval, existiam, pelo menos, nove terreiros de candomblé (FORTES, 2012, p. 67). Os quilombolas, apesar de hoje seguirem religiões diversas, reconhecem o candomblé como uma religião ancestral do grupo. Alguns deles frequentam o terreiro Oxum Unzo Maiamba de Nzambi, fundado há mais de 40 anos ao lado da Vila Naval. Eles afirmam que os oficiais da Marinha proibiram práticas tradicionais e coletivas da comunidade, inclusive as práticas religiosas, sob alegação de que se tratava de um terreno da União. As festas tradicionais católicas (juninas, de São Roque e Cosme e Damião) também foram proibidas, assim como os sambas de roda e de pandeiro.

Vejamos dois mapas que mostram a ocupação quilombola em Rio dos Macacos antes e depois da construção da Vila Naval.

Figura 5¹³



¹³ Entre os pontos de ocupação identificados estão casas, fontes e riachos com nomes de quilombolas, terreiros de candomblé, casas de farinha e antigos casarões dos donos das fazendas.

Figura 6¹⁴

¹⁴ Os triângulos verdes indicam a localização de casas quilombolas após a construção da Vila Naval, localizada na parte inferior do mapa. Observa-se uma drástica redução no número de habitações quilombolas e outros espaços de convivência, como casas de farinha e terreiros de candomblé, além da extinção de fontes e riachos, canalizados para a construção da barragem destinada a abastecer a base naval.

Vejamos algumas imagens importantes para entender o contexto histórico e a luta da comunidade quilombola de Rio dos Macacos.

Figura 7 – Mosaico de fotos da Família de Maria de Souza Oliveira (arquivo pessoal)



Figura 8 – Sítios arqueológicos - usina e pedra com corrente em escravos



Fonte: Zagatto Consultoria

Figura 9 – Imagens gerais da comunidade



Figura 10 - Imagens do cotidiano da comunidade



4.3 Mobilização e comunicação

A comunidade quilombola Rio dos Macacos possui, hoje, 67 famílias cadastradas pelo Incra. Entre zero e 15 anos, foram identificadas 43 crianças (FORTES, 2012, p. 102) que frequentam escolas de ensino fundamental do bairro Ilha de São João, em Simões Filho, a 30 minutos da comunidade. Um carro da prefeitura geralmente transporta as crianças, mas sem regularidade. Praticamente todos os residentes adultos nascidos em Rio dos Macacos são analfabetos ou semianalfabetos. De acordo com inúmeros relatos, a alta taxa de analfabetismo decorre do fato de antigamente a Marinha não autorizar a frequente saída e entrada dos moradores da área (ZAGATTO, 2012, p. 24).

No que diz respeito à qualidade de vida, pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) concluída em 2003 indicou que 54% da população de Simões Filho estava abaixo da linha da pobreza. A comunidade Rio dos Macacos está nesse patamar, uma vez que a renda média mensal é de até um salário mínimo por família (ZAGATTO, 2012, p. 24). Os quilombolas enfrentam uma série de dificuldades para garantir fontes de sustento. Apesar de a área habitada pelos quilombolas ser de Mata Atlântica bem preservada, a partir da chegada da Marinha e por determinação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a comunidade passou a ser impedida de coletar cipó para confecção de cestos e chapéus. Atualmente, os quilombolas utilizam palha de licuri para a confecção de vassouras que são comercializadas.

Uma prática tradicional que se mantém é a construção de casas em mutirão com tijolo de barro de adobe. Alguns tijolos excedentes são comercializados. As madeiras coletadas na região têm sido utilizadas para produção de colheres, gamela e outros utilitários, vendidos em Salvador (ZAGATTO, 2012, p. 100). Outra fonte de renda é a venda de frutas retiradas nas árvores plantadas há décadas pela comunidade, um dos sinais de ocupação antiga. Rio dos Macacos abriga bananeiras, mangueiras, dendezeiros e jaqueiras. Os quilombolas reclamam, no entanto, de restrições no acesso às árvores por parte da Marinha e acusam os militares de envenenar algumas espécies.

O dendezeiro se mantém na cultura local e é usado para a produção de azeite em um processo que segue uma tradicional divisão de gênero do trabalho: os homens colhem os frutos e os maceram nos pilões e as mulheres fazem a fervura para a separação do óleo e da "flor do dendê" (bagaço). Os quilombolas ainda cultivam plantas medicinais para o uso

comunitário e a comercialização, possuem viveiro de galinhas e criação de pequenos animais. As antropólogas que trabalharam na área também encontraram vestígios de roças de feijão, milho, batata-doce ou de aipim, mas segundo os quilombolas esses cultivos também foram proibidos pela Marinha (FORTES, 2012; ZAGATTO, 2012).

Trafegar pelas terras ocupadas pela comunidade de Rio dos Macacos é reconhecer entre caminhos, cursos d'água, espaços de trabalho e de lazer esta cartografia espacial e social construída e vivida coletivamente por seus moradores ainda que nem sempre ao longo da história deste grupo seus participantes tivessem a consciência de que coletivamente construíam sobre a base deste território o mapa de suas vidas e de suas relações presentes e passadas. Mas ainda assim, estão lá, gravados de maneiras diversas no território, os marcos da existência deste grupo: nos lugares de memória que povoam o território com a lembrança dos ancestrais ou dos amigos com parentes que saíram. Na rede de caminhos que interliga os diversos núcleos familiares entre si e estes com os lugares do território que são de uso partilhado; na quantidade inumerável de árvores rústicas que cobre grande parte destas terras e que, em algumas porções do território, estão integradas à vegetação nativa: na relação estreita e no conhecimento que os moradores possuem da geografia do lugar que habitam (FORTES, 2012, p. 60).

A infraestrutura da comunidade quilombola Rio dos Macacos é bem precária. O abastecimento de energia ocorre por meio de uma ligação criada pelos próprios moradores, que utilizam fio telefônico para manter três geladeiras ligadas. De acordo com o relatório complementar encomendado pela prefeitura de Simões Filho, nas últimas três décadas, a comunidade solicitou inúmeras vezes à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) a instalação da rede elétrica, mas a Marinha impediu as obras alegando serem essas áreas de sua posse e os quilombolas ocupantes irregulares.

A água utilizada pelas famílias também provém de uma ligação clandestina providenciada pela comunidade por meio de canos e mangueiras. O banheiro é um cercado de lona para o lado de fora da casa, utilizado principalmente para o banho. As necessidades fisiológicas são feitas no mato. Ainda segundo Zagatto (2012, p. 145):

Em Rio dos Macacos, a falta de saneamento básico tem sido um dos fatores responsáveis pela propagação de doenças relacionadas à ingestão de águas poluídas sem tratamento e à insalubridade do local. Na Vila Naval há coleta de lixo. Porém esta não se estende à comunidade que habita na outra margem da barragem. A ausência de coleta de resíduos sólidos e de esgotamento sanitário na comunidade são também fatores que contribuem para a degradação do ambiente, já bastante afetado por dejetos industriais e urbanos do entorno. Nesse sentido, a implementação de serviços de saneamento básico contribuirão significativamente para a

melhoria da qualidade de vida e qualidade ambiental, sobretudo dos mananciais da região.

A mobilização dos quilombolas de Rio dos Macacos para denunciar a condição de precariedade em que vivem fez com que o governador da Bahia, Jaques Wagner, os recebesse para uma reunião no dia 22 de maio de 2013. Depois do encontro, o governo estadual realizou uma série de ações de cidadania. No dia 13 de junho de 2013, funcionários de diversas secretarias do governo estiveram na comunidade para oferecer serviços de documentação básica e registro civil, vacinação de crianças e adultos, levantamento de alunos para o programa Todos pela Alfabetização (TOPA) e atualização cadastral para programas sociais como o Bolsa Família.¹⁵

No entanto, para que essas políticas sejam efetivas e permanentes, os quilombolas querem a delimitação e titulação do seu território. Eles reivindicam uma área total de 301,3 hectares. Essa área compreende: (i) as terras da antiga Fazenda Macacos, em posse da Marinha, excluída delas a área edificada da Vila Naval; (ii) as terras da antiga Fazenda Meireles desapropriadas pela Marinha em função da construção da Barragem dos Macacos; (iii) as terras da antiga fazenda Aratu em posse da Marinha; (iv) parte de terras da antiga Fazenda Aratu, hoje em posse da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic); e (v) o terreno ocupado pela antiga empresa Refinor (FORTES, 2012).

O parecer técnico conclusivo da Superintendência Regional do Inca na Bahia (processo administrativo número 54160.003162/2011-57) é favorável à delimitação e titulação de propriedade definitiva dos 301,3 hectares, na forma reivindicada pela comunidade. De acordo com o parecer, os relatórios antropológicos justificam o pleito territorial dessa comunidade.

A superintendência ainda destaca em seu parecer conclusivo as denúncias da comunidade de ameaças por parte de militares da Marinha, o crescente envolvimento de órgãos municipais, estaduais e federais no apoio aos quilombolas, além da publicação, cada vez maior, de matérias jornalísticas e manifestações da sociedade civil (organizações nacionais e internacionais) sobre o caso. A ampliação de parcerias que fortalecem a comunidade também foi apontada no relatório antropológico complementar.

¹⁵ Informações veiculadas pela assessoria de comunicação da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial da Bahia (Sepromi). Disponível em: <<http://www.igualdaderacial.ba.gov.br/2013/06/comunidade-quilombola-rio-dos-macacos-recebe-aco-es-de-cidadania/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

A proibição da construção de casas e das atividades agrícolas pesqueiras e extrativistas impacta significativamente a comunidade em termos econômicos, mas em termos sociais e simbólicos transforma as relações de reciprocidade intracomunitárias, sobretudo decorrentes das relações de trabalho. (...) Por outro lado, a própria organização interna da comunidade no sentido de garantir uma renda mínima mensal para as famílias, bem como a luta por infraestrutura básica (estrada, luz, água, moradia) e por direitos territoriais criou novas formas de interação entre os membros da comunidade e entre estes e agentes externos. (ZAGATTO, 2012, pp. 97-98)

Os relatórios antropológicos mostram que a comunidade quilombola Rio dos Macacos enfrenta processos de expulsão de suas terras desde a década de 1950. No entanto, a partir de 2009, quando receberam ordem judicial de despejo, os quilombolas passaram a se articular com outras comunidades, movimentos sociais e meios de comunicação. As lideranças quilombolas procuraram o sindicato dos agricultores e descobriram que os dirigentes sindicais participaram de várias reuniões na Marinha sem a presença deles. Em entrevista para esta pesquisa, a quilombola Rose Meire dos Santos Silva conta que a comunidade recorreu à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), localizou o processo de reintegração de posse e soube que a Defensoria Pública da União já estava atuando no caso.

Disseram que a gente deveria ter dado entrada no início do processo, disseram que a gente tinha que chegar em casa, retirar as coisas e ir pra rua mesmo. Eu disse que a gente ia morrer lá e não ia sair. Mandaram a gente procurar rádio, TV, imprensa e ir pro inferno pois lá não era nosso local. Foi quando decidimos fechar a pista da base naval. Fomos com as crianças, até criança de colo. Antes de bloquear, eu ligava pra rádio, rede de TV, e ninguém atendia. Matérias que saiam diziam que a terra era da Marinha, que a gente morava em barraco. Com o bloqueio, fizeram matéria, mas saiu que a gente tinha que sair, mesmo a gente mostrando vários documentos. (SILVA, 2012)

O bloqueio da pista que dá acesso à Base Naval ocorreu em 2010, mas ao longo desta pesquisa não foi encontrado nenhum registro midiático sobre a mobilização. As lideranças comunitárias de Rio dos Macacos afirmam que, por diversas vezes, procuraram, sem sucesso, jornalistas para serem ouvidos sobre as violações de direitos na área. A primeira rádio que atendeu ao chamado teria sido a rádio Sucesso FM, de Camaçari. Em 2011, o repórter Laércio de Souza produziu, para a emissora, uma série de matérias e entrevistas sobre a situação de Rio dos Macacos. Laércio foi assassinado em janeiro de 2012. Os quilombolas suspeitam de envolvimento dos “navais”, mas a investigação policial

não apontou para esse sentido. Um adolescente foi preso e confessou o crime, supostamente motivado por vingança.

Ainda assim, segundo a comunidade, depois das primeiras matérias da rádio Sucesso FM, outras organizações sociais passaram a apoiar o quilombo, especialmente o movimento negro e o movimento de pescadores. Em busca de apoio, os quilombolas participaram em 2011 do Encontro Nacional da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq), no Rio de Janeiro. Lá, conseguiram estabelecer parcerias com outras comunidades e organizações como a Comissão Pastoral da Pesca (CPP), o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN), a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR) e o Movimento de Pescadores e Pescadoras de Ilha de Maré.

4.3.1 *Articulação com outros movimentos*

Em entrevista para a autora desta pesquisa, a quilombola Eliete Paraguassu, de Ilha de Maré, falou sobre como este último movimento se envolveu com a situação de Rio dos Macacos.

Abrçamos a causa e, como eles têm rio, passaram a se enquadrar no movimento. É uma relação de solidariedade, companheirismo, para que eles conheçam seus direitos. Não foi a gente que descobriu a força da comunidade. Eles já tinham força, sabiam que queria permanecer ali. A colônia de pescadores financia a articulação e a participação nos atos para chamar a atenção da sociedade. (PARAGUASSU, 2012)

Outro elemento importante para a intensificação da luta quilombola de Rio dos Macacos foi o acúmulo de ações de mobilização e de comunicação por parte de outras comunidades quilombolas, pesqueiras, camponesas e sem terra da Bahia, que, desde 2008, realizam atos públicos para chamar a atenção da mídia e dos poderes públicos. Os atos incluem fechamento de pistas e portos. Ainda conforme atestou Paraguassu:

Os pescadores aqui da Bahia começaram a investir em atos públicos em 2008, quando um ato parou o porto de Aratu e causou um prejuízo de 300 mil reais para as empresas. Voltaram a organizar atos em 2009, quando houve derramamento de óleo da refinaria Landolfo Alves. Ocupamos uma balsa da Petrobras. Na área do porto, a dragagem reduziu peixes e coroas foram arrancadas. Dói ver. Nossa relação com a imprensa tem sido boa agora. Antes dos atos eles não nos ouviam. Agora, depois dos atos, as matérias têm sido mais favoráveis. Ato é uma coisa que a gente mostra força, mostra que estamos dispostos para a briga. É isso que atrai a mídia. (PARAGUASSU, 2012)

Em julho de 2011, a AATR convidou outras organizações da sociedade civil, representantes do governo e do Legislativo para constituir um fórum de apoio ao quilombo Rio dos Macacos. Esse fórum iniciou o planejamento de ações específicas para a comunidade, mas com base nas experiências de outros grupos do estado. Como parte do plano de ações institucionais, a comunidade criou a Associação dos Remanescentes do Quilombo Rio dos Macacos e foi certificada pela Fundação Cultural Palmares.¹⁶ Em dezembro de 2011, o Incra iniciou os estudos na comunidade para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, primeiro passo do processo de demarcação e titulação.

As negociações com os poderes públicos foram se intensificando na medida em que a comunidade e a rede de apoio realizavam atos e colocavam em prática o planejamento de comunicação. Esse planejamento tinha como estratégia geral mobilizar o movimento social para participar das ações e sensibilizar a imprensa para atuar a cobertura dos atos (BRANCO, 2012). Para isso, o grupo utilizou como referência a experiência em comunicação de organizações negras de Salvador, entre elas o Quilombo Xis.

Integrante do grupo, o ativista Hamilton Borges, em entrevista à autora desta dissertação, relatou que o ponto de partida foi a construção da frase “Somos Quilombo Rio dos Macacos”, conforme segue no excerto de sua entrevista que transcrevemos abaixo:

O que fizemos com os quilombolas de Rio dos Macacos foi compartilhar uma experiência da nossa organização que trabalha com a solidariedade entre comunidades negras. Fizemos uma ação que foi além da comunicação. Atuamos na arrecadação de alimentos para a comunidade que passava fome naquele momento. Ninguém consegue lutar com a barriga vazia. Passamos a fazer parte da luta da comunidade. Foi quando construímos a frase “Somos Quilombo Rio dos Macacos”. Entramos na luta com verdade. Não atuamos para aparecer na mídia, ficar bem na fita. Temos um programa de atendimento médico, com profissionais do Quilombo Xis. Fizemos captação de recursos para a comunidade, reunião com os rappers. Chamamos pessoas pra fortalecer a luta. (...) Enquanto sociólogos e militantes negros se calaram, nós escrevemos notas denunciando a situação pelo Quilombo Xis e pela campanha Reaja. Mas quem dirige nossa luta é a comunidade. Não somos líderes. Somos força auxiliar. (BORGES, 2012)

Com um aporte significativo em várias esferas – materiais e simbólicas – o Quilombo Xis atuou e atua junto ao Quilombo Rio dos Macacos em um processo de

¹⁶ <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=7&data=04/10/2011>

transferência de expertise. A frase concebida pelo grupo Quilombo Xis em diálogo com a comunidade quilombola Rio dos Macacos e as organizações do fórum de apoio sintetiza e serve como elemento simbólico na construção da identidade visual daqueles que se alinham à causa do Quilombo Rio dos Macacos, ao passo que serve de *slogan* para dar visibilidade às demandas da comunidade quilombola. Esse *slogan* foi concretizado no logotipo que segue à Figura 11:

Figura 11 – Logotipo “Somos Quilombo Rios dos Macacos”



Fonte: Quilombo Xis

Segundo o relato do comunicador social DJ Branco, em entrevista à pesquisadora responsável por esta dissertação, esse logotipo tem sido usado em diversas mídias, sendo impresso em camisas, faixas e grafites de rua, bem como, empregado no ambiente virtual nos mais diversos contextos. Em uma pesquisa documental pudemos constatar ainda que os apoiadores da mobilização começaram a usar o logotipo como imagem e *avatar*¹⁷ principal

¹⁷ *avatar* (francês *avatar*, descida, do sânscrito *avatara*, descida do céu para a terra de seres supraterrrestres)

s. m.

1. [Religião] Na teogonia bramânica, cada uma das encarnações de um deus, especialmente de Vixnu, segunda pessoa da trindade bramânica.

2. [Figurado] Transformação que ocorre em algo ou alguém. = METAMORFOSE, MUTAÇÃO

3. [Informática] Ícone gráfico escolhido por um utilizador para o representar em determinados jogos e comunidades virtuais.

em seus perfis da rede social *facebook*. A frase também deu nome a um grupo e a uma página na mesma rede social, sob a responsabilidade de outro grupo de comunicação alternativa negra, o coletivo Comunicação, Militância e Atitude Hip Hop (CMA Hip Hop).¹⁸ Um exemplo do emprego do logotipo em camisetas pode ser visto à Figura 12 que segue:

Figura 12 – Camisetas com o logotipo usadas por parlamentares da Câmara de Vereadores de Salvador na primeira sessão da atual legislatura.



Fonte: Página do *facebook* SOS – Quilombolas do Rio dos Macacos. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=476828792378246&set=a.169746599753135.42502.111383505589445&type=1&theater>>. Acesso em: 18 jul 2013.

A esse respeito, ainda conforme DJ Branco, a página tornou-se referência para o movimento social e para os jornalistas que procuravam no espaço virtual de alimentação colaborativa informações sobre a agenda de atos ou reuniões. Vejamos o excerto de sua entrevista em que observa a permeabilidade da *internet* à mobilização social:

A mobilização de rua dá a força. A todo o momento, as pessoas que estavam lá participando dos atos, do enfrentamento, que a Marinha não deixa o movimento social, nem a imprensa entrar pra dialogar com a

(PRIBERAM – *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Porto: Lello Editores. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=avatar>>. Acesso em: 22 jun 2013.)

¹⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/SosQuilombolasRiodosMacacos>>. Acesso em: 1º jul 2012.

comunidade, tinham pessoas lá com celulares *high techs* da vida, os chamados andróides, divulgando fotos de policiais com arma na mão, agredindo as pessoas do movimento social, e a gente no quartel general recebendo as informações e repassando pra imprensa. A internet possibilita muito isso, a informação em tempo real e a informação em primeira mão. (...) É o discurso do próprio movimento social. (...) O discurso de que naquele momento a Marinha de Guerra do Brasil estava violentando a comunidade quilombola Rio dos Macacos. (BRANCO, 2012)

Outro ícone da mobilização é o texto multimodal, que pode ser lido à Figura 6, realizado pelo Movimento DESOCUPA. A organização integra o fórum de apoio à comunidade de rio dos Macacos. Em diálogo com a identidade visual estabelecida pelo logotipo, a foto traz a imagem de uma das crianças da comunidade – Gabriel – ao lado da frase principal da campanha de mobilização. É possível atribuir o impacto da composição à relação construída entre a luta de uma comunidade com o futuro, o que possivelmente incentiva o engajamento da sociedade à causa da comunidade quilombola da Bahia.

Figura 13 – Imagem ícone da mobilização Somos Quilombo Rio dos Macacos, produzida pelo movimento Desocupa



Fonte: Site do Movimento DESOCUPA. Disponível em: <<http://movimentodesocupa.wordpress.com/2012/03/06/somos-quilombo-rio-dos-macacos/>>. Acesso em: 1º jul 2013.

Em termos de material audiovisual, o fórum de apoio também realizou uma série de vídeos sob o título “Eu Sou Quilombo Rio dos Macacos”, que contam com depoimentos de artistas, *rappers*, capoeiristas, comunicadores, estudantes e ativistas da Bahia em apoio à

comunidade de Rio dos Macacos. O vídeo principal no *YouTube* teve 1,6 mil visualizações (de fevereiro de 2012 a julho de 2013) e inspirou a realização de vídeos de apoiadores de outros estados que utilizaram o mesmo slogan: Eu Sou Quilombo Rio dos Macacos.¹⁹

4.3.2 Mobilização em rede e (inter)nacionalização da pauta

Com o planejamento de mobilizações e comunicação em curso, o primeiro grande desafio dos quilombolas e do fórum de apoio foi derrubar a liminar expedida pelo juiz Evandro Reimão dos Reis, da 10ª Vara Federal, Seção Judiciária da Bahia, no processo nº 2009.33.00.016792-4, que em 20 de outubro de 2011 determinava a desocupação da área onde está localizada a comunidade. Pressionada pelos movimentos sociais, por órgãos de governo e pelo deputado Luiz Alberto (PT-BA), a Procuradoria Regional da União protocolou pedido de suspensão do cumprimento da liminar. A suspensão foi acatada pelo prazo de quatro meses, a partir de 4 de novembro (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2011).

Na opinião do advogado Maurício Correa, da AATR, a mobilização contra o cumprimento da ordem de despejo fez com que a história da comunidade se transformasse em luta política coletiva.

Até então, a situação de Rio dos Macacos era tratada como uma questão urbana. Queriam levar as famílias para um conjunto habitacional. (...) A rede de apoio foi crescendo até pelo grau de violência. A situação ficou invisibilizada durante 30 anos. As vozes foram repercutindo a partir de relatos de violência, casos de omissão de socorro, estupros, ameaças. (CORREA, 2012)

Com a iminência do cumprimento da liminar de despejo, a comunidade de Rio dos Macacos e o fórum de apoio organizaram o ato que nacionalizou a pauta sobre a disputa de terras entre os quilombolas e a Marinha. Cientes de que a presidenta Dilma Rousseff passaria as férias na Praia de Inema, localizada na Base Naval, os quilombolas e as organizações parceiras fizeram uma manifestação na entrada da base que teve significativa cobertura midiática.²⁰ Eles reivindicaram que a presidenta interviesse na disputa e

¹⁹ Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=xDEft56yRV4>>. Acesso em: 18 jul 2013.

²⁰ Em uma consulta ao banco de dados da Empresa Brasil de Comunicação, que produz clipping para representantes do Poder Público, foram encontradas duas matérias sobre o ato do dia 2 de janeiro de 2012. Uma delas no jornal *Correio Braziliense* e, outra, no *Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/tags/consulta-a-banco-de-dados>>. Acesso em: 18 jul 2013.

denunciaram as ameaças dos militares pela liberação do terreno. O relato desse acontecimento também foi colhido a partir da entrevista cedida a Vilma Reis, vice-presidente do Conselho de Desenvolvimento de Cidadania Negra, à presente pesquisa, em cujo excerto, podemos ler:

O marco zero da nossa articulação é o ato de 2 de janeiro de 2012. Fizemos uma manifestação do bumba-meu-boi, em frente à base naval, no período em que presidenta Dilma estava lá. Dali, o movimento se nacionalizou. (...) A mídia que estava na praia de Inema pra ver a presidenta Dilma, quando a comunidade chegou com o bumba meu boi e pariu as faixas falando da truculência da Marinha e da necessidade de se tomar uma postura, o mundo inteiro soube o que estava acontecendo embaixo dos nossos próprios olhos. (...) Rio dos Macacos recuperou a luta conjunta do movimento quilombola e negro, mas sem a mídia não seria possível essa nacionalização. (REIS, 2012)

Essa mobilização marca diferentes aspectos da articulação dos movimentos em prol de Rio dos Macacos. A partir dele, podemos observar como a tradição da matriz africana ressoa na festa popular do bumba-meu-boi em conjunto ao pragmatismo político que deu a ver, em um momento crucial – visita da presidenta Dilma Rousseff – , as demandas dos quilombolas em nível nacional. No arquivo do fórum de apoio à comunidade de Quilombo Rio dos Macacos, tivemos acesso a fotos de vários atos, dentre eles, o evento supracitado. Vejamos a Figura 14:

Figura 14 – Foto do ato em frente à base naval no dia 2 de janeiro



As imagens do ato em frente à Base Naval, no período de veraneio da presidenta Dilma, foram para as redes sociais associadas com um documentário considerado emblemático pelos quilombolas: o documentário *Quilombo Rio do Macaco*.²¹ Dirigido pelo jornalista e diretor cinematográfico Josias Pires, o curta foi realizado em 2011 e conta a história da comunidade em quinze minutos. Lançado em uma sessão no Teatro Vila Velha, em Salvador, o filme traz depoimentos de moradores anciãos e também das jovens lideranças da comunidade.

Em entrevista à autora desta dissertação, Vilma Reis considerou que o documentário dirigido por Josias Pires revelou a importância de se utilizarem diferentes meios para falar da mesma situação, tendo em vista a grande repercussão do documentário que “correu o mundo” (REIS, 2012). O vídeo encontra-se disponível no canal *bahianarede*, do *YouTube*, e teve 45.209 visualizações, de 30 de dezembro de 2011 a 20 de julho de 2013.²²

Com as ações de comunicação em curso e a partir de denúncias de violações de direitos humanos por parte da Marinha, os quilombolas foram chamados para uma primeira audiência na Secretaria de Justiça do estado da Bahia, realizada no dia 23 de janeiro de 2012. Durante a permanência em campo, diversos quilombolas relataram que, ao retornar desta audiência em Salvador, encontraram todos os animais de estimação mortos. As ameaças por parte dos militares foram denunciadas pelas lideranças da comunidade e entidades do fórum de apoio. Em seguida, eles organizaram um importante ato de apoio à comunidade no Teatro Vila Velha, em Salvador. Intitulado SOS Quilombo Rio dos Macacos, o ato reuniu artistas e ativistas da cidade. Na ocasião, foi lançado o manifesto²³ em apoio à comunidade com a assinatura de 57 organizações.

²¹ Documentário disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=bwUXjUzqU6w>>. Acesso em: 20 jul 2013.

²² O canal *bahianarede* é parte do site Bahia na Rede, coordenado pelos jornalistas Josias Pires e Marcus Gusmão. O *site* se diz informativo, opinativo, colaborativo e sem pressa. Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/bahianarede>>. Acesso em: 20 jul 2013. Notícias sobre Rio dos Macacos são frequentes no blog do canal. Disponível em: <<http://blogbahianarede.wordpress.com/>>. Acesso em: 20 jul 2013.

²³ Manifesto e lista de organizações que subscrevem encontram-se no *site* do CMA Hip Hop. Disponível em: <<http://www.irdeb.ba.gov.br/evolucaohiphop/?p=4972>>. Acesso em: 20 jul 2013.

Figura 15 – Arte utilizada para a divulgação do ato de apoio Rio dos Macacos no Teatro Vila Velha



Após essas mobilizações, no dia 27 de fevereiro de 2012, as lideranças quilombolas de Rio dos Macacos foram chamadas para uma reunião com representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, instância que tem atuado no sentido de mediar as negociações entre os quilombolas e a Marinha, além de impedir a execução das ordens de despejo por parte da Polícia Federal. Apesar desse respaldo governamental, no dia 28 de maio de 2012, membros da comunidade afirmam ter sofrido ameaça por parte de sessenta fuzileiros da Marinha.

De acordo com matéria publicada pela agência Pulsar Brasil²⁴ e republicada pelo portal Geledés²⁵ (*site* de referência em notícias sobre a população negra), os militares montaram acampamento na comunidade e ameaçaram as famílias quilombolas que estariam organizando um mutirão para a reconstrução de casas destruídas pelas chuvas. O episódio antecedeu a visita de representantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados a Rio dos Macacos.²⁶ Eles realizaram uma audiência pública na comunidade,

²⁴ Notícia não está mais disponível no portal da Pulsar Brasil (agenciapulsar.org/brasil2013/), agência informativa voltada para rádios comunitárias. No entanto, o site possui uma cobertura importante do tema, com quatro matérias publicadas de dezembro de 2012 a março de 2013.

²⁵ Disponível em: <http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/quilombos-e-quilombolas/14406-rio-dos-macacos-apresentara-denuncias-a-comissao-da-camara>. Acesso em: 20 jul 2013.

²⁶ De acordo com matéria publicada na Agência Câmara, no dia 22 de maio, representantes do quilombo Rio dos Macacos estiveram em Brasília para entregar aos deputados da Comissão de Direitos Humanos cópias de boletins de ocorrências policiais com os registros oficiais das agressões e ameaças. Matéria disponível em <http://migre.me/fyTrM>

ouviram os relatos de violência, passaram a atuar em defesa da titulação das terras e de assistência social por parte dos órgãos de governo.²⁷

Os quilombolas e as organizações parceiras seguiram ampliando a rede de apoio, que passou a contar com artistas como Lázaro Ramos, Alice Braga, Marcelo Yuka, Flávio Renegado e Emicida. Este último, *rapper*, incluiu a comunidade quilombola Rio dos Macacos na dedicatória da música e do clipe “Dedo na Ferida”.²⁸ Em seu perfil do twitter, no dia em que visitou a comunidade em uma ação de distribuição de alimentos arrecadados, constava a seguinte frase: “Fui ao quilombo Rio dos Macacos. Existe minha vida antes e depois de hoje”.²⁹ Uma cena dessa visita foi registrada e publicada na página do perfil do *facebook* da comunidade e pode ser vista na reprodução que segue:

Figura 16 – Visita do rapper Emicida à comunidade quilombola de Rio dos Macacos em fevereiro de 2013.



Fonte: Página do *facebook* SOS – Quilombolas do Rio dos Macacos. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=476828792378246&set=a.169746599753135.42502.111383505589445&type=1&theater>>. Acesso em: 18 jul 2013.

²⁷ No dia 14 de maio de 2013, quilombolas de Rio dos Macacos tiveram uma nova audiência com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, desta vez em Brasília. Eles pediram apoio para o agendamento de um encontro com a presidenta Dilma Rousseff. A audiência foi noticiada pelo portal de notícias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que tem se envolvido cada vez mais com a mobilização em torno da comunidade e também já conta com os quilombolas em ocupações de órgãos públicos realizadas em Brasília e na Bahia. Matéria sobre a audiência. Disponível em: <<http://migre.me/fyUn5>>. Acesso em: 20 jul 2013.

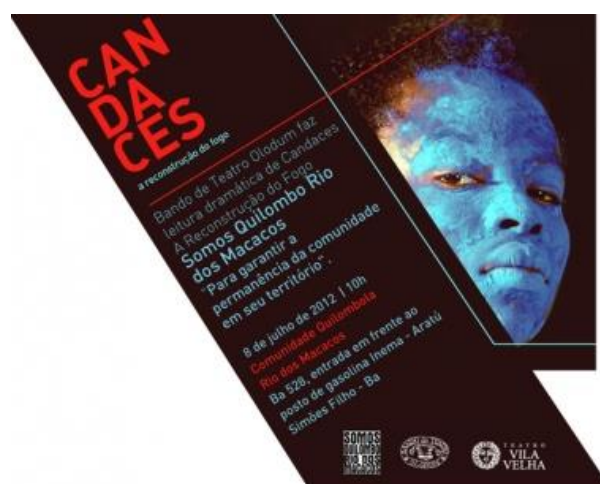
²⁸ Acessado no canal *emicida*, no *YouTube*, por 1,4 milhão de pessoas no período entre 7 de março e 20 de julho de 2013. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=QdvYAjQYdIs#at=38>

²⁹ O perfil twitter.com/emicida conta com 386,5 mil seguidores (julho de 2013)

Diversos artistas baianos também se envolveram intensamente com a situação de Rio dos Macacos. Além de participarem da série de vídeos “Eu Sou Quilombo Rio dos Macacos”, agendaram para o dia 8 de julho de 2012 uma leitura dramática do espetáculo *Candaces, a Reconstrução do Fogo*, montagem premiada do diretor Márcio Meirelles, encenada pela Companhia Comuns, do Rio de Janeiro³⁰. A leitura em Rio dos Macacos seria feita por artistas do Bando de Teatro Olodum, que fariam uma exaltação da força da mulher negra, ressaltando mitos e símbolos da ancestralidade africana no Brasil.

A apresentação, no entanto, não ocorreu, pois a Marinha impediu a entrada do grupo de teatro na comunidade. Na ocasião, os artistas, ativistas e quilombolas fizeram um protesto na entrada da Vila Naval. Os principais depoimentos foram gravados e as imagens em vídeos divulgados no canal do *YouTube* do Teatro Vila Velha,³¹ que consolidou sua parceria com a comunidade a partir da censura sofrida pelo Bando de Teatro Olodum. O cartaz dessa apresentação não ocorrida segue à Figura 16:

Figura 17 – Cartaz do espetáculo *Candaces, a reconstrução do fogo* que seria encenado pelo Bando de Teatro Olodum na comunidade quilombola Rio dos Macacos



³⁰ Uma das referências na cobertura da situação de Rio dos Macacos, o portal Correio Nagô, ligado ao Instituto Mídia Étnica, divulgou a apresentação teatral por meio do do *blog* Correio Nago. Disponível em: <<http://correionago.ning.com/profiles/blogs/4512587:BlogPost:271545>>. Acesso em: 29 jul 2013.

³¹ Disponível em: <<http://migre.me/fz13D>>. Acesso em: 18 jul 2013.

A mobilização pró-quilombo Rio dos Macacos ganhou importante impulso internacional durante a Cúpula dos Povos, evento organizado pela sociedade civil global e paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), a Rio+20, em junho de 2012. Representantes das comunidades estiveram presentes e aproveitaram para conceder diversas entrevistas e divulgar suas demandas. Assim pautaram dois veículos que são frequentemente citados pela rede de parceiros como referência na cobertura sobre a situação da comunidade e como multiplicadores do conteúdo sobre a situação de Rio dos Macacos: Agência Brasil (agência pública de notícias da Empresa Brasil de Comunicação) e Carta Maior (CORREA, 2012; REIS, 2012).

De fevereiro a agosto de 2012, o autodenominado portal de esquerda Carta Maior publicou cinco matérias sobre Rio dos Macacos. Uma delas foi produzida durante a Cúpula dos Povos³² e traz o registro do depoimento de uma das lideranças da comunidade, José Rosalves, também entrevistado para esta pesquisa. No depoimento, que conta com 261 visualizações (de agosto de 2012 a julho de 2013), ele acusa os militares de ameaçar e torturar moradores. Rosalves afirma que a Marinha dificulta a entrada da imprensa para a realização de reportagens sobre a situação da comunidade e pede que o vídeo seja divulgado para que o mundo todo saiba das violações de direitos humanos em curso. Ele ressalta que a situação do quilombo só foi reconhecida nacional e internacionalmente depois da luta da comunidade, das manifestações e do apoio dos movimentos sociais.

Outra referência para a cobertura da situação de Rio dos Macacos, a Agência Brasil publicou doze matérias sobre a comunidade entre março de 2012 e julho de 2013. A primeira delas relata a participação da representante da comunidade Rose Meire dos Santos Silva em seminário da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Dia Internacional da Mulher.³³ No evento, ela denunciou as agressões sofridas pelas mulheres da comunidade e as limitações impostas pela Marinha para que elas desenvolvam atividades culturais e econômicas. Abaixo segue a Figura 17 uma imagem emblemática da fala de Silva estando atrás dela, o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e o ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio Patriota:

³² Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=QospJ21rpCk>

³³ Disponível em http://agenciabrasil.etc.com.br/galeria/2012-03-08/oit-reune-ministros-para-que-recebam-demandas-das-comunidades-tribais-e-indigenas?foto=AgenciaBrasil080312WDO_6444

Figura 18 – A líder quilombola Rose Meire dos Santos Silva durante seminário da Organização Internacional do Trabalho, em Brasília.



Durante a Cúpula dos Povos, a Agência Brasil também publicou matérias sobre disputas de terras entre as Forças Armadas e as comunidades quilombolas. Além de Rio dos Macacos, foram mencionadas as comunidades de Marambaia (RJ) e Alcântara (MA).³⁴ Ainda na Cúpula, a Agência Brasil noticiou o pedido da ministra de Estado dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, para que a Marinha se mantivesse longe da comunidade quilombola de Rio dos Macacos. A solicitação foi anunciada durante uma coletiva de imprensa na Cúpula dos Povos, um dia antes de uma passeata pelo Aterro do Flamengo em defesa da comunidade.³⁵

A última matéria publicada pela referida agência sobre Rio dos Macacos, em 9 de janeiro de 2013, noticiou um ato quilombola em frente à Base Naval de Aratu, durante nova estadia da presidenta Dilma na praia de Inema. Nessa matéria,³⁶ foi mencionada a proposta do governo federal de conceder 23 hectares de terra para a comunidade, que reduz

³⁴ Disponível em: <<http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2012-05-27/disputa-por-terras-entre-forcas-armadas-e-quilombolas-sera-tema-da-cupula-dos-povos-da-rio20>>. Acesso em: 20 jul 2013.

³⁵ Disponível em: <<http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2012-06-19/ministra-de-direitos-humanos-diz-que-pediu-afastamento-da-marinha-de-area-quilombola-na-bahia>>. Acesso em: 20 jul 2013.

³⁶ Disponível em: <<http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2013-01-09/comunidade-quilombola-na-periferia-de-salvador-denuncia-agressoes-da-marinha>>. Acesso em: 20 jul 2013.

significativamente o disposto no parecer do Inbra ter recomendado a titulação de 301,3 hectares.³⁷

Além de ouvir as lideranças de Rio dos Macacos, a reportagem da Agência Brasil procurou a Marinha para saber o que a instituição tinha a dizer sobre as denúncias de agressão aos quilombolas. A resposta emblemática sobre a visão da Marinha a respeito das ações de mobilização e comunicação dos quilombolas de Rio dos Macacos e do fórum de apoio pode ser lida no excerto da matéria que segue:

Em nota enviada à Agência Brasil, a força diz que “as diversas notícias veiculadas nos órgãos de comunicação social, tendo sempre como fonte os ocupantes irregulares, imputando a militares da MB [Marinha do Brasil] ações criminosas e ilegais, cumprem o objetivo de angariar simpatizantes à sua causa”. A nota diz ainda que “os ocupantes irregulares somente se auto-definiram como remanescentes de quilombo em setembro de 2011, quando da iminência do cumprimento do mandado judicial de desocupação”. De acordo com a Marinha, “documentos levantados evidenciam que as pessoas que atualmente ocupam o local não seriam remanescentes de quilombos”. A nota não esclarece quais são os documentos. (BRASIL, 2013)

Em outra nota oficial da Marinha,³⁸ enviada ao *blog* Bahia Notícias no dia 11 de julho de 2013, a instituição afirma que:

vem sofrendo, sistematicamente, uma campanha difamatória por parte dos ocupantes irregulares, como parte de uma aparente estratégia para sensibilizar a opinião pública e pressionar o Estado para que atenda aos seus desejos, inclusive contrariando decisão da Justiça.

O advogado da AATR Maurício Correa, em entrevista para esta pesquisa, afirma que o fórum de apoio à comunidade quilombola de Rio dos Macacos percebeu que a estratégia de comunicação era fundamental quando teve acesso aos relatórios da própria Marinha apontando a repercussão na mídia como situação adversa.

Passamos a “criar” fatos para evidenciar a situação. A foto do Gabriel – feita pelo Movimento DESOCUPA – no selo concebido pelo Quilombo Xis. Com a reação deles e as reuniões em Brasília, começamos a furar o bloqueio da mídia do eixo Rio-São Paulo. A Agência Brasil começou a

³⁷ O resultado do relatório do Inbra foi noticiado pelo portal de notícias das organizações Globo, o G1, no dia 26 de julho de 2012. Para que a conclusão do relatório fosse divulgada antes da publicação no Diário Oficial da União, quilombolas e apoiadores ocuparam a sede do Inbra na Bahia. Disponível em <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/07/relatorio-do-incra-classifica-rio-dos-macacos-como-area-quilombola-na-ba.html>>. Acesso em: 20 jul 2013.

³⁸ Disponível em: <<http://www.bahianoticias.com.br/principal/noticia/140471-rio-dos-macacos-marinha-diz-ser-alvo-de-campanha-difamatoria-e-que-terreno-e-da-uniao.html>>. Acesso em: 20 jul 2013.

cobrir com frequência e era muito replicada. Esse pico de evidência se deu até 30 de agosto – comunidade sentou em Brasília, informou a situação para ONU e OEA. Até as agências estrangeiras procuraram as lideranças pra fazer matérias. Toda essa mobilização chegou na rede porque tava no mundo real. Entre as questões que contribuem para esse destaque está a violência, luta de grandes contra pequenos, casos que tem mais potencial de circular pela rede. (Correa, 2012)

Em entrevista para a autora desta pesquisa, Vilma Reis, vice-presidente do CDCN, avalia que a mobilização em torno da comunidade quilombola de Rio dos Macacos se beneficia do fato de “existir uma geração de jornalistas negros e brancos com horror de milico, uma verdadeira aversão” (REIS, 2012). Para a ativista, esse foi o primeiro fator que fez os jornalistas pararem e prestassem atenção ao que estava acontecendo na comunidade. Ela e outros entrevistados atribuem a essa “aversão” o fato de a comunidade ser um caso bem-sucedido de *media advocacy*, ou jornalismo de defesa civil (WAISBORD, 2009). Outro fator que teria contribuído seria a existência de uma geração de jornalistas baianos, especialmente mulheres, que passaram pelas atividades de formação do movimento negro e que, hoje, estão nas redações, especialmente das mídias públicas e privadas regionais.

A importância de articular mobilização com comunicação, portanto, tem demonstrado bons resultados para a visibilidade e o empoderamento da comunidade quilombola de Rio dos Macacos³⁹. As experiências do movimento negro, campesino, pesqueiro e social como um todo da Bahia deram uma base fundamental para as ações realizadas, mas as especificidades e momento histórico da disputa entre quilombolas e Marinha ampliaram as potencialidades de reverberar a situação de embate nos âmbitos tanto nacional quanto internacional. Apesar de não ter acesso à energia elétrica e, muito menos, à *internet*, a comunidade tem visto sua luta ser, cada vez mais, conhecida, reconhecida e apoiada. Essa percepção fica nítida na forte declaração da liderança quilombola Rose Meire dos Santos Silva, em entrevista para esta pesquisa: “Sempre pensamos que iríamos morrer aqui lutando por essa terra. A diferença é que agora sabemos que vamos morrer, mas muita gente vai ficar sabendo”.

4.4 Categorização e análise das entrevistas

A partir das entrevistas realizadas com as lideranças quilombolas de Rio dos Macacos e com representantes da rede de apoio, construímos na seção anterior o histórico das ações de mobilização e comunicação. Nesta seção, vamos aprofundar a análise da transcrição das entrevistas, tomando como base instrumentos da análise de conteúdo. Essa metodologia nos permite identificar as unidades de textos mais frequentes (palavras e frases) para compreender o pensamento dos entrevistados e, a partir daí, fazer inferências críticas sobre o conteúdo em questão. As transcrições das nove entrevistas foram analisadas e, do conteúdo avaliado, emergiram três categorias de agrupamento: mobilização, visibilidade e empoderamento.

Consideramos como parte da categoria ‘mobilização’ as ações desenvolvidas no sentido de empreender uma luta simbólica para redefinir hierarquias políticas, a partir de novas práticas sociais que se desenvolvem no espaço social e no campo político, conforme Bourdieu (1998).

Com relação à categoria ‘visibilidade’, tomamos como base a perspectiva “nova visibilidade mediada” de Thompson (2008), que situa o termo no contexto de uma teoria social dos meios de comunicação relacionada com as novas maneiras de agir e interagir trazidas com a mídia, que já não dependem de propriedades espaciais e temporais presenciais para amplificar lutas sociais e políticas.

A categoria ‘empoderamento’ foi concebida a partir das reflexões de Perkins e Zimmerman (1995) e Friedmann (1996). Eles definem o empoderamento com um processo resultante de ações estratégicas por meio das quais indivíduos, organizações e comunidades acumulam voz, visibilidade, influência, capacidade de ação e decisão, com vistas à transformação das relações de poder.

Estabelecidos os parâmetros conceituais, apresentamos, na sequência, três quadros com os dados agrupados e organizados, respectivamente, conforme cada uma das categorias selecionadas e identificados segundo os colaboradores da investigação. Vale observar que as partes destacadas são os trechos em que, de maneira explícita, é possível identificar as categorias selecionadas.

Assim, para proceder à análise dos dados gerados em campo, organizamo-los com base nas três categorias descritas acima:

- 1- Mobilização
- 2- Visibilidade
- 3- Empoderamento

Igualmente, codificamos os colaboradores conforme a cronologia das entrevistas. Desse modo, temos um total de oito entrevistas, conforme as quais identificamos os colaboradores:

- E1** – Rose Meire dos Santos Silva, 34 anos (quilombola de Rio dos Macacos);
- E2** – Edgard, 60 anos (quilombola de Rio dos Macacos);
- E3** – José Rosalvo de Souza, o William (quilombola de Rio dos Macacos);
- E4** – Maria de Souza Oliveira, 86 anos (quilombola de Rio dos Macacos);
- E5** – Eliete Paraguassú, 32 anos (representante quilombola do Movimento de pescadores e pescadoras de Ilha de Maré);
- E6** – Hamilton Borges (integrante do coletivo Reaja ou será morto - Quilombo Xis);
- E7** – Vilma Reis (presidente do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia); e
- E8** – Maurício Correa (advogado da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais – AATR).
- E9** – DJ Branco – (comunicador social e integrante do coletivo Comunicação, Militância e Atitude Hip Hop - CMA Hip Hop)

Apresentamos, na sequência, três quadros com os dados agrupados e organizados, respectivamente, conforme cada uma das categorias selecionadas e identificados segundo os colaboradores da investigação. Vale observar que as partes destacadas são os trechos em que de maneira explícita é possível identificar as categorias selecionadas.

Quadro 1 – Dados de entrevista subscritos à Categoria Mobilização

CATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO
MOBILIZAÇÃO	Depois que a gente fechou as pistas , em 2010, começou a mudar. Em

	<p>2009, alguns moradores receberam a ordem de despejo. No ano seguinte, fizemos o fechamento das pistas. (E1)</p> <p>Procuramos o sindicato, descobrimos que eles tiveram várias reuniões na base naval sem a presença da gente. Fomos na Fetag e descobrimos que o processo já estava na Defensoria Pública da União. (E1)</p> <p>Mandaram a gente procurar rádio, TV, imprensa e ir pro inferno pois lá não era nosso local. Foi quando decidimos fechar a pista da base naval. Fomos com as crianças, até criança de colo. (E1)</p> <p>Em 85 e 86, tentaram expulsar comunidade. A gente se apegou com Deus, primeiramente, e com o sindicato. Sindicato rural e Fetag ajudaram, especialmente a advogada Maria Auxiliadora. Ficou ok, que ninguém bulia com ninguém. (E2)</p> <p>Vamos lutar até o fim. (...) Invadimos o Incra quando soubemos que o Relatório Técnico de Delimitação e Identificação (RTDI) estava pronto, cobrando que fosse publicado. Quando demos conta o relatório já estava em Brasília. Foi sequestrado. Deixamos o superintendente retido, com a gente dentro do Incra. Pessoal do movimento social com a gente. (E3)</p> <p>A nossa integração de luta com os quilombolas de Rio dos Macacos se deu a partir de 2011, no encontro da Conaq no Rio. Acionaram o movimento de pescadores e a CPP para ir à comunidade. Estabeleceram parceria com CDCN e AATR. (E5)</p> <p>A colônia de pescadores financia a articulação e a participação nos atos para chamar a atenção da sociedade. Os pescadores aqui da Bahia começaram a investir em atos públicos em 2008, quando um ato parou o porto de Aratu e causou um prejuízo de 300 mil reais para as empresas. Voltaram a organizar atos em 2009, quando houve derramamento de óleo da refinaria Landolfo Alves. Ocupamos uma balsa da Petrobras. (E5)</p> <p>Passamos a fazer parte da luta da comunidade. Foi quando construímos a frase Somos Quilombo Rio dos Macacos. Entramos na luta com verdade. (E6)</p> <p>Fizemos captação de recursos para a comunidade, reunião com os rappers. Chamamos pessoas pra fortalecer a luta. Enquanto sociólogos e militantes negros se calaram, nós escrevemos notas denunciando a situação pelo Quilombo Xis e pela campanha Reaja. (E6)</p>
--	---

	<p>Sempre que havia ameaça de reintegração ou movimento de militares armados, as pessoas eram convocadas pelo face para ir até lá. Eles recuavam. Demos um passo atrás quando as negociações começaram. Mas continuamos estabelecendo contatos importantes. (E6)</p> <p>O marco zero da nossa articulação é o ato de 2 de janeiro de 2012. Fizemos uma manifestação do bumba meu boi em frente à base naval no período em que presidenta Dilma estava lá. Dali, o movimento se nacionalizou. (E7)</p> <p>Os quilombolas têm escrito para parceiros internacionais, foram para a Rio+20 articular e confrontar com o governo. (E7)</p> <p>Em 27 de fevereiro de 2012, a comunidade e os movimentos tiveram a primeira audiência com a Secretaria Geral da Presidência da República. Pra chegar até aí, contamos com vários parceiros: movimento Desocupa Salvador, bando de Teatro Olodum, artistas como Lázaro Ramos, Juliana Ribeiro, Alice Braga (fizeram manifestações gravadas). Na Rio+20, essa articulação ampliou para Luís Alencar, Joel Zito, Marcelo Yuka. A ministra do Direitos Humanos Maria do Rosário teve até que se manifestar. (E7)</p> <p>Movimento de pescadores e pastoral da pesca são parceiros da comunidade. A rede de apoio foi crescendo até pelo grau de violência. (E8)</p> <p>Toda essa mobilização chegou na rede porque tava no mundo real. (E8)</p> <p>Pra esses casos, é fundamental a articulação em rede no sentido de sensibilizar a sociedade porque existe uma dificuldade muito grande de isso acontecer via Judiciário e órgãos públicos. (E8)</p>
--	---

Quadro 2 – Dados de entrevista subscritos à Categoria Visibilidade

CATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO
VISIBILIDADE	<p>Antes de bloquear, eu ligava pra rádio, rede de tv, e ninguém atendia. Matérias que saíam diziam que a terra era da Marinha, que a gente morava em barraco. Com o bloqueio, fizeram matéria, mas saiu que a gente tinha que sair, mesmo a gente mostrando vários documentos. (E1)</p> <p>Primeira rádio que atendeu a população foi a rádio sucesso de Simões Filho, o repórter Laércio de Souza, morto em janeiro de 2012. (E1)</p> <p>Aí a menina (Rose Meire) começou andando contato com rádio e tv. Até</p>

que chegou um filho de Deus que ajudou nós muito. Na hora que precisava, ele tava aqui. (E2)

Nossa **relação com a imprensa** tem sido boa agora. Antes dos atos eles não nos ouviam. Agora, depois dos atos, as **matérias** têm sido mais favoráveis. Ato é uma coisa que a gente mostra força, mostra que estamos dispostos para a briga. É isso que atrai a **mídia**. (E5)

Criamos **grupo no facebook**, ajudamos a **articular mais de 18 organizações**, fizemos **reunião na Uneb**, gravamos vídeos com o rapper Renegado. O primeiro **instrumento midiático** foram os **depoimentos - vídeos da série Eu Sou Quilombo Rio dos Macacos** (<http://correionago.ning.com/video/somos-quilombo-rio-dos-macacos>). Fizemos parceria com Ailton e Luiz Alencar, do Rio. **A mobilização no facebook foi muito importante também**. (E6)

Em termos de comunicação, utilizamos nessa ação um **acúmulo de experiências** que tínhamos **da campanha Reaja ou será morto**. Na campanha, começamos usando o **Orkut**. Pessoas da comunidade e da cadeia **tiravam fotos, faziam notas. Falamos do que somos**. Criamos um estilo de militância. (...) **Aproveitei a participação em um show do Criolo e falei da PM e também do Rio dos Macacos. Acredito que foi a primeira manifestação midiática sobre a comunidade**. (E6)

Em seguida, realizamos um **manifesto** no Teatro Vila Velha (fevereiro de 2012) e **publicamos várias notas**. Rio dos Macacos recuperou a luta conjunta do movimento quilombola e negro, mas **sem a mídia não seria possível essa nacionalização**. (E7)

A comunidade enfrenta um histórico de ameaças de despejo. Tiveram uma ameaça forte em novembro de 2011 e outra em março de 2012. Nessas duas ocasiões, **o movimento negro se mobilizou pela internet e por telefone, foi pra lá, chamou a imprensa**. Ajudou a **dar repercussão** e a chamar a atenção do governo. (E7)

Desde então se estabeleceu essa negociação com a Secretaria Geral da Presidência da República, que em grande parte foi possível **por conta das matérias que saíram na mídia, em revistas como a Carta Capital e sites como a Carta Maior**. Os quilombolas de Rio dos Macacos se beneficiam de certa forma do fato de existir uma geração de **jornalistas negros e brancos com horror de milico**. Uma verdadeira aversão. Esse foi o primeiro fator que fez os **jornalistas** pararem e prestarem atenção no que estava acontecendo lá. **Por conta dessa situação e por uma geração de jornalistas que passaram pelas organizações do movimento negro, foi possível chamar a atenção para a situação do quilombo, principalmente nas emissoras públicas**. (E7)

Eu diria que a situação de Rio dos Macacos é um caso bem-sucedido de **mídia advocacy**. Recorremos a **diferentes meios pra falar da situação**. O filme de Josias Pires foi apresentado no teatro Vila Velha e correu o mundo. **Nas redações, contamos com jornalistas negras** – a maioria mulheres mesmo - que foram nossas alunas ou passaram por nossas

organizações em uma roda de conversa, em um curso. Mesmo pra quem foi uma vez, elas sabiam que na hora que a situação apareceu é que **a luta era delas da porta pra dentro dos jornais.** (E7)

Até o dia 2 de janeiro de 2012 essa situação ficou invisibilizada. **A mídia que estava na praia de Inema pra ver a presidente Dilma, quando a comunidade chegou com o bumba meu boi e o boi pariu as faixas falando da truculência da Marinha e da necessidade de se tomar uma postura, o mundo inteiro soube o que estava acontecendo embaixo dos nossos próprios olhos.** (E7)

As vozes foram repercutindo a partir de relatos de violência, casos de omissão de socorro, estupros, ameaças. (E8)

Percebemos que a **estratégia de comunicação era fundamental.** Tivemos acesso a relatórios da própria Marinha que apontavam a **repercussão na mídia como situação adversa.** Passamos a **“criar” fatos para evidenciar a situação.** A foto do Gabriel – feita pelo movimento Desocupa – no selo concebido pelo Quilombo Xis. Com a reação deles e as reuniões em Brasília, começamos a **furar o bloqueio da mídia do eixo Rio-São Paulo.** A Agência Brasil começou a **cobrir com frequência e era muito replicada.** Esse **pico de evidência** se deu até 30 de agosto - comunidade sentou em Brasília, informou a situação para ONU e OEA. Até as **agências estrangeiras procuraram as lideranças pra fazer matérias.** (E8)

De antemão, a gente pensou em criar uma **ferramenta de comunicação que é o facebook** e o pessoal da Quilombo Xis **criou a marca Somos Quilombo Rio dos Macacos.** Aí **fizemos camisas, faixas como a marca da comunidade,** cada um levou sua camisa e pintou, **a gente criou a página no face e criou um endereço no twitter pra divulgar isso.** (E9)

A primeira reunião que teve no CDCN (primeiro órgão fora a AATR convidado a participar dessa mobilização) se pensou em **estratégias de comunicação. Como mobilizar o movimento social pra participar, saber o que está acontecendo, participar das intervenções e mobilizar a imprensa.** (E9)

Quando aconteciam as audiências e até a própria **imprensa quando procurava informações sobre Rio dos Macacos na internet, ia na página do facebook e deixava mensagem** lá pedindo mais informações, contatos, que dia ia ter ato para eles acompanharem. O facebook ajuda, mas teve um monte de **jovens negros que são jornalistas, trabalham nas redações, que ajudaram, várias organizações do movimento social também** e a gente conseguiu dar **visibilidade** para um problema que está acontecendo até hoje na comunidade Rio dos Macacos. (E9)

E assim a gente conseguiu dar **visibilidade** para o que tá acontecendo na comunidade para o mundo. Acho que a **internet** hoje possibilita isso, possibilita você **propagar ideias, fazer denúncia, divulgar uma coisa positiva, uma negativa e chega onde você não sabe.** Você não tem o

	<p>limite disso. (E9)</p> <p>A todo momento tinha pessoas lá com celulares high techs da vida, os chamados andróides, divulgando fotos de policiais com arma na mão, agredindo as pessoas do movimento social, e a gente no quartel general recebendo as informações e repassando pra imprensa. A internet possibilita muito isso, a informação em tempo real e a informação em primeira mão. (E9)</p> <p>Todas as organizações do movimento social que tivemos reunião para discutir os textos de apoio, o que ia pro manifesto, pro folder, pro cartaz, pra internet, todas as peças foram pensadas pelo movimento social e uma estratégia foi: “vamos mudar a foto do nosso perfil e usar o avatar Somos Quilombo Rio dos Macacos”. (E9)</p> <p>Até porque o movimento social historicamente por estar à margem da grande mídia, por ser criminalizado, por nunca ter espaço para divulgar suas ações, sua cultura, suas ideologias, o movimento social sempre criou meios alternativos de comunicação. Os cartazes e as faixas funcionam muito, assim como as pichações nos muros da rua. E as pessoas foram aderindo à marca quilombo Rio dos Macacos e colocando no seu face. Até pessoas perguntavam o que era e a gente explicava, indicava foto, vídeo, e a partir daquele momento as pessoas se sensibilizavam. (E9)</p>
--	---

Quadro 3 – Dados de entrevista subscritos à Categoria Empoderamento

CATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO
EMPODERAMENTO	<p>Sempre pensamos que iríamos morrer aqui lutando por essa terra. A diferença é que agora sabemos que vamos morrer, mas muita gente vai ficar sabendo. (E1)</p> <p>Disseram que a gente deveria ter dado entrada no início do processo, disseram que a gente tinha que chegar em casa, retirar as coisas e ir pra rua mesmo. Eu disse que a gente ia morrer lá e não ia sair. (E1)</p> <p>E foi a partir daí que a gente provocou que viesse abrir essa negociação que está tendo aí com a secretaria geral da presidência pra discutir os interesses da comunidade e dizendo eles interesse de governo pra resolver essa situação. (E3)</p> <p>Entra e sai o governo e a gente não vai se cansar de lutar. Queremos retomar toda a nossa cultura de volta. Vamos lutar até o fim e vamos ensinar nossos filhos a lutar também. Ter nossa vida digna como qualquer cidadão brasileiro tem direito. (E3)</p>

É uma relação de solidariedade, companherismo, para que eles conheçam seus direitos. Não foi a gente que descobriu a força da comunidade. **Eles já tinham força, sabiam que queria permanecer ali. (E5)**

Em 27 de fevereiro de 2012, a comunidade e os movimentos tiveram a primeira **audiência com a Secretaria Geral da Presidência da República**. Pra chegar até aí, **contamos com vários parceiros**: movimento Desocupa Salvador, bando de Teatro Olodum, artistas como Lázaro Ramos, Juliana Ribeiro, Alice Braga (fizeram **manifestações gravadas**). Na Rio+20, essa **articulação ampliou** para Luís Alencar, Joel Zito, Marcelo Yuka. A ministra dos Direitos Humanos Maria do Rosário teve até que se manifestar. (E7)

Desde julho de 2011, **formou-se um fórum da sociedade civil e governo** para tratar desse tema. Até então, a situação de Rio dos Macacos era tratada como uma questão urbana. (E8)

A **história da comunidade** se transforma em **luta política**. (E8)
Repercussão internacional ajudou a levar o debate para o Ministério Público Federal, governo federal e Comissão de Direitos Humanos da Câmara. (E8)

Em situações de extrema violência e injustiça, alguns casos é possível que ganhem alguma **repercussão** e que isso tenha **consequências para toda a política de regularização dos territórios quilombolas**. (E8)

A partir do momento que existe uma **sensibilização da sociedade e dos movimentos de apoio**, que você ganha uma **visibilidade**. Os órgãos públicos, o Judiciário e o governo se sentem mais **cobrados e com responsabilidade** maior porque sabem que seus atos vão ter **consequências e visibilidade**. **A comunicação é fundamental** nesse processo. (E8)

O ideal é que todos os casos fossem **emblemáticos** e tivessem essa **visibilidade**. A gente lida com **casos mais extremos para evidenciar uma situação que é geral**. (E8)

E o importante disso é que chega uma informação verídica, não é uma informação manipulada, não é um texto, um discurso que passa por uma redação de jornal. **É o discurso do próprio movimento social**. Dá mais **credibilidade às ações** que estão acontecendo do que um jornalista ir na comunidade, fazer uma matéria e dizer que pode colocar isso ou não. A todo tempo com o **discurso de que naquele**

	<p>momento a Marinha de Guerra do Brasil estava violentando a comunidade quilombola Rio dos Macacos. (E9)</p> <p>Nenhuma outra comunidade antes ou depois do Rio dos Macacos conseguiu articular tantas ações de mobilização e comunicação. É claro que existiam problemas de comunidades quilombolas, no interior da Bahia, de fazendeiros que queriam tomar terra e havia conflito com comunidade de marisqueiros. Mas a visibilidade que Rio dos Macacos teve nenhuma outra teve. A repercussão e o tanto de gente que abraçou a causa motivou outras comunidades a ir pro enfrentamento, denunciar, ir pra imprensa, colocar a cara na tela sem medo de morrer. Assim, a comunidade quando a imprensa oficial chegou lá ela foi e falou que tava sendo violentada, mas disse que tava falando e podia morrer amanhã, mas essa realidade tá acontecendo aqui. São pessoas que estavam lutando pela vida. (E9)</p> <p>Ou vai denunciar que pode morrer amanhã ou pode morrer amanhã sem denunciar. Foi uma escolha que a comunidade fez. Graças a Deus, nenhuma das pessoas que botou a cara na tela pra denunciar aconteceu nada e estão vivas até hoje. Mas é claro que continuam sendo ameaçadas, recebem telefonemas anônimos dizendo que tão falando demais. Mas a repercussão de Rio dos Macacos nenhuma outra comunidade teve e de lá pra cá outros movimentos quilombolas começaram a ir pra rua, chamar o movimento social pra discutir. Antes ficavam denunciando apenas entre eles, ou com uma instituição. Algo mais jurídico. Não dialogava assim frequentemente com o movimento social. A partir da visibilidade e do resultado, outras organizações estão dialogando mais com o movimento social, procurando apoio jurídico e assessoria dos grupos organizados que trabalham com meios alternativos de comunicação. (E9)</p>
--	--

O trabalho de categorização das entrevistas realizadas em campo revelou a estreita articulação entre as atividades realizadas nas três esferas: mobilização, visibilidade e empoderamento. Em alguns casos, as mesmas palavras, ações e expressões poderiam, inclusive, ser atribuídas a mais de uma categoria. No entanto, seguindo os parâmetros da análise de conteúdo enquanto método de pesquisa e a conceituação das categorias escolhidas, atribuímos apenas uma categoria para cada expressão. De qualquer forma, a articulação entre as categorias é reveladora da integração das esferas de ação que

constituem a luta quilombola de Rio dos Macacos e, possivelmente, contribuem para que essa comunidade tenha alcançado tanto destaque, especialmente no ambiente virtual, e centralmente por meio das redes sociais.

Como já observado no histórico das ações de mobilização e comunicação, a categorização nos permite confirmar que as atividades organizadas pelos quilombolas e pela rede de apoio utilizam símbolos e formatos já consagrados, ao mesmo tempo em que trazem novos elementos de disputa do campo político. Para mobilizar parceiros, foram organizadas reuniões, seminários, audiências públicas e visitas à comunidade. Estes encontros resultaram na redação de notas, manifestos, faixas e cartazes. Palavras de ordem foram incorporadas por artistas, *rappers*, estudantes, capoeiristas e outros atores sociais que possuem lugar de fala de destaque na sociedade.

As parcerias e os textos construídos coletivamente sustentaram de maneira estratégica o momento seguinte, em que a comunidade e a rede de parceiros se mobilizaram para fechar pistas de rodovias, ocupar prédios públicos e realizar atos em eventos sobre outros temas. O formato das atividades mesclavam elementos culturais tradicionais (bumba meu boi “parindo” faixas de protesto) e formas contemporâneas de mobilização, como “convocação de pessoas pelo *facebook*”. Apesar de a internet fazer parte da estratégia de luta, os protagonistas das ações convergem no entendimento de que a força do movimento está na mobilização de rua.

É a partir deste ponto de vista que devemos compreender as falas agrupadas na categoria ‘visibilidade’. Elas solidificam o entendimento de que os processos comunicacionais empreendidos para amplificar a luta se basearam em um acúmulo de experiências do movimento social e do movimento negro. Assim como esses movimentos, os quilombolas de Rio dos Macacos também vivenciaram dificuldades para estabelecer contato com os meios de comunicação. E, como outros grupos sociais, chegaram à conclusão de que se “atrai” a mídia por meio da realização de atos capazes de revelar a força e o poder de articulação da comunidade.

No entanto, para garantir uma visibilidade perene e independente de condições espaciais/temporais, a rede de parceiros recorreu a uma importante diversidade de formatos de mídias e plataformas de divulgação relacionadas a uma estratégia de comunicação mais ampla. Produziu vídeos com depoimentos de artistas, criou grupos no *Facebook*,⁴⁰ adotou

⁴⁰ O facebook hospeda seis grupos de discussão sobre quilombo Rio dos Macacos e duas comunidades. Os grupos reúnem cerca de dois mil perfis e, as comunidades, 2,7 mil.

perfil no *twitter*, criou marcas, selos e avatares. Ativistas foram designados para cobrir os atos e enviar informações, imagens e vídeos para outros militantes que alimentavam as redes sociais remotamente.

Os quilombolas e a rede de parceiros também buscaram estabelecer contato com jornalistas e mídias mais receptivas às demandas de uma comunidade em confronto com uma instituição militar; seja por motivos estritamente ideológicos do campo político de esquerda (“horror de milico”) seja pelo fato de terem passado por atividades de formação do movimento social negro.

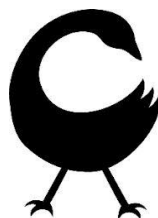
A partir destes processos comunicacionais de visibilidade, os relatos de violência e as reivindicações políticas da comunidade de Rio dos Macacos passaram a ecoar na sociedade e nos poderes públicos. As ações estratégicas desaguaram na ampliação do sentimento de unidade e força por parte dos quilombolas e da rede de apoio, que também já se percebem como agentes de um processo de mobilização e comunicação capaz de empoderar outras comunidades. Podemos observar essa resultante na análise das falas aqui atribuídas à categoria “empoderamento”.

Ao longo do processo descrito neste trabalho, observamos a ampliação das parcerias e da repercussão da disputa (nacional e internacional), a abertura de interlocuções com os poderes públicos e o início de negociações institucionais, ainda que extremamente desiguais em termos de relações de poder. Audiências públicas em território quilombola levaram para Rio dos Macacos representantes dos governos estaduais e federal, bem como parlamentares do poder Legislativo estadual e nacional. As palavras *luta*, *força*, *morrer*, *enfrentamento*, *denúncia* e *voz* foram observadas frequentemente nas falas dos entrevistados e se repetem nas declarações analisadas, o que indica uma articulação em nível discursivo que pode ser extremamente significativa para compreendermos o grau de articulação da rede de atores sociais.

É possível notar que, apesar de as lideranças considerarem como ainda inalcançado o objetivo final da luta, as novas parcerias, frentes de negociação e repercussão externa levaram a um fortalecimento da unidade e disposição do grupo para a resistência, expresso em diversas falas. Entre elas, destacamos a seguinte: “Sempre pensamos que iríamos morrer aqui lutando por essa terra. A diferença é que agora sabemos que vamos morrer, mas muita gente vai ficar sabendo”. Consideramos essa frase como uma síntese de todo o

processo analisado, da mobilização ao empoderamento, e avaliamos que, nela, podemos encontrar respostas para muitas das perguntas que motivaram esta pesquisa.

A seguir, apresentaremos as considerações finais deste trabalho, relacionando a análise do material coletado em campo com o contexto mais geral da luta das comunidades quilombolas no Brasil e com o referencial teórico adotado por esta pesquisa para o entendimento do cenário abordado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desta investigação nos permitiu verificar a emergência de um novo pensar e agir em comunicação no Brasil. Unidos em torno de uma luta de resistência, comunidades quilombolas, movimentos negros e camponeses estão reinventando processos comunicacionais a partir de ações de mobilização criativas e conectadas com as novas tecnologias. Eles atuam no “bios midiático” (CABRAL, 2010) buscando fazer deste quarto âmbito existencial um espaço de luta simbólica para redefinir hierarquias políticas e alcançar o empoderamento a partir novas práticas sociais (BOURDIEU, 1998). Os espaços midiáticos se tornaram novos territórios de batalha para comunidades há séculos empenhadas em alcançar a liberdade no sentido pleno, inclusive no que diz respeito à permanência em terras ancestrais e de usufruto coletivo.

A partir do estudo exploratório e da pesquisa de campo, verificamos que as comunidades quilombolas utilizam processos comunicacionais articulados com atividades de mobilização, visibilidade e empoderamento. O início desses processos, em geral, se dá a partir do acirramento de ameaças de despejo e ações de violência contra as comunidades. Os descendentes de africanos, que se constituíram enquanto grupo a partir de uma invisibilidade estratégica para se contrapor à escravidão, recorrem a outros movimentos sociais para constituir uma rede que se movimenta a partir identidades, adversários e projetos em comum (SCHERER-WARREN, 2006).

Os espaços de reflexão, discussão e ação construídos a partir dessa nova rede contribuem para o resgate da memória e para a autoafirmação étnica quilombola (MOURA

D., 1990; MOURA G., 2012). Uma nova linguagem de ação política e comunicacional é desenvolvida com base em práticas culturais silenciadas pelos detentores do poder político e econômico. Uma vigorosa mobilização *off line* antecede a ocupação do espaço midiático. Primeiro, as comunidades compartilham informações e se fortalecem presencialmente para depois ocupar rodovias, ruas, órgãos públicos e teatros. Guerra preta, estratégia quilombola! O formato de mobilização remete a um acúmulo de experiências diaspóricas (HALL, 2003). As ações planejadas e executadas na busca por visibilidade e empoderamento trazem consigo o histórico de vivências africanas no Brasil, marcado pelo elaboração de um valioso sistema de ataque, defesa e resistência, capaz de colocar em questão as principais contradições da ordem política dominante (MOURA, C., 1987; ANJOS, 2011).

A partir da consciência do sentido de estar e transformar o mundo, as comunidades quilombolas e sua rede de parceiros caminham para a apropriação das novas tecnologias e mostram que um outro mundo é possível (SANTOS, 2001; CABRAL, 2010), bem como novos enunciados, imagens e símbolos. Os quilombolas lançam um outro olhar sobre sua existência, capaz de gerar novos significados e valores com relevante potencial de sensibilização da sociedade (WILLIAMS, 1980). A mobilização se dá nas ruas e em comunidades sem acesso a energia elétrica. No entanto, chega ao facebook, twitter, sites e blogs com a força das demandas políticas de grupos sociais afrodescendentes e camponeses.

A rede de parceiros alimenta a rede virtual com avisos, chamadas para a ação, informações e até mesmo releases. A experiência de organizações negras, que historicamente atuam a partir de redes de solidariedade (CABRAL, 1999; GOMES, 2005; PINTO, A., 2010), transpõe-se para o espaço virtual. A partir dos meios de comunicação, tem-se “uma arma possível no enfrentamento das lutas diárias” na era da visibilidade mediada (THOMPSON, 2008). Jornalistas negras/os que de alguma forma tiveram contato com atividades do movimento negro atuam para colocar a pauta quilombola em outro patamar nos meios de comunicação, confirmando a permeabilidade do jornalismo às contradições sociais e às pressões da sociedade civil (MOTTA, 2005; PEREIRA, 2010).

As plataformas tecnológicas intensificam o fluxo e o aproveitamento de informações produzidas pela rede negra e camponesa (ADGHIRNI, 2002), apontando para a possibilidade de mudanças estruturais no jornalismo, especialmente no sentido de incorporação da lógica colaborativa de produção e difusão das notícias (RUELLAN, 2011). É a partir da atuação em rede entre as organizações e veículos de comunicação,

especialmente públicos e alternativos, que novas interações e formas de agendamento emergem (SILVA, 2004).

Tal cenário, no entanto, ainda não produz alterações estruturais na agenda e ideologia propagada pela mídia privada, até mesmo pelo fato de ela estar subordinada a interesses de detentores do poder econômico e político, frequentemente situados no pólo contrário das comunidades negras e quilombolas (FERREIRA, 2004; CLAVELIN, 2011). No entanto, as ações de mobilização protagonizadas por essas comunidades começam a repercutir de maneira mais efetiva nas esferas do poder público, que já considera os blogs e as redes sociais como mídias importantes para o agendamento da opinião pública⁴¹.

As tecnologias digitais confirmam seu potencial de minorar o déficit de participação política que afeta, em toda parte, as democracias liberais contemporâneas (MAIA; GOMES, 2011). Percebe-se o empoderamento das comunidades quilombolas a partir do momento em que elas, por meio de processos de mobilização, articulação e comunicação, conquistam a suspensão de ações de despejo e passam a ser consideradas politicamente a ponto do Estado abrir uma negociação para tentar uma solução mediada, como no caso do quilombo Rio dos Macacos. Para as comunidades, no entanto, o empoderamento apenas será efetivo quando suas demandas forem verdadeiramente respeitadas e atendidas.

A internet, portanto, se confirma como um âmbito existencial, um “bios midiáticos”, como sugere Cabral (2010), mas que por si só não contempla os anseios quilombolas. O vigor do ativismo e resistência histórica dessas comunidades demanda política reparatórias e emancipatórias urgentes, principalmente em outros âmbitos da existência coletiva. Nesse sentido, as pesquisas em comunicação e políticas públicas devem se empenhar em seguir mapeando, dando visibilidade e apoio financeiro a ações engendradas pelas comunidades quilombolas e sua rede de parceiros, a partir de perspectivas afrocentradas, até para que essas experiências possam ser utilizadas para o empoderamento de outros grupos sociais da diáspora africana na América Latina e no Caribe.

⁴¹ Informação verbalizada pela diretora de programas Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, Bárbara Oliveira, na mesa de debates Quilombo das Américas, na 6ª edição do Latinidades – Festival da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha realizado em Brasília de 19 a 27 de julho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADGHIRNI, Z. L. (2002). Jornalismo online e identidade profissional do jornalista. In L. G. Motta (Ed.), **Imprensa e Poder** (pp. 151-166). Brasília: Editora UnB.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil – Primeira Configuração Espacial/** Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Brasília: Edição do autor, 1999.
- _____. **Quilombos: Geografia africana – Cartografia Étnica Territórios Tradicionais** – Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.
- _____. **Territorialidade Quilombola: Fotos & Mapas** – Rafael Sanzio Araújo dos Santos. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2011.
- ARAÚJO, Joel Zito. **O negro na TV Pública**. Brasília: FCP, 2010.
- ARRUTI, José Maurício. Mocambo: história e antropologia do processo de formação quilombola. Rio de Janeiro, 2006.
- _____. Quilombos. In Raça: Perspectiva antropológicas. (Org Osmundo Pinho). ABA/Ed. Unicamp/EDUFBA, 2008.
- _____. A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana – estudos de antropologia social*, n.3/2, 1997.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Tradução de João Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BOLGUE, Henrique. Redes sociais ainda não mudaram a ação política, diz Muniz Sodré. **UnB Agência**. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=5538>>. Acesso em: 25 nov. 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRIN, Colette, CHARRON, Jean et BONVILLE, Jean, (dir.). **Nature et transformation du journalisme** – théorie et recherches empiriques. Laval: (FALTA EDITORA) 2004.
- CABRAL, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CARNEIRO, Sueli . **Mulheres em movimento**. In *Estudos Avançados* 17 (49), 2003.
- CARRANÇA, Flávio, BORGES, Rosane da Silva. **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, 2004.

- CALHEIROS, Felipe Peres. **Extensão Rural, Identidade Quilombola e Vídeo: Um estudo do caso de Conceição das Crioulas (Salgueiro - PE)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural de Pernambuco, agosto de 2009.
- CLAVELIN, Isabel Cristina. **Racismo em Pauta – A pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S. Paulo na década de 2000**. Dissertação de mestrado (Comunicação). Universidade de Brasília, 2011.
- FERREIRA, Ricardo Alexino. Quando a imprensa branca fala da gente negra: visão eurocêntrica da imprensa na cobertura de afrodescendentes. In: CARRANÇA, Flávio, BORGES, Rosane da Silva. **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Sindicato dos Jornalistas do Estado São Paulo, 2004.
- GERALDES, Elen; SOUZA, Janara. **Um saber sobre tensão: as múltiplas visões sobre a origem, o objeto de estudo e o conceito da disciplina comunicação**. Razón y Palabra, v. 67, p. 1-22, 2009. Disponível em <http://goo.gl/f7KUc0>. Acesso em 2 de junho de 2013.
- GOFFMAN, Erwin. **Frame analysis – an essay on the organization of experience**. Cambridge: Harvard University Press, 1974.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2005.
- GUTIERREZ, Carolina. **Baobá: comunicação da resistência**. Monografia de graduação (Comunicação). Universidade Metodista de São Paulo, 2009. Disponível em: www.mocambos.org/textos/baoba.zip/view. Acesso: 25 maio 2012.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- _____ Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In. SOVIK, Liv (Org.) **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- _____ **Identidade Cultural e Diáspora**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, p.68-75, 1996.
- HALLIN, Daniel C; MANCINI, Paolo. **Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em 19 de junho 2013. 2010.
- MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- MARQUES, Carlos Eduardo. De Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico etnográfico. Revista de Antropologia, Volume 52 nº01, janeiro-junho de 2009. São Paulo, p. 339-374, 2009.
- MOURA, Dione Oliveira. **A construção da memória e da identidade em filmes de cineastas negros brasileiros**. Dissertação de mestrado (Comunicação). Universidade de Brasília, 1990.

- MOURA, D. O.; RAMALHO, A. Mídia e educação na era da convergência. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, ano 16, n. 698, 12 jun. 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed698_midia_e_educacao_na_era_da_convergencia>. Acesso em: 25 jun. 2012.
- MOURA, Glória. **Festa dos quilombos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.
- MCNAIR, Brian. **The Sociology of Journalism**. London: Arnold. 1998.
- MEDINA, Cremilda. Imprensa e racismo: espelho das contradições sociais. In: CARRANÇA, Flávio, BORGES, Rosane da Silva. **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Sindicato dos Jornalistas do Estado São Paulo, 2004.
- _____ O criador da assinatura coletiva ou dialogia social. **Anais do I Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: <www.mejor.com.br>. Acesso em 5 de maio de 2012).
- MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3ª ed; São Paulo: Ática, 1987.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. **Intexto**, v. 2, 2007. Disponível em www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/issue/304. Acesso 2 de abril de 2012.
- _____ Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiacêntrico e sociocêntrico. **Revista Eptic On-line**, 2005. Disponível em: <www.epitic.com.br/epitic_es/interna.php?c=82&ct=409&o=1>. Acesso em 6 de maio de 2012.
- NASCIMENTO, Abdias. (2002) **O Quilombismo**. Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor Produtor Editor. (2ªed. Brasília). Documento 7: O Quilombismo – itens Consciência negra e sentimento quilombista e Quilombismo: um conceito científico histórico-social. pp. 262-274.
- RATTZ, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz nascimento**. SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto Kuanza, 2007.
- OLIVEIRA, Frederico Menino Bindi de. **Mobilizando Oportunidades: Estado, Ação Coletiva e o Recente Movimento Social Quilombola**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, setembro de 2009.
- ORLANDI, Eni. Silêncio, sujeito, história: significando nas margens. In: ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1997.
- PEREIRA, Fábio Henrique. El mundo de los periodistas: aspectos teóricos y metodológicos. **Comunicación y Sociedad**, n. 14, jan.-jun., 2010, pp. 101-124. Universidad de Guadalajara, México.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas - contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e sociedade**, v. 14, n. 1-2, 2000. Disponível em: <<http://tinyurl.com/25wwu89>>. Acesso 12 de abril de 2012.
- PRYSTON, Angélica. Estudos culturais: uma (in) disciplina? **Comunicação e espaço público**. Brasília: Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação, 2003.

- RUELLAN, Denis. Mudanças e continuidades estruturais do jornalismo. **Anais do I Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: <www.mejor.com.br>. Acesso em 3 de julho de 2012.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 6ª Ed; Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. Atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. In: **Revista Ambiente & Sociedade**, Ano V, nº 10, 1º semestre de 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>>. Acesso em 29 de maio de 2013. 2010.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? **Cadernos do CRH (UFBA)**, v. 21, p. 505-517, 2008.
- _____ Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006.
- SILVA, L.M. **Jornalismo público**. Brasília: Casa das Musas, 2004.
- SOVIK, Liv; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. O papa negro dos estudos culturais: entrevista de Stuart Hall. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, v. Idéias, 2004.
- TESSARATO, Marco Antonio de Oliveira. **Radiofusão comunitária e inclusão dos segmentos quilombolas na Paraíba: referências e análises sobre a fala ideal**. Dissertação de mestrado (Comunicação). Universidade Federal da Paraíba, 2009.
- THOMPSON, John B. A nova visibilidade. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/issue/view/11>>. Acesso em 10 de maio de 2012
- TRAQUINA, N. (org). **Jornalismo: questões teóricas e estórias**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.
- WAISBORD, S. A sociedade civil pode mudar o jornalismo? A experiência do jornalismo de defesa civil na América Latina. In *Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo*, 2009.
- WILLIAMS, R. **Marxismo y Literatura**. Barcelona: Ediciones Península. 1980.

APÊNDICE A – Íntegra das gravações das entrevistas realizadas com atores sociais envolvidos na mobilização de Rio dos Macacos

E1- Rose Meire dos Santos Silva, 34 anos, liderança quilombola de Rio dos Macacos

Temos muito pouco ainda da cultura local preservada. Produção de azeite, colher de pau, pilão. Festa mesmo não existe mais. Temos que fazer entre a gente. Se eles descobrirem, eles vêm aqui e proíbem. Tinha terreiro, candomblé, samba de roda, Cosme e Damião, caruru. Até hoje a gente ainda faz caruru. Dona Maria faz Cosme e Damião, reza as pessoas, mas até a cultura da gente eles tentam apagar. Nossa preocupação é nossos filhos não saberem nada de sua raiz. Estamos puxando algumas atividades para retomar isso. Eles fizeram o possível pra gente não ter cultura nenhuma. Agora a história mudou. Antes a gente não tinha a ninguém pra pedir socorro. Depois que a gente fechou as pistas, em 2010, começou a mudar. Em 2009, alguns moradores receberam a ordem de despejo. No ano seguinte, fizemos o fechamento das pistas. Eles vieram aqui e nos deram 15 dias pra sair. No documento, dizia que não tínhamos direito a recorrer. Procuramos o sindicato, descobrimos que eles tiveram várias reuniões na base naval sem a presença da gente. Fomos na Fetag e descobrimos que o processo já estava na Defensoria Pública da União. Batemos numa porta que deveria ajudar o povo negro e essa porta tava fechada. Recebeu nossos documentos, algumas fotos que a gente tinha mostrando que chegamos primeiro do que a Marinha, levamos documentos também que a gente nasceu e se criou aqui e nada disso adiantou pra DPU. Quando chegamos no meio do ano, descobrimos que o processo tava em uma gaveta, criando teia de aranha, e eles não estavam defendendo a gente. Disseram que a gente deveria ter dado entrada no início do processo, disseram que a gente tinha que chegar em casa, retirar as coisas e ir pra rua mesmo. Eu disse que a gente ia morrer lá e não ia sair. Mandaram a gente procurar rádio, tv, imprensa e ir pro inferno pois lá não era nosso local. Foi quando decidimos fechar a pista da base naval. Fomos com as crianças, até criança de colo. Antes de bloquear, eu ligava pra rádio, rede de tv, e ninguém atendia. Matérias que saíam diziam que a terra era da Marinha, que a gente morava em barraco. Com o bloqueio, fizeram matéria, mas saiu que a gente tinha que sair, mesmo a gente mostrando vários documentos. Primeira rádio que atendeu a população foi a rádio sucesso de Simões Filho, o repórter Laércio de Souza, morto em janeiro de 2012. Tentamos falar com (Nelson) Pelegrino, como o governador Jaques Wagner e nada. Pelegrino, como secretário de Segurança e deputado federal, poderia levar nossa situação lá pra Brasília. A prefeitura de Salvador começou a destruir a vida da gente e agora é o governo federal nesse meio de campo. Sempre pensamos que iríamos morrer aqui lutando por essa terra. A diferença é que agora sabemos que vamos morrer, mas muita gente vai ficar sabendo.

E2- Edgar Messias dos Santos, 60 anos, boiadeiro e agricultor, casou-se com uma mulher quilombola de Rio dos Macacos e tornou-se quilombola

A Marinha fez a vila na década de 70. Eu trabalhei fazendo as casas. Não tinha ideia do que poderia acontecer. Esse pessoal que mora aqui no quilombo, os antepassados trabalharam na usina. Quando a usina fechou, entregaram glebas pros quilombolas que trabalhavam lá como indenização, mas cadê que não deram o documento? A usina foi fechada na década de 30. Em 70, com a chegada da Marinha, que fez essa vila, botou pra fora 70 famílias. Onde tinha muitos terreiros de candomblé, eles destruíram inclusive as imagens, quebraram tudo. Aí na vila tinha muitos terreiros, eles derrubaram, não tinha conversa. Chegava e dizia que tinha 24 horas pra tirar o que tinha. Tratores derrubaram tudo. Tiraram fazendeiros também. Rodavam o trator em volta das casas e as pessoas iam embora. Naquele tempo, eu não entendia bem. Acontecia essa cena toda e ninguém tomava oportunidade. Foi a prefeitura de Salvador que doou o terreno pra Marinha. Naquele tempo o prefeito era Heitor Dias Pereira (mandato de 59 a 63 / recebeu duas medalhas militares - Tamandaré e do Pacificador), mas o terreno não era de Salvador, era de Mata de São João, só que os donos eram de Mata. Essa pista que passa em frente do portão era a divisão de Mata com Paripe. Era estrada de boiada. Vinham de navio e passavam ali. Salvador doou uma coisa que não era deles. Simões Filho se chamava Água Comprida. Resultado, em 74 eles vieram cadastrar a gente. Aquele cadastro, a gente não sabia de nada, diziam que não iam mexer com a gente. Em 75, foi proibido botar telha, plantar bananeira, coqueiro, começaram a botar banca na gente. Em 77, cadastraram de novo e começaram a proibir plantação. Em 85 e 86, tentaram expulsar comunidade. A gente se apegou com Deus, primeiramente, e com o sindicato. Sindicato rural e Fetag ajudaram, especialmente a advogada Maria Auxiliadora. Ficou ok, que ninguém bulia com ninguém. Quando passou uns dois anos começou de novo. Colocaram um cidadão pra tomar conta e ele sempre vinha pisando na gente. Criava tumulto e fazia fofoca. E isso eles iam notando. Sai um comandante entra outro, mas a ação é a mesma. Perseguição. Sargento da Marinha plantava aqui perto e vendia, usava o terreno, mas não deixava a gente plantar. Tenente Cortizo e tenente Sandoval são o vilão da coisa agora. Dizem que nós temos que sair sem levar nada e o que adquiriu aqui é pra deixar. Até os cacos de telha era pra deixar. Aí a menina (Rose Meire) começou andando contato com rádio e tv. Até que chegou um filho de Deus que ajudou nós muito. Na hora que precisava, ele tava aqui.”

E3- José Rosalvo de Souza, mais conhecido como William, liderança quilombola de Rio dos Macacos

A comunidade faz sua própria segurança, mas continua vivendo indignamente. Querem nos levar ao cansaço. Vai entrar e sair governo e não vamos cansar. Vamos lutar até o fim. Estamos passando fome. O que o governo teme? O que ele tem com a Marinha? Não fez nenhum pedido em defesa da comunidade. Até hoje não fez nada. Invadimos o Incra quando soubemos que o Relatório Técnico de Delimitação e Identificação (RTDI) estava pronto, cobrando que fosse publicado. Quando demos conta o relatório já estava em Brasília. Foi sequestrado. Deixamos o superintendente retido, com a gente dentro do Incra. Pessoal do movimento social com a gente. E foi a partir daí que a gente provocou que

viesse abrir essa negociação que está tendo aí com a secretaria geral da presidência pra discutir os interesses da comunidade e dizendo eles interesse de governo pra resolver essa situação. Mas enquanto isso é a comunidade que está sofrendo as consequências. Casas caindo, parede quase cai em cima de um menino. Como pode uma pessoa quem quer que seja viver indignamente como é aqui? Entra e sai o governo e a gente não vai se cansar de lutar. Queremos retomar toda a nossa cultura de volta. Vamos lutar até o fim e vamos ensinar nossos filhos a lutar também. Ter nossa vida digna como qualquer cidadão brasileiro tem direito. Somos analfabetos, mal sei escrever meu nome, muitas vezes até falando erro em palavras. Os companheiros da minha idade eram impedidos de passar na barragem pra sair daqui e estudar. Precisamos de estrada, água, luz e posto médico. Diogo levou esse andamento lá pra Brasília e não tivemos resposta.”

E4 - Maria de Souza Oliveira, 86 anos, quilombola de Rio dos Macacos

Naquele tempo era muito bom, dava terra pra plantar, plantava mandioca, fazia farinha. Meu pai tinha casa de farinha, mas depois que esses militares chegou, eles maltrata muito a gente por causa dessa terra, que não é deles. Estou com 86 anos e isso aqui nunca foi deles. Mas depois que eles chegaram, minha filha, eles escorraçam. Meu filho nascido e criado aqui eles pegaram pra matar. Quando vi veio o recado. Fiquei doida, doida. Quando chegou lá Deus ajudou e soltaram. Meus filhos moravam aqui e saiu todo mundo. Eles me abusaram, me perturbaram muito. Vinham aqui e perguntavam - e aí dona Maria, já arrumou um lugar pra ir? Minha casa é aqui. Eles não querem que a gente pegue lenha, água. Tem uns três meses vieram uns aqui e disseram que eu tava devendo três mil de dinheiro de água. Eles maltrata muito a gente. Colocaram muita gente aqui fora de carreira. Eu não tinha pra onde ir. Ia pra debaixo da ponte? Criei muito neto aqui. Eles vinham aqui saber quantas pessoas tinham. Vinham cadastrar a gente. Quando começaram a cadastrar era 13 pessoas aqui. E hoje tá em nada. Tá todo mundo correndo. Eu não tenho pra onde ir. Tem posto médico aqui que não atende. Passam cerca de arame pra gente não passar pro lado deles. Eu sei que eles perturbam muito a gente.

E5 - Eliete Paraguassu, 32 anos, liderança quilombola do Movimento de Pescadores e Pescadoras de Ilha de Maré e integrante do Conselho Quilombola da Bahia.

Sou da Ilha de Maré. Uma região que reúne cinco comunidades quilombolas com cerca de 500 famílias. São comunidades quilombolas de fuga e de gente que pulava dos navios, nadavam pra terra e lá ficavam. Hoje, convivemos com mais de 50 empresas. Pólo petroquímico, porto de Aratu, fábricas. A contaminação das águas preocupa cada vez mais. As crianças sangram com frequência. Acreditamos que seja efeito do metal pesado. Suspeitamos de contaminação dos pescados. Vemos pessoas morrendo com 23 anos de doenças de pessoas que fumam e bebem muito, a vida toda. Comunidades vivem de pesca (peixes e mariscos) e plantação (banana, feijão). Contaminação pesada por conta das

plataformas de petróleo. Os derramamentos afetam a vida das marisqueiras. A contaminação vai pra lama do mangue. Resultado: vários casos de câncer de colo do útero e de pele. O maior derramamento de petróleo ocorreu entre 2008 e 2009. Produtos incolores, mas sabemos que estão no mar porque deixam muitos peixes mortos. A nossa integração de luta com os quilombolas de Rio dos Macacos se deu a partir de 2011, no encontro da Conaq no Rio. Acionaram o movimento de pescadores e a CPP para ir à comunidade. Estabeleceram parceria com CDCN e AATR. Abraçamos a causa e, como eles têm rio, passaram a se enquadrar no movimento. É uma relação de solidariedade, companherismo, para que eles conheçam seus direitos. Não foi a gente que descobriu a força da comunidade. Eles já tinham força, sabiam que queria permanecer ali. A colônia de pescadores financia a articulação e a participação nos atos para chamar a atenção da sociedade. Os pescadores aqui da Bahia começaram a investir em atos públicos em 2008, quando um ato parou o porto de Aratu e causou um prejuízo de 300 mil reais para as empresas. Voltaram a organizar atos em 2009, quando houve derramamento de óleo da refinaria Landolfo Alves. Ocupamos uma balsa da Petrobras. Na área do porto, dragagem reduziu peixes e coroas foram arrancadas. Dói ver. Nossa relação com a imprensa tem sido boa agora. Antes dos atos eles não nos ouviam. Agora, depois dos atos, as matérias têm sido mais favoráveis. Ato é uma coisa que a gente mostra força, mostra que estamos dispostos para a briga. É isso que atrai a mídia.

E6 – Hamilton Borges, integrante do coletivo Reaja ou será morto - Quilombo Xis

“O que fizemos com os quilombolas de Rio dos Macacos foi compartilhar uma experiência da nossa organização que trabalha com a solidariedade entre comunidades negras. Fizemos uma ação que foi além da comunicação. Atuamos na arrecadação de alimentos para a comunidade que passava fome naquele momento. Ninguém consegue lutar com a barriga vazia. Passamos a fazer parte da luta da comunidade. Foi quando construímos a frase Somos Quilombo Rio dos Macacos. Entramos na luta com verdade. Não atuamos para aparecer na mídia, ficar bem na fita. Temos um programa de atendimento médico, com profissionais do Quilombo Xis. Fizemos captação de recursos para a comunidade, reunião com os rappers. Chamamos pessoas pra fortalecer a luta. Enquanto sociólogos e militantes negros se calaram, nós escrevemos notas denunciando a situação pelo Quilombo Xis e pela campanha Reaja. Mas quem dirige nossa luta é a comunidade. Não somos líderes. Somos força auxiliar. Quando a comunidade chama, nós corre. Criamos grupo no facebook, ajudamos a articular mais de 18 organizações, fizemos reunião na Uneb, gravamos vídeos com o rapper Renegado. O primeiro instrumento midiático foram os depoimentos - vídeos da série Eu Sou Quilombo Rio dos Macacos (<http://correionago.ning.com/video/somos-quilombo-rio-dos-macacos>). Fizemos parceria com Ailton e Luiz Alencar, do Rio. A mobilização no facebook foi muito importante também. O problema é que as redes sociais vivem de tempo, de novidade. A página do face agora virou uma agenda cultural (<https://www.facebook.com/groups/273584606044326/?fref=ts>). Em março de 2012 houve a ameaça de reintegração de posse. Mais de 300 pessoas se articularam para conseguir

alimento. Sempre que havia ameaça de reintegração ou movimento de militares armados, as pessoas eram convocadas pelo face para ir até lá. Eles recuavam. Demos um passo atrás quando as negociações começaram. Mas continuamos estabelecendo contatos importantes. No Texas, um grupo de estudantes está se articulando para conseguir dinheiro pra comunidade. Em termos de comunicação, utilizamos nessa ação um acúmulo de experiências que tínhamos da campanha Reaja ou será morto. Na campanha, começamos usando o Orkut. Pessoas da comunidade e da cadeia tiravam fotos, faziam notas. Falamos do que somos. Criamos um estilo de militância. Mas no fundo continuamos tendo mais risco do que glamour no que a gente faz. Especificamente sobre Rio dos Macacos. Entramos na história na época da greve da PM. Aproveitei a participação em um show do Criolo e falei da PM e também do Rio dos Macacos. Acredito que foi a primeira manifestação midiática sobre a comunidade.

Transcrição da fala de Hamilton no show: “Nós somos a campanha Reaja. Estamos aqui para convocar todos vocês a reagirem, levante a sua mão, faça alguma coisa em sua comunidade, vão para as redes sociais, vão para o facebook e digam que vocês querem um outro modelo de segurança. A Marinha do Brasil está há quase 100 anos ocupando as terras de quilombolas de Rio dos Macacos. Nós precisamos lutar contra o poder. Agora estamos fazendo isso com o rap porque os sociólogos e os direitos humanos estão calados”.

Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ssNkTVzcx3Q&list=UUroN9Oq-WHNrg0Y1oZpIrbQ&index=4&feature=plcp>>.

E7 – Vilma Reis, presidente do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia

O marco zero da nossa articulação é o ato de 2 de janeiro de 2012. Fizemos uma manifestação do bumba meu boi em frente à base naval no período em que presidenta Dilma estava lá. Dali, o movimento se nacionalizou. Não se dá explicação sobre o que acontece ali em Rio dos Macacos. Se existe algum interesse estratégico da Marinha, que falem. Os quilombolas têm escrito para parceiros internacionais, foram para a Rio+20 articular e confrontar com o governo. O Incra está esvaziado. A prefeitura de Simões Filho pagou antropóloga para fazer relatório independente que mostra a ocupação histórica quilombola. Em seguida, realizamos um manifesto no Teatro Vila Velha (fevereiro de 2012) e publicamos várias notas. Rio dos Macacos recuperou a luta conjunta do movimento quilombola e negro, mas sem a mídia não seria possível essa nacionalização. A comunidade enfrenta um histórico de ameaças de despejo. Tiveram uma ameaça forte em novembro de 2011 e outra em março de 2012. Nessas duas ocasiões, o movimento negro se mobilizou pela *internet* e por telefone, foi pra lá, chamou a imprensa. Ajudou a dar repercussão e a chamar a atenção do governo. Em 27 de fevereiro de 2012, a comunidade e os movimentos tiveram a primeira audiência com a Secretaria Geral da Presidência da República. Pra chegar até aí, contamos com vários parceiros: movimento Desocupa Salvador, bando de Teatro Olodum, artistas como Lázaro Ramos, Juliana Ribeiro, Alice Braga (fizeram manifestações gravadas). Na Rio+20, essa articulação ampliou para Luís Alencar, Joel Zito,

Marcelo Yuka. A ministra do Direitos Humanos Maria do Rosário teve até que se manifestar. A situação de Rio dos Macacos é de violação de direitos humanos. Todas as violências possíveis ocorrem. Impedimento de pegar água na fonte, atiram em bacias na frente das crianças, impedem abastecimento de energia elétrica. No dia 23 de janeiro de 2012, depois da primeira audiência na Secretaria de Justiça do estado, quando a comunidade voltou, tinham matado quase todos os animais de estimação. Na audiência que ocorreu na época do carnaval, destruíram a rede elétrica e a casa do seu Zezinho. Fazem treinamento da Marinha dentro da comunidade. Passam de cavalo entre as casas. A Marinha não deixa sequer o SAMU entrar. Idosos de mais de 90 anos, doentes, são levados para a entrada da vila naval em carrinho de mão. A negociação no Ministério da Defesa estava se dando com o Genoíno, que chegou a apresentar a proposta dos 26 hectares de terra para toda a comunidade. Um absurdo. Os quilombolas contam com a simpatia do Celso Amorim, mas ele não manda nas Forças Armadas. Em junho de 2012, a comunidade recebeu as visitas dos deputados Domingos Dutra e Luiz Alberto. Em agosto de 2012, um juiz de primeira instância pediu a execução da decisão judicial de desocupação. A Fundação Palmares tentou jogar a comunidade pra negociar qualquer coisa. A AGU e presidência mantiveram a negociação e Polícia Federal não executou decisão judicial. Desde então se estabeleceu essa negociação com a Secretaria Geral da Presidência da República, que em grande parte foi possível por conta das matérias que saíram na mídia, em revistas como a Carta Capital e *sites* como a Carta Maior. Os quilombolas de Rio dos Macacos se beneficiam de certa forma do fato de existir uma geração de jornalistas negros e brancos com horror de milico. Uma verdadeira aversão. Esse foi o primeiro fator que fez os jornalistas pararem e prestarem atenção no que estava acontecendo lá. Por conta dessa situação e por uma geração de jornalistas que passaram pelas organizações do movimento negro, foi possível chamar a atenção para a situação do quilombo, principalmente nas emissoras públicas. (E7) Eu diria que a situação de Rio dos Macacos é um caso bem-sucedido de mídia advocacy. Recorremos a diferentes meios pra falar da situação. O filme de Josias Pires foi apresentado no teatro Vila Velha e correu o mundo. Nas redações, contamos com jornalistas negras – a maioria mulheres mesmo - que foram nossas alunas ou passaram por nossas organizações em uma roda de conversa, em um curso. Mesmo pra quem foi uma vez, elas sabiam que na hora que a situação apareceu é que a luta era delas da porta pra dentro dos jornais. É como ensina mãe Senhora: luta dentro e luta fora. Elas tomaram a pauta pra elas. Outra coisa é a própria situação de autoritarismo da Marinha do Brasil. Jornalista do IG que viu uma combi com comida chegou pra fazer matéria e o comando da Marinha fez a comida ficar ali no chão, na portaria. A prepotência era tão grande que eles ignoraram a presença de um jornalista que podia pautar nacionalmente aquela situação. Até o dia 2 de janeiro de 2012 essa situação ficou invisibilizada. Mas o quadro virou. A mídia que estava na praia de Inema pra ver a presidente Dilma, quando a comunidade chegou com o bumba meu boi e o boi pariu as faixas falando da truculência da Marinha e da necessidade de se tomar uma postura, o mundo inteiro soube o que estava acontecendo embaixo dos nossos próprios olhos.

E8 - Maurício Correa, advogado da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR)

Faço parte de um grupo de cinco advogados que atuam no processo da comunidade. Desde julho de 2011, formou-se um fórum da sociedade civil e governo para tratar desse tema. Até então, a situação de Rio dos Macacos era tratada como uma questão urbana. Querem levar as famílias para um conjunto habitacional. Movimento de pescadores e pastoral da pesca são parceiros da comunidade. A rede de apoio foi crescendo até pelo grau de violência. A situação ficou inviabilizada durante 30 anos. As vozes foram repercutindo a partir de relatos de violência, casos de omissão de socorro, estupros, ameaças. A história da comunidade se transforma em luta política. Repercussão internacional ajudou a levar o debate para o Ministério Público Federal, governo federal e Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Percebemos que a estratégia de comunicação era fundamental. Tivemos acesso a relatórios da própria Marinha que apontavam a repercussão na mídia como situação adversa. Passamos a “criar” fatos para evidenciar a situação. A foto do Gabriel – feita pelo movimento Desocupa – no selo concebido pelo Quilombo Xis. Com a reação deles e as reuniões em Brasília, começamos a furar o bloqueio da mídia do eixo Rio-São Paulo. A Agência Brasil começou a cobrir com frequência e era muito replicada. Esse pico de evidência se deu até 30 de agosto - comunidade sentou em Brasília, informou a situação para ONU e OEA. Até as agências estrangeiras procuraram as lideranças pra fazer matérias. Toda essa mobilização chegou na rede porque tava no mundo real. Entre as questões que contribuem para esse destaque está a violência, luta de grandes contra pequenos, casos que tem mais potencial de circular pela rede. Faísca que acaba puxando outros meios. Em situações de extrema violência e injustiça, alguns casos é possível que ganhem alguma repercussão e que isso tenha consequências para toda a política de regularização dos territórios quilombolas. Pra esses casos, é fundamental a articulação em rede no sentido de sensibilizar a sociedade porque existe uma dificuldade muito grande de isso acontecer via Judiciário e órgãos públicos. A partir do momento que existe uma sensibilização da sociedade e dos movimentos de apoio, que você ganha uma visibilidade. Os órgãos públicos, o Judiciário e o governo se sentem mais cobrados e com responsabilidade maior porque sabem que seus atos vão ter consequências e visibilidade. A comunicação é fundamental nesse processo. Não se trata de um caso isolado. Quando você estabelece um parâmetro pra uma comunidade, você estabelece uma forma de lidar para outras comunidades. O ideal é que todos os casos fossem emblemáticos e tivessem essa visibilidade. A gente lida com casos mais extremos para evidenciar uma situação que é geral.”

E9 – DJ Branco, 32 anos, comunicador social, coordenador do coletivo Comunicação, Militância e Atitude Hip Hop (CMA Hip Hop) e secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra da Bahia (CDCN)

A primeira reunião que teve no CDCN (primeiro órgão fora a AATR convidado a participar dessa mobilização) se pensou em estratégias de comunicação. Como mobilizar o

movimento social pra participar, saber o que está acontecendo, participar das intervenções e mobilizar a imprensa. De antemão, a gente pensou em criar uma ferramenta de comunicação que é o facebook e o pessoal da Quilombo Xis criou a marca Somos Quilombo Rio dos Macacos. Aí fizemos camisetas, faixas como a marca da comunidade, cada um levou sua camiseta e pintou, a gente criou a página no face e criou um endereço no twitter pra divulgar isso. Naquele momento, a página no facebook era a página de referência para a comunidade saber o que estava acontecendo, as reuniões, o que está sendo encaminhado. Quando aconteciam as audiências e até a própria imprensa quando procurava informações sobre Rio dos Macacos na internet, ia na página do facebook e deixava mensagem lá pedindo mais informações, contatos, que dia ia ter ato para eles acompanharem. O facebook ajuda, mas teve um monte de jovens negros que são jornalistas, trabalham nas redações, que ajudaram, várias organizações do movimento social também e a gente conseguiu dar visibilidade para um problema que está acontecendo até hoje na comunidade Rio dos Macacos. Eles estão correndo o risco de perder suas terras, ninguém sabe se fica, ninguém sabe se sai. Acordo esse, acordo aquele, mas os acordos até hoje nenhum deles foi favorável à comunidade. E assim a gente conseguiu dar visibilidade para o que tá acontecendo na comunidade para o mundo. Acho que a internet hoje possibilita isso, possibilita você propagar ideias, fazer denúncia, divulgar uma coisa positiva, uma negativa e chega onde você não sabe. Você não tem o limite disso. A mobilização de rua dá força. A todo momento as pessoas que estavam lá participando dos atos, do enfrentamento, que a Marinha não deixa o movimento social, nem a imprensa entrar pra dialogar com a comunidade, a todo momento tinha pessoas lá com celulares high techs da vida, os chamados andróides, divulgando fotos de policiais com arma na mão, agredindo as pessoas do movimento social, e a gente no quartel general recebendo as informações e repassando pra imprensa. A internet possibilita muito isso, a informação em tempo real e a informação em primeira mão. Antes de chegar na grande mídia ela já chegou na internet, já chegou no mundo e todo mundo pode ver isso. E o importante disso é que chega uma informação verídica, não é uma informação manipulada, não é um texto, um discurso que passa por uma redação de jornal. É o discurso do próprio movimento social. Dá mais credibilidade às ações que estão acontecendo do que um jornalista ir na comunidade, fazer uma matéria e dizer que pode colocar isso ou não. A todo tempo com o discurso de que naquele momento a Marinha de Guerra do Brasil estava violentando a comunidade quilombola Rio dos Macacos. Violentando nos direitos básicos, primeiro tira a área de plantar, a área de pescar, não deixa os meninos irem pra escola, não deixava as pessoas acessarem o posto de saúde, e depois violência. Invadindo as casas de madrugada, dando porrada. Então a gente da mídia alternativa consegue fazer isso sem medo de saber em quem vai doer ou não e as consequências depois. É o sentimento, estamos passando para a comunidade um sentimento de pessoas que se parecem com a gente, que têm histórias de vida parecidas com a nossa. Pessoas com quem o Estado brasileiro tem uma dívida histórica, que é a comunidade negra, que é a comunidade quilombola. Todas as organizações do movimento social que tivemos reunião para discutir os textos de apoio, o que ia pro manifesto, pro folder, pro cartaz, pra internet, todas as peças foram pensadas pelo movimento social e uma estratégia foi: “vamos mudar a foto do nosso perfil e usar o avatar Somos Quilombo Rio dos Macacos”. Outra

coisa era ir pra eventos grandes, na Câmara, na Assembleia, que tava tratando sobre outro tema, aproveitava aquele momento pra chamar a atenção sobre Rio dos Macacos. Levava faixas, cartaz, todo mundo ia com a camisa. Foi uma estratégia pensada pelo movimento social. Até porque o movimento social historicamente por estar à margem da grande mídia, por ser criminalizado, por nunca ter espaço para divulgar suas ações, sua cultura, suas ideologias, o movimento social sempre criou meios alternativos de comunicação. Os cartazes e as faixas funcionam muito, assim como as pichações nos muros da rua. E as pessoas foram aderindo à marca quilombo rio dos macacos e colocando no seu face. Até pessoas perguntavam o que era e a gente explicava, indicava foto, vídeo, e a partir daquele momento as pessoas se sensibilizavam. Pessoas que não são do movimento social ou da mesma classe social estavam se doando pra ajudar a comunidade de alguma forma. Grupos de estudantes de várias universidades de Salvador fazendo seminários para discutir quilombo Rio dos Macacos, sarais, noites de poesia, isso começou a se espalhar pelo Brasil a fora, ganhou o mundo e até que chegou em Brasília. E a presidenta Dilma não disse uma linha ainda. Nenhuma outra comunidade antes ou depois do Rio dos Macacos conseguiu articular tantas ações de mobilização e comunicação. É claro que existiam problemas de comunidades quilombolas, no interior da Bahia, de fazendeiros que queriam tomar terra e havia conflito com comunidade de marisqueiros. Mas a visibilidade que Rio dos Macacos teve nenhuma outra teve. A repercussão e o tanto de gente que abraçou a causa motivou outras comunidades a ir pro enfrentamento, denunciar, ir pra imprensa, colocar a cara na tela sem medo de morrer. Assim, a comunidade quando a imprensa oficial chegou lá ela foi e falou que tava sendo violentada, mas disse que tava falando e podia morrer amanhã, mas essa realidade tá acontecendo aqui. São pessoas que estavam lutando pela vida. Ou vai denunciar que pode morrer amanhã ou pode morrer amanhã sem denunciar. Foi uma escolha que a comunidade fez. Graças a Deus, nenhuma das pessoas que botou a cara na tela pra denunciar aconteceu nada e estão vivas até hoje. Mas é claro que continuam sendo ameaçadas, recebem telefonemas anônimos dizendo que tão falando demais. Mas a repercussão de Rio dos Macacos nenhuma outra comunidade teve e de lá pra cá outros movimentos quilombolas começaram a ir pra rua, chamar o movimento social pra discutir. Antes ficavam denunciando apenas entre eles, ou com uma instituição. Algo mais jurídico. Não dialogava assim frequentemente com o movimento social. A partir da visibilidade e do resultado, outras organizações estão dialogando mais com o movimento social, procurando apoio jurídico e assessoria dos grupos organizados que trabalham com meios alternativos de comunicação.

ANEXO A – Questionários aplicados em entrevistas com lideranças quilombolas**Questionário 1 – Denildo Rodrigues Moraes, Quilombo de Ivaporunduva****A – Geral**

Nome completo: Denildo Rodrigues Moraes

Nome de guerra: Bico

Cor ou raça: Negro

Nome da Comunidade: Quilombo de Ivaporunduva

Estado em que está a comunidade: São Paulo

Número de famílias da comunidade: 102

A comunidade possui certificado da Fundação Palmares? Sim

A comunidade possui título da terra? Sim

Se não, em que fase de regularização está?

B - Formação e acesso

Qual o seu nível de formação escolar? Superior incompleto

Você estudou em escola na comunidade ou fora? Sim

Você fez cursos na área de *internet* ou comunicação? Sim

Você tem acesso a meios de comunicação? Quais? Celular e-mail

Você tem acesso à *internet* na comunidade? Individual ou coletivo? Com que periodicidade acessa a *internet*? Sim

Uma vez por semana? Duas vezes por semana?

Todos os dias? Uma vez por dia? Duas vezes por dia? Todos os dias

Uma vez a cada quinze dias?

Uma vez por mês?

C - Específico

1- Comunicação como elemento de atuação política

Considera importante a comunicação como elemento da atuação política? Por quê?

Claro os meios de comunicação são importante tanto para formação e informação tanto para dentro da comunidade Quilombola e para fora

2- Representação na mídia

Estão satisfeitos com a forma como são representados na mídia? Por quê?

Não, os veículos de comunicação existente no país não dá visibilidade aos os negros a televisão Brasileira é tipo a vampiro para o espelho, os negros não se enxergam nela.

3- Visibilidade da representação política da comunidade na mídia

Consideram que as reivindicações políticas da comunidade têm espaço na mídia?

Não

Dê exemplos

As lutas que estas comunidades negras no país travam para poder viver, as comunidades quilombolas esta passando por ameaças e até morte de lideranças e conflitos com o agronegócio e até mesmo com quem deveria proteger mas não as protegem Ex: as forças armadas e os meios de comunicação não divulga.

4- Equipe de comunicação ou de organização comunitária

Possuem uma equipe de comunicação na associação ou organização comunitária?

Quem faz parte? Tem algumas pessoas que postam na página algo sobre a comunidade mas não temos nada formal

Quais as funções?

Possuem algum jornalista na equipe de comunicação? Não

É remunerado? Não

Voluntário? Sim

Vive ou convive com/na comunidade?

Sim, mas atualmente estou em uma tarefa do quilombo a nível nacional.

5- Meios de divulgação da comunidade

Comunidade possui algum meio de divulgação? Quais? (incluindo reuniões, rádio, mural, panfletos, jornais, etc.)

Sim um sitio

Na história da comunidade, quais foram os meios de divulgação utilizados de forma bem-sucedida?

nenhum a não ser trabalho de tese de mestrado sobre a comunidade

6 – Parcerias na área de comunicação

Possuem parceiros na área de comunicação? Quais?

Não inda não mas temos muita vontade

Dê exemplos.

7– Produção de vídeos, fotos ou áudios

Produzem vídeos, fotos ou áudios? Utilizam estas vídeos, fotos ou áudios para divulgar as propostas e questões da comunidade? Sim

Dê exemplos

Teses, TCC sobre jornalismo sobre a historias e desafios da comunidade, fotos,t rabalhos de turismo pedagógico e todos os espaços com livros e matérias sobre a comunidade

8- Presença nas redes sociais

Vocês estão presentes nas redes sociais (*twitter, facebook, blogs* etc.)?

Quais os endereços? Sim

Utilizam estas redes para divulgar as propostas e questões da comunidade? Dê exemplos

Sim no *facebook blogs* etc...

Utilizam estas redes para trabalhar as questões memória e identidade da comunidade? Dê exemplos

Sim divulgamos a memoria daquilo que estamos fazendo e pelas coisa que passamos, de onde viemos sempre orgulho de sermos Quilombola

9 – Utilização lista de mails

Participam de listas de mails? Quais? Muitas de redes ambientais, luta pela terra, turismo, ADI 3239/04 PEC 215 e redes sobre os direitos e acesso à terra, CONAQ.

Utilizam estas listas de mails para divulgar as propostas e questões da comunidade?

Dê exemplos

Capanha Quilombos! em defesa do Decreto 4887/03 em defesa do Quilombo Rios do Macaco BA, pelo respeito a convenção 169 da OIT e Titulação dos territórios quilombola

Utilizam estas listas de e-mails para divulgar as propostas e questões da comunidade?

Dê exemplos

10- Utilizam vídeos, fotos ou áudios para trabalhar os aspectos de memória e identidade da comunidade? Dê exemplos

11 - Utiliza algum outro processo ou produto de comunicação para trabalhar aspectos de memória e identidade da comunidade, o qual não tenha sido citado acima? Dê exemplos.

Não

12 - Mantêm contato com a imprensa?

Local? Nacional? Internacional?

Com qual objetivo?

Muito pouco pois os acessos são muitos restritos

De que forma e em que situações? (reunião de lideranças, passeatas, eventos, etc.)

Exemplifique uma situação concreta.

As comunidades esta com os seus direitos sendo questionados e a gente não conseguiu pautar a grande mídia 500 anos de injustiça contra esse povo e a imprensa ignora totalmente milhares de Brasileiro sendo ameaçado de perder tudo o que conseguiu e nada da imprensa

13 - Que estratégia de contato adotam?

Dê exemplos.

Por meios de amigos conhecido que nós indicam para alguns veiculo de comunicação e a gente agradece a esta pessoas caso contrario nem isso tínhamos.

Muito obrigada.

Questionário 2: Evane Lopes Dias Silva, Quilombo de São Domingos**A – Geral**

Nome completo: Evane Lopes Dias Silva

Nome de guerra: não tenho

Cor ou raça: Negra

Nome da Comunidade: Quilombo de São Domingos

Estado em que está a comunidade: MG

Número de famílias da comunidade: 97 quilombolas e 32 não quilombolas

A comunidade possui certificado da Fundação Palmares? Sim

A comunidade possui título da terra? Não

Se não, em que fase de regularização está? No momento das contestações das notificações.

B - Formação e acesso

Qual o seu nível de formação escolar? 3º grau (Direito e Pedagogia)

Você estudou em escola na comunidade ou fora? Na comunidade e fora

Você fez cursos na área de *internet* ou comunicação? *Internet.*

Você tem acesso a meios de comunicação? Quais? Sim. Rádio, TV, computador, jornal, revista...

Você tem acesso à *internet* na comunidade? Individual ou coletivo? Com que periodicidade acessa a *internet*?

Tenho em minha casa. A comunidade tem os equipamentos do telecentro, mas ainda não foi instalado.

Uma vez por semana? Duas vezes por semana?

Todos os dias? Uma vez por dia? Duas vezes por dia? Todos os dias por 22 horas

Uma vez a cada quinze dias?

Uma vez por mês?

C - Específico

1- Comunicação como elemento de atuação política

Considera importante a comunicação como elemento da atuação política? Por quê?

Sim. É fator essencial na contemplação política. Os meios de comunicação favorecem uma formação socioeducativa e construtiva, que conduz a sociedade a uma visão de mundo, além de proporcionar um forte vínculo com as propostas ali apresentadas. Não vislumbro uma sociedade sem meios de comunicação, por mais simples que seja, ele é fato crucial para a formação cidadã.

2- Representação na mídia

Estão satisfeitos com a forma como são representados na mídia? Por quê?

Posso dizer que não estamos completamente felizes, uma vez que a sociedade iniciou uma nova compreensão do negro e da comunidade quilombola que está inserida na mesma. Deixamos de ser pessoas da obscuridade e do anonimato, para fazer parte de um cenário que sempre fez parte de nossa história: o país Brasil. Os meios de comunicação ainda exploram de uma forma pejorativa a imagem do negro, quilombola e pobre, principalmente quando o assunto são projetos sociais para os mesmos. Ainda nos deparamos com a mentalidade de que os negros não merecem reparação. Ainda se faz necessário uma mudança na representação do negro junto à mídia, uma vez que as comunidades quilombolas são parte fundamental do processo cultural e civil da sociedade. Em muitos casos, a comunidade é lembrada somente no mês de Novembro, como se esse mês fosse o único que marcasse sua existência, e os demais 11 meses ela não existisse.

3- Visibilidade da representação política da comunidade na mídia

Consideram que as reivindicações políticas da comunidade têm espaço na mídia?

Dê exemplos

Em uma cidade como a de Paracatu, a sociedade elitista, não tem permitido que a imprensa divulgue a real necessidade da comunidade. Vivemos sob olhares de coronéis e grandes exploradores de minério, assim, por mais que os meios de comunicação tentem fazer parte ativa do processo político democrático da comunidade, depara-se com as ordens superiores que vem tangendo a voz da comunidade.

Mas podemos ainda afirmar que em algumas situações ainda contamos com o apoio da mídia, mas esse apoio muitas vezes tem que passar pela consultoria dos soberanos coronéis e mineradoras.

4– Equipe de comunicação ou de organização comunitária

Possuem uma equipe de comunicação na associação ou organização comunitária? Não

Quem faz parte?

Quais as funções?

Possuem algum jornalista na equipe de comunicação? Não

É remunerado?

Voluntário?

Vive ou convive com/na comunidade?

5- Meios de divulgação da comunidade

Comunidade possui algum meio de divulgação? Quais? (incluindo reuniões, rádio, mural, panfletos, jornais, etc.)

A comunidade está dando seus primeiros passos para uma estruturação na área da comunicação. O que temos para utilização de divulgação da mesma se encontra em um blog, que precariamente ainda cumpre o papel de mostrar ao mundo um pouco da história da comunidade. As postagens do mesmo são feitas por mim. Mas com o início da TV Quilombo acredito que a equipe irá organizar toda a parte de divulgação.

Na história da comunidade, quais foram os meios de divulgação utilizados de forma bem-sucedida

6 – Parcerias na área de comunicação

Possuem parceiros na área de comunicação? Sim

Quais? Rádio e TV

Dê exemplos.

Sempre que precisamos divulgar uma atividade cultural da comunidade contamos com o apoio dos meios acima citados. Mas quando o assunto é uma reivindicação política, algumas vezes nos deparamos com a fiscalização dos poderosos.

7- Produção de vídeos, fotos ou áudios

Produzem vídeos, fotos ou áudios?

Profissionais não. O que temos foi feito por amadores.

Utilizam estas vídeos, fotos ou áudios para divulgar as propostas e questões da comunidade? Não

Dê exemplos

8- Presença nas redes sociais

Vocês estão presentes nas redes sociais (*twitter, facebook, blogs, etc.*)?

Quais os endereços?

Blog sim

www.comunidadequilombolasãodomingos.blogspot.com

Utilizam estas redes para divulgar as propostas e questões da comunidade? Dê exemplos.

Sim. Todas as atividades que envolvem a comunidade estão sendo postadas no blog, uma vez que ele é a forma mais rápida de levar as pessoas a conhecerem um pouco mais da comunidade. Um exemplo são as notificações feitas pelo INCRA aos moradores que não são quilombolas. Ou seja, início do processo de titulação da comunidade.

Utilizam estas redes para trabalhar as questões memória e identidade da comunidade?

Dê exemplos. Sim. Com divulgações das atividades culturais. Ainda precisamos melhorar essa forma de divulgação da memória e identidade, mas estamos caminhando para isso.

9 – Utilização lista de mails

Participam de listas de mails? Não Quais?

Utilizam estas listas de mails para divulgar as propostas e questões da comunidade?

Dê exemplos

(respondido na questão nº 7)

10- Utilizam estes vídeos, fotos ou áudios para trabalhar os aspectos de memória e identidade da comunidade?

(respondido na questão nº 8)

Dê exemplos

11 - Utiliza algum outro processo ou produto de comunicação para trabalhar aspectos de memória e identidade da comunidade, o qual não tenha sido citado acima? Dê exemplos.

Atualmente foi feita uma cartilha com as historias do quilombo. São contos históricos de diversas realidades, desde assombração até mesmo benzimento.

12 - Mantêm contato com a imprensa? Sim

Local? Nacional? Internacional? Local

Com qual objetivo?

Estar passando os assuntos de interesse da comunidades fazendo uso da mesma.

De que forma e em que situações? (reunião de lideranças, passeatas, eventos, etc)

Exemplifique uma situação concreta.

Principalmente em, eventos diversos.

A realização do evento: I Dia Cultural do Quilombo. Foi feita um divulgação e acompanhamento dos meios de comunicação, antes, durante a após o evento.

13 - Que estratégia de contato adotam?

Dê exemplos.

Telefones, *e-mail*, agendamento pessoal.

Muito obrigada.

Questionário 3 – Domingas dos Santos Dealdina, Território Quilombola Sapê do Norte**A – Geral**

Nome completo: Domingas dos Santos Dealdina

Nome de guerra: Domingas Dealdina

Cor ou raça: negra.

Nome da comunidade: território quilombola sapê do norte

Estado em que está a comunidade: espírito santo.

Número de famílias da comunidade: 1.500

A comunidade possui certificado da fundação palmares? Sim todo território.

A comunidade possui título da terra? Não.

Se não, em que fase de regularização está? O território sapê do norte é composto por 32 comunidades e existe hoje 04 comunidades que estão com o processo de regularização de seus territórios.

B - Formação e acesso

Qual o seu nível de formação escolar? Ensino médio completo.

Você estudou em escola na comunidade ou fora? Início na comunidade e finalizado na cidade.

Você fez cursos na área de *internet* ou comunicação? Informática básica.

Você tem acesso a meios de comunicação? Quais? Sim, telefone celular, e *internet*.

Você tem acesso à *internet* na comunidade? Individual ou coletivo? Com que periodicidade acessa a *internet*? Dentro do território sapê do norte só tem uma comunidade que tem telecentro, as demais não tem nenhum meio de acesso a *internet*. E as pessoas principalmente os jovens, tem que ir até as áreas urbanas para conseguir acessar *internet* em *lan house*.

Uma vez por semana? Duas vezes por semana? *****

Todos os dias? Uma vez por dia? Duas vezes por dia? *****

Uma vez a cada quinze dias? Vão de acordo com a necessidade , mas acredito que seja até duas vezes a cada 15 dias.

Uma vez por mês?

C – Específico

1- comunicação como elemento de atuação política

Considera importante a comunicação como elemento da atuação política? Por quê?

Sim, por que através da comunicação as comunidades quilombolas tem poder de ouvir e ser ouvida, reivindicar seus direitos.

2- representação na mídia

Estão satisfeitos com a forma como são representados na mídia? Por quê? Não, pois as grandes mídias não mostram a realidade nem a verdade das comunidades quilombolas , só o lado dos grandes e poderosos.

3- visibilidade da representação política da comunidade na mídia

Consideram que as reivindicações políticas da comunidade têm espaço na mídia?

Dê exemplos: algumas reivindicações em mídias livres sim, caso contrario em grandes mídias não.

4- equipe de comunicação ou de organização comunitária

Possuem uma equipe de comunicação na associação ou organização comunitária?

Não.

Quem faz parte? *****

Quais as funções? *****

Possuem algum jornalista na equipe de comunicação? Não.

É remunerado? *****

Voluntário? *****

Vive ou convive com/na comunidade?*****

5- meios de divulgação da comunidade

Comunidade possui algum meio de divulgação?

Quais? (incluindo reuniões, rádio, mural, panfletos, jornais, etc.)

Sim, mural e panfletos para ocasiões específicas como por exemplo algum tipo de manifestação ou protesto pelos direitos das comunidades quilombolas.

Na história da comunidade, quais foram os meios de divulgação utilizados de forma bem-sucedida: cartas.

6 – parcerias na área de comunicação

Possuem parceiros na área de comunicação? Quais?

Rede mocambos , mas a parceria fica complicada por não ter *internet* nas comunidades , por isso não dá pra se fazer muita coisa.

Dê exemplos. Parceria de divulgar a lista notícias e informações sobre as comunidades do sapê do norte.

7– produção de vídeos, fotos ou áudios

Produzem vídeos, fotos ou áudios? Foram feitos vários documentários referentes às comunidades quilombolas do sapê do norte como por exemplo: alerta conta o deserto verde, adeus beiju, reis quitumbis, farinha, um pé de quê – com a mandioca, refugiados do planeta azul.

Fotos também foram tiradas, porém as comunidades não têm esses acervos de fotos, pois as pessoas que tiraram não retornam para devolver à comunidade.

Utilizam estas vídeos, fotos ou áudios para divulgar as propostas e questões da comunidade? Sim os vídeos de documentários.

Dê exemplos: todos citados a cima, para divulgar os impactos , as lutas e a resistência dos quilombolas do sapê do norte

8- presença nas redes sociais

Vocês estão presentes nas redes sociais (*twitter, facebook, blogs etc.*)? Não.

Quais os endereços? *****

Utilizam estas redes para divulgar as propostas e questões da comunidade? Dê exemplos.*****

Utilizam estas redes para trabalhar as questões memória e identidade da comunidade? Dê exemplos.*****

9 – Utilização lista de mails

Participam de listas de mails? Quais? Sim. Rede mocambos, adin quilombos, conaqgrupos.

Utilizam estas listas de mails para divulgar as propostas e questões da comunidade? Dê exemplos. As vezes . Para divulgar algum tipo de acontecimento das comunidades.

Utilizam estas listas de mails para divulgar as propostas e questões da comunidade? Dê exemplos

10- Utilizam vídeos, fotos ou áudios para trabalhar os aspectos de memória e identidade da comunidade? Sim, vídeos.

Dê exemplos: rodas de conversas.

11 - Utiliza algum outro processo ou produto de comunicação para trabalhar aspectos de memória e identidade da comunidade, o qual não tenha sido citado acima? Não.
Dê exemplos.

12 - Mantêm contato com a imprensa? Sim.

Local? Nacional? Internacional? Local – jornal tribuna do cricaré.

Com qual objetivo? Divulga as festas das comunidades e alguns outros acontecimentos.

De que forma e em que situações? (reunião de lideranças, passeatas, eventos, etc.)
Passeatas e eventos.

Exemplifique uma situação concreta.*****

13 - Que estratégia de contato adotam? Contato é feito boca a boca com a lideranças das comunidades, as vezes via telefone com muita dificuldade.
Dê exemplos.

Contato:

Comissaoquilombola@yahoo.com.br

Muito obrigada

Questionário 4 – Ronaldo dos Santos, Quilombo Campinho da Independência**A – Geral**

Nome completo: Ronaldo dos Santos

Nome de guerra: Idem

Cor ou raça: negro

Nome da Comunidade: Quilombo Campinho da Independência

Estado em que está a comunidade: Rio de Janeiro

Número de famílias da comunidade: 120

A comunidade possui certificado da Fundação Palmares? Sim

A comunidade possui título da terra? Sim

Se não, em que fase de regularização está? Titulada.

B - Formação e acesso

Qual o seu nível de formação escolar? Médio

Você estudou em escola na comunidade ou fora? Na comunidade até a quarta série e depois fora, na cidade.

Você fez cursos na área de *internet* ou comunicação? Não

Você tem acesso a meios de comunicação? Quais? TV, rádio, *internet* e telefone.

Você tem acesso à *internet* na comunidade? Individual ou coletivo?

Individual e coletivo, via GESAC, mas com funcionamento irregular

Com que periodicidade acessa a *internet*?

Diariamente, muitas vezes, principalmente *facebook*.

Uma vez por semana? Duas vezes por semana? Todos os dias? Uma vez por dia? Duas vezes por dia? Uma vez a cada quinze dias? Uma vez por mês?

Todos os dias

C - Específico

1- Comunicação como elemento de atuação política

Considera importante a comunicação como elemento da atuação política? Sim, fundamental.

Por quê? Conseguimos nos articular e divulgar para muitas pessoas em tempo curto

2- Representação na mídia

Estão satisfeitos com a forma como são representados na mídia? Não

Por quê? Na mídia em geral, existe um processo de criminalização dos movimentos sociais e isso nos atinge diretamente.

3- Visibilidade da representação política da comunidade na mídia

Consideram que as reivindicações políticas da comunidade têm espaço na mídia?

Não, nenhum, só na mídia alternativa, que é feita pelos movimentos, mas só é vista pelos movimentos. Pouca gente fazendo para pouca gente ver.

Dê exemplos

4 – Equipe de comunicação ou de organização comunitária

Possuem uma equipe de comunicação na associação ou organização comunitária? Não

Quem faz parte?

Quais as funções?

Possuem algum jornalista na equipe de comunicação?

É remunerado?

Voluntário?

Vive ou convive com/na comunidade?

5- Meios de divulgação da comunidade

Comunidade possui algum meio de divulgação? Rádio comunitária (só temos os equipamentos, sem autorização da Anatel, funciona irregularmente e de vez em quando). Atualmente, não está funcionando por conta de problema nos equipamentos. O que desmobiliza. Molecada que toca. *Sites e blogs* que a gente nunca consegue manter atualizado.

Quais? (incluindo reuniões, rádio, mural, panfletos, jornais, etc.)

Na história da comunidade, quais foram os meios de divulgação utilizados de forma bem-sucedida? Pra dentro, rádio. Pra fora, *email*.

6 – Parcerias na área de comunicação

Possuem parceiros na área de comunicação? Não, parcerias pontuais.

Quais?

Dê exemplos.

7– Produção de vídeos, fotos ou áudios

Produzem vídeos, fotos ou áudios? Fizemos capacitação para produzir, mas esse material não está organizado e produção não tem continuidade.

Utilizam estas vídeos, fotos ou áudios para divulgar as propostas e questões da comunidade? Não.

Dê exemplos

8- Presença nas redes sociais

Vocês estão presentes nas redes sociais (*twitter, facebook, blogs etc*)?

Quais os endereços?

Facebook e blog

<https://www.facebook.com/quilombo.campinho>

<https://www.facebook.com/pages/Quilombo-Campinho-da-Independ%C3%Aancia/346744275337924>

<http://quilombocampinhodaindependencia.blogspot.com.br/>

<http://www.quilombocampinho.org.br>

Utilizam estas redes para divulgar as propostas e questões da comunidade? Dê exemplos. Sim

Utilizam estas redes para trabalhar as questões memória e identidade da comunidade? Sim

Dê exemplos

9 – Utilização lista de mails

Participam de listas de mails? Quais? Algumas pessoas participam de algumas listas.
Eu participo da Conaq, rede mocambos, adin quilombola, aquilegis

Utilizam estas listas de mails para divulgar as propostas e questões da comunidade? Dê exemplos.

Sim

10- Utilizam estas vídeos, fotos ou áudios para trabalhar os aspectos de memória e identidade da comunidade? Sim, no *facebook* e *blogs*.

Dê exemplos

11 - Utiliza algum outro processo ou produto de comunicação para trabalhar aspectos de memória e identidade da comunidade, o qual não tenha sido citado acima?

Dê exemplos.

12 - Mantêm contato com a imprensa?

A imprensa mantém mais contato com a gente do que a gente com ela. Mas costumam nos procurar apenas quando tem interesse, quando alguma situação grave está acontecendo, principalmente relacionada a conflito.

Local? Nacional? Internacional?

Com qual objetivo?

De que forma e em que situações? (reunião de lideranças, passeatas, eventos, etc)

Exemplifique uma situação concreta.

**13 - Que estratégia de contato adotam? Isso não é comum.
Dê exemplos.**

Muito obrigada.

Questionário 5 – Rose Meire dos Santos Silva, Quilombo Rio dos Macacos.**A – Geral**

Nome completo: Rose Meire dos Santos Silva

Nome de guerra: Rose Meire

Cor ou raça: Negra

Nome da Comunidade: Quilombo Rio dos Macacos

Estado em que está a comunidade: Bahia

Número de famílias da comunidade: Mais de 200 famílias

A comunidade possui certificado da Fundação Palmares? Sim

A comunidade possui título da terra? Não

Se não, em que fase de regularização está? Incra está em fase de pesquisa, mas tem ordem de despejo para o dia 1º de agosto.

B - Formação e acesso

Qual o seu nível de formação escolar? Não estudou. Analfabeta.

Você estudou em escola na comunidade ou fora?

Você fez cursos na área de *internet* ou comunicação? Não

Você tem acesso a meios de comunicação? Quais? TV e rádio.

Você tem acesso à *internet* na comunidade? Individual ou coletivo? Com que periodicidade acessa a *internet*? Não

Uma vez por semana? Duas vezes por semana?

Todos os dias? Uma vez por dia? Duas vezes por dia?

Uma vez a cada quinze dias?

Uma vez por mês?

C - Específico

1- Comunicação como elemento de atuação política

Considera importante a comunicação como elemento da atuação política?

Por quê? Importante porque a maioria da comunicação é pela *internet*. A gente perde muito com isso. Queremos falar para o mundo e não conseguimos.

2- Representação na mídia

Estão satisfeitos com a forma como são representados na mídia?

Por quê? A maioria das vezes a gente conversa, fala da realidade da gente, mas eles não colocam no ar. A gente faz a denúncia, eles cortam e não passa tudo. A gente gostaria de ter um momento na Rede Globo, não sei, momento de conversa que a gente fale a realidade da gente no ar e ninguém corte. Colocam o pessoal da Marinha pra falar, a gente tem prova do que eles fizeram e eles não colocam.

3- Visibilidade da representação política da comunidade na mídia

Consideram que as reivindicações políticas da comunidade têm espaço na mídia?

Dê exemplos. De vez em quando. Algumas rádios ligam sempre pra gente e deixam a gente falar. Mas já teve rádio que me tirou do ar em um momento muito difícil, que a gente precisava gritar lá fora pro mundo saber da nossa situação, cercados pela Marinha.

4- Equipe de comunicação ou de organização comunitária

Possuem uma equipe de comunicação na associação ou organização comunitária? Não

Quem faz parte?

Quais as funções?

Possuem algum jornalista na equipe de comunicação?

É remunerado?

Voluntário?

Vive ou convive com/na comunidade?

5- Meios de divulgação da comunidade

Comunidade possui algum meio de divulgação?

Quais? (incluindo reuniões, rádio, mural, panfletos, jornais, etc)

Faz reuniões de 15 em 15 dias, reúne e discute a maioria das coisas pra fazer. Já deixa marcada próxima reunião, uma vez que não temos como nos comunicar.

Na história da comunidade, quais foram os meios de divulgação utilizados de forma bem-sucedida?

6 – Parcerias na área de comunicação

Possuem parceiros na área de comunicação? Sim

Quais? Grupo de pescadores, movimento negro, pessoas que a gente nem conhece.

Dê exemplos.

7– Produção de vídeos, fotos ou áudios

Produzem vídeos, fotos ou áudios? Não

Utilizam estas vídeos, fotos ou áudios para divulgar as propostas e questões da comunidade?

Dê exemplos

Existe um grupo de pessoas que faz vídeo e foto pra gente. Mas a associação não tem renda nenhuma pra isso.

8- Presença nas redes sociais

Vocês estão presentes nas redes sociais (*twitter, facebook, blogs, etc.*)? Não

Quais os endereços?

Utilizam estas redes para divulgar as propostas e questões da comunidade? Dê exemplos.

Utilizam estas redes para trabalhar as questões memória e identidade da comunidade?

Dê exemplos

9 – Utilização lista de mails

Participam de listas de mails? Quais? Não

**Utilizam estas listas de mails para divulgar as propostas e questões da comunidade?
Dê exemplos**

**Utilizam estas listas de mails para divulgar as propostas e questões da comunidade?
Dê exemplos**

10- Utilizam estas vídeos, fotos ou áudios para trabalhar os aspectos de memória e identidade da comunidade? Guardamos o material que fazem sobre nós, mas não podemos deixar em casa pois eles já entraram em casa, invadiram e levaram coisas.

Dê exemplos

11 - Utiliza algum outro processo ou produto de comunicação para trabalhar aspectos de memória e identidade da comunidade, o qual não tenha sido citado acima? Não Dê exemplos.

12 - Mantêm contato com a imprensa?

Local? Nacional? Internacional?

Com qual objetivo?

Temos alguns contatos, mas a maior parte dos jornalistas entra em contato conosco depois que nossos parceiros divulgam informações na *internet* e eles nos procuram para saber o eu está ocorrendo. Apenas em situações de urgência, como ocupação da comunidade e tentativas de despejo.

De que forma e em que situações? (reunião de lideranças, passeatas, eventos, etc.)

Exemplifique uma situação concreta.

13 - Que estratégia de contato adotam?

Dê exemplos.

Muito obrigada.